REVISTA
DO
ARQUIVO
PÚBLICO
MINEIRO
APM
Ano XLVI • Nº 2 • Julho - Dezembro de 2010
49
50
51
52
53
54
55
Trahiras

Revista do Arquivo Público Mineiro
História e arquivística
Ano XLVI • Nº 2 • julho-dezembro de 2010

Av. João Pinheiro, 372 Belo Horizonte MG Brasil
CEP 30.130-180 Tel. +55 (31) 3269-1167
apm@cultura.mg.gov.br

Governador do Estado de Minas Gerais
Antonio Augusto Junho Anastasia

Secretário de Estado de Cultura
Washington Mello

Secretário Adjunto de Estado de Cultura
Estevão Rocha Fiuza

Superintendente do Arquivo Público Mineiro
Maria Efigênia Lage de Resende

Diretora de Acesso à Informação e Pesquisa
Alessandra Palhares

Coordenação editorial
Maria Efigênia Lage de Resende
Junia Ferreira Furtado

Assistente de coordenação editorial
Beatriz Lucas

Editor Executivo
Regis Gonçalves

Projeto gráfico e direção de arte
Márcia Larica

Pesquisa e seleção iconográfica
Luís Augusto de Lima

Assistente de pesquisa iconográfica
Márcia Alkmim

Revisão e normalização de texto
Lílian de Oliveira

Fotografia
Daniel Mansur

Editoração eletrônica
Túlio Linhares

Edição, distribuição e vendas: Arquivo Público Mineiro
Tiragem: 1.500 exemplares. Impressão: Rona Editora Ltda.

Revista do Archivo Público Mineiro.
ano 1, n.1 (jan./mar.1896) - . Ouro Preto:
Imprensa Official de Minas Geraes, 1896 - .
v. : il.; 26 cm.

Semestral
Irregular entre 1896 – 2005.
De 1896 a 1898 editada em Ouro Preto.
De 1930 em diante: Revista do Arquivo Público Mineiro.

ISSN 0104-8368

1. História – Periódicos. 2. Arquivologia – Periódicos.
3. Memória – Periódicos. 4. Minas Gerais – Periódicos.
5. Cartografia – Minas Gerais. 6. Minas Gerais – Geografia
histórica – Mapas. I. Secretaria de Estado de Cultura de Minas
Gerais. II. Arquivo Público Mineiro.

CDD 905

Graduado em Legoas
20
25
30
35
40
Salto
Capivari
Lorena
V. de Guaratinguitá
R. Tiraitinga
Rio Jacuÿ
Rio Paraibuna
V. de Pindamonhangaba
Serra y Paraitinga
Serra-gerai
etrahida do Mappa
specifica o lugar da Fazen-
Serra Parayba, e nas cabecei-
de Salto para baixo, he conhe-
Sapocahi Guaçu.
mirim, naó comprehende limites neste lugar, mas sim
Fogos que tem o Bairo de Sapocahi-mirim,
de Biguite, este Povo naó paga Direitos de
serem desta Provincia.
10.
5
em legoas

SUMÁRIO

Carmo
Pou zo
Campanha
Ita ju bá
Sul
N.
C. Mor
Gloria

Abrindo novos caminhos na *web*

O Arquivo Público Mineiro tem se desdobrado para disponibilizar na *web* um número cada vez maior de seus mais importantes acervos documentais. Essa disponibilização, pautada pela avaliação mensal do número de consultas de usuários em meio digital – Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM) –, tem ultrapassado de forma considerável nossas expectativas. Em 2009 registramos 205.845 acessos.

A partir de novembro deste ano de 2010, estarão disponibilizados no SIA-APM os seguintes acervos: *Mapas de População (1826-1863); Repartição Especial das Terras Públicas (1850-1875); Coleção de Leis Mineiras (1835-1889); Documentos Cartográficos; Coleção de Diplomas; e Coleção de Litogravuras.* Em fase de processamento – microfilmagem –, mas já aberto à consulta, registramos o acervo do fundo *Presidência da Província (1824-1889)*. Neste ano registra-se, também, a conclusão do Projeto Gravatá, realizado com financiamento da Lei Federal de Incentivo à Cultura, o que propiciou a disponibilização na *web* de 83.143 fichas de registro de dados bibliográficos e documentais, referentes à história de Minas, elaboradas pelo bibliófilo Hélio Gravatá.

O *Projeto Memória da Administração do Estado Minas Gerais (1889-1945)*, iniciado em 2006, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), possibilitou aos usuários do APM o acesso aos mais importantes acervos da administração pública do Estado. Esse projeto, até agora desdobrado em etapas, já disponibilizou para acesso físico aos usuários os acervos das secretarias da Agricultura, Interior e Viação e Obras Públicas, totalizando cerca de 652 mil páginas. Na continuidade, ainda, este ano, entramos na terceira etapa do projeto, essa dedicada ao Acervo da Chefia de Polícia.

A **Revista do Arquivo Público Mineiro**, que tem em seu histórico o apoio constante do *Programa Cemig Cultural*, chega à décima primeira edição de sua nova fase com a tiragem aumentada para 1.500 exemplares. Acompanhando o movimento historiográfico, o Dossiê deste número é dedicado à cartografia histórica, canteiro de pesquisa surgido em meados dos anos 1990, que cresceu rapidamente, registrando hoje uma produção vigorosa e de alta qualidade. A velocidade dessa vertente historiográfica ilustra bem a observação de Kenneth Maxwell, em entrevista à **RAPM** (XLIII, nº 1, 2007), quando afirma que a profissionalização do trabalho histórico em Minas, nos últimos anos, é algo de rico e impressionante.

Maria Efigênia Lage de Resende
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

Postscriptum
Dedicamos esta edição da **Revista do Arquivo Público Mineiro** à memória do historiador britânico A. J. R. Russell-Wood, professor da Johns Hopkins University, falecido em 13 de agosto do ano corrente. Especialista no mundo colonial português, ele nos deixa uma obra da maior relevância para a historiografia brasileira e nela ressaltamos, em particular, sua contribuição à historiografia mineira.

Entrevista

Identidade tripartite

Norte-americano filho de portugueses, Donald Ramos destacou-se como historiador ao dedicar boa parte de sua vida à pesquisa do mundo colonial luso-brasileiro, reforçando, assim, os laços com suas múltiplas identidades, como revela nesta entrevista à RAPM.

> Donald Ramos, professor da Cleveland State University (CSU), em Ohio, Estados Unidos, é conhecido no Brasil pelos trabalhos que escreveu a respeito da colonização de Minas Gerais. Entre esses trabalhos, destacam-se sua tese de doutorado referente à constituição de Vila Rica e artigos sobre temas tão diversos quanto família, migração, quilombos e cultura popular. As perspectivas historiográficas de Donald Ramos, amplamente divulgadas no Brasil, são mencionadas a seguir, em entrevista feita via troca de *e-mails* nos meses de julho e agosto de 2010.

Há, no entanto, mais. Quando realizei um estágio pós-doutoral na CSU, em julho de 2007, tive a privilegiada oportunidade de hospedar-me em sua casa e de conversar cotidianamente sobre sua trajetória e suas ideias a respeito do mundo. A gentileza com que me acolheu em Cleveland e sua preocupação em me mostrar, nos diversos passeios que fizemos, as diferentes realidades da sociedade norte-americana revelaram uma sensibilidade acurada em relação à diversidade política e cultural da América e do mundo.

Esse amante de *baseball*, torcedor fanático do Indians, nasceu nos Estados Unidos, filho de pais portugueses. Sua abertura para a América Latina redundou numa estada de dois anos no eixo Belo Horizonte/Ouro Preto – onde consultou com afinco a documentação do Arquivo Público Mineiro (APM) e do Museu da Inconfidência –, mas também em experiências significativas como a visita à Nicarágua no contexto da Revolução Sandinista. A acuidade de suas reflexões políticas aparece, por exemplo, na interessante observação que fez ao final desta entrevista: "Todas as vezes que lia sua revisão, ficava aflito com o fato de eu usar EUA como substantivo no singular e você transformá-lo em plural. Isso não é uma crítica, longe disso. É uma observação. Quando jovem, era comum ver o termo usado como substantivo no plural – em minha modesta opinião, particularmente entre escritores conservadores que desejavam afirmar os direitos dos Estados. Porém, mais recentemente, ele é usado apenas no singular, talvez como reconhecimento do poder centralizador do governo federal. Mais água para o moinho...". Nas linhas a seguir, o leitor poderá acompanhar a tentativa de articular os vários fios dessa importante trajetória.

RAPM – Uma primeira e inevitável pergunta diz respeito aos motivos que levam um pesquisador estrangeiro a estudar o Brasil. O que você acha da palavra "brasilianista"? Você se considera um "brasilianista"?

Donald Ramos – Sua pergunta é importante e exige uma resposta séria e, infelizmente, complicada. Confesso que nunca me senti um estrangeiro no Brasil. Sou filho de imigrantes portugueses – minha mãe de São Miguel e meu pai de Graciosa, nos Açores – e fui criado numa casa onde só se ouvia português, no meio de uma comunidade portuguesa no Estado de Massachusetts. Foi só quando iniciei os meus anos escolares que aprendi a falar inglês. Toda essa biografia para dizer que fui criado num ambiente luso-americano. Minha primeira estada no Brasil foi em 1969 e desde o começo eu me senti em casa. Naquele tempo, pesquisadores estrangeiros eram raros, e fomos, eu e minha esposa, recebidos com muito carinho. Entendo que sou um estrangeiro, mas nunca me senti um estrangeiro. Consultar os documentos do século XVIII abriu uma janela para a história dos meus pais. Do mesmo modo, nunca me senti um

norte-americano por completo ou um português por completo e, obviamente, um brasileiro por completo. Minha identidade pessoal é, então, muito complexa, com várias facetas. Agora, para voltar a sua pergunta, quando me formei em História, entrei no Exército norte-americano como tenente. Usei os dois anos de serviço militar para decidir o meu futuro. Aceitei os conselhos dos meus professores universitários de que eu deveria fazer um curso de pós-graduação utilizando minha cultura lusa. Entre a história portuguesa e a brasileira, a escolha foi simples. Gostava, e continuo a gostar, da literatura, da arte e da música brasileiras. Na opinião daquele (muito) jovem, a cultura portuguesa se reduzia à música (Amália Rodrigues) e à literatura dos meus pais (Fernando Pessoa). E, talvez o ponto mais importante, já via o Brasil com o potencial de ser um grande país. Mais uma vez na opinião daquele jovem, o Brasil era o futuro e Portugal, o passado. De certo modo, essa decisão já tinha sido prevista no meu último ano de bacharelado, quando preparei uma monografia sobre a política social de Getulio Vargas. Olhando do ponto de vista atual, é óbvio que a decisão estava sendo feita. Mas eu só reconheci o óbvio durante os anos de serviço militar, em 1964-1966.

Minha primeira estada no Brasil foi em 1969 e desde o começo eu me senti em casa. Naquele tempo, pesquisadores estrangeiros eram raros, e fomos, eu e minha esposa, recebidos com muito carinho.

RAPM – Como sua trajetória o conduziu à colonização de Minas Gerais?

Donald Ramos – Já no início dos meus estudos de doutoramento na Universidade da Flórida, li o livro magnífico de Charles R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil*. O livro serviu de guia para meus futuros interesses científicos. Primeiro, Boxer me levou para o período colonial e, segundo, para Minas Gerais. Escolhi, então, o assunto de minha tese baseado no trabalho de Boxer e em alguns outros trabalhos que encontrei naqueles anos, especialmente os de Manoel Cardozo e Augusto de Lima Junior. Entendi a importância de Minas Gerais para a história das Américas e fiquei interessado na história dos povos que construíram essa história.

RAPM – É muito interessante que sua escolha definitiva pela história do Brasil tenha ocorrido, fundamentalmente, associada a três aspectos: sua ascendência portuguesa, o período em que serviu o Exército norte-americano como tenente – exatamente no contexto do golpe militar de 1964 – e a leitura de Charles Boxer sobre o Império português. O fato de você considerar, já naquele momento, que o Brasil possuía potencial para ser um grande país resultava de alguma frustração ou crítica em relação aos Estados Unidos e à ideia de império?

Donald Ramos – Suas perguntas exigem respostas quase psicobiográficas. Preciso voltar à casa de minha juventude. Meus pais, ambos, eram operários e membros de sindicatos. E mais, viviam num ambiente em que tentavam manter sua cultura portuguesa, os clubes culturais, enquanto adotavam uma atitude forte contra a ditadura portuguesa de Antônio Salazar. Eu penso agora que a atitude política de meus pais me influenciou de uma maneira fundamental. Antes de servir o Exército, eu já tinha participado do movimento pelos direitos civis e, depois, participei do movimento contra a guerra do Vietnã. Durante a década de 1980, participei dos protestos contra as ações de meu governo na América Central. Mais tarde, participei do movimento para impedir a guerra no Iraque. Deve ser óbvio que sou contra a ideia de colonialismo ou neocolonialismo. Acredito muito nos valores fundamentais de meu país e penso que a primeira responsabilidade da cidadania é transformar esses valores em realidade. Também penso que esses valores precisam ser a base da política estrangeira de meu país.

> [Meus pais] viviam num ambiente em que tentavam manter sua cultura portuguesa, os clubes culturais, enquanto adotavam uma atitude forte contra a ditadura portuguesa de Antônio Salazar.

RAPM – A propósito, conte um pouco sobre sua experiência durante a Revolução Sandinista de 1979, na Nicarágua. Você vê alguma relação entre ter estudado a formação de uma sociedade colonial no Brasil e seu posicionamento frente à política norte-americana para a América Latina?

Donald Ramos – O colonialismo português e a "política norte-americana" são, em minha opinião, diferentes em muitos sentidos, formas e processos, mas se vinculam através do conceito de poder no seu sentido mais amplo. Para o historiador, a ideia de poder é um dos temas constantes, em todos os ramos da vida. Eu apoiei o direito do povo nicaraguense de decidir o seu futuro sem influências estrangeiras. Apesar de minha opinião pessoal sobre a Revolução Sandinista, achei e acho que a política dos EUA era errada e, ao mesmo tempo, contraproducente. Isso é parte de uma crítica mais ampla à política dos EUA em relação à América Latina e ao mundo, uma política que está inextricavelmente ligada a assuntos domésticos. Eu separo essas críticas e preocupações do meu trabalho como historiador, embora não possa ignorar a existência de conexões. Acredito que posso cumprir melhor minhas responsabilidades como cidadão dos EUA e do mundo tentando reformar a política dos EUA, agindo local e regionalmente para tentar trazer mudanças que, acredito, permitirão que meu governo recupere sua alma. Sigo a ideia "pense globalmente, aja localmente". Não tenho o direito de participar da vida política de outras nações, mas tenho a responsabilidade de

influenciar as políticas de meu país em relação a essas nações. Retomando sua pergunta de um ponto de vista mais literal, entendo o seu uso de "norte-americano" como uma referência ao governo norte-americano. Na verdade, existem muitas políticas norte-americanas não oficiais. Existem muitas atividades de grupos de cidadãos e governos locais que vão contra a política oficial do governo. Com os meus alunos faço questão de insistir que eles não usem frases como "os brasileiros pensam" ou "os mexicanos querem", ou até "o povo revoltado." É preciso falar com especificidade. Os nicaraguenses com quem falei durante a Revolução Sandinista sempre distinguiam entre "el gobierno norte-americano" e "el pueblo norte-americano". Essas distinções são importantes e representam visões que devem ser respeitadas. Que nenhum país é um monólito, é uma verdade percebida perfeitamente na sociedade mineira durante o período que estudo. Quem era "o mineiro" da Idade de Ouro? O dono das minas e de pessoas escravizadas, ou a grande parte da população que vivia pobre e sem recursos? Quem tinha o direito de constituir a nossa definição de "o mineiro"? Para mim, o conceito "o mineiro" deveria ser composto por todos de uma maneira geral, embora estudado de uma maneira específica.

Não tenho o direito de participar da vida política de outras nações, mas tenho a responsabilidade de influenciar as políticas de meu país em relação a essas nações.

RAPM – Em sua tese de doutorado, você estudou a formação não apenas de uma vila mineira setecentista, mas também de toda uma sociedade. O que o estudo da constituição de Vila Rica lhe ensinou a respeito dessa questão complexa que é a formação de sociedades?

Donaldo Ramos – Uma das razões principais para a seleção de Vila Rica como foco de meus estudos foi poder examinar uma sociedade nova, uma sociedade em formação. Mas, em minha opinião, o que estudei foi uma sociedade sendo recriada. O povo que estabeleceu e povoou a região aurífera trouxe consigo seus antigos valores, e o que aconteceu foi uma recriação: podemos até dizer, talvez, que houve uma recriação do Minho nas Minas. É importante relembrar que os africanos também trouxeram seus valores. Isso nos leva a temas muito abrangentes. Aqui, nos EUA, os historiadores da história norte-americana brigavam a respeito da influência da "fronteira", do "Oeste", na história norte-americana. Na historiografia norte-americana, o conceito de "fronteira" ocupa um lugar privilegiado. Pensei, em certo momento, que essa ideia poderia explicar a estrutura familiar que descobri em Vila Rica e na zona de mineração, sobretudo a presença significativa de famílias chefiadas por mulheres solteiras. No começo dos anos 1990, fui a Portugal para ministrar um

curso sobre a história das Américas na Universidade Nova de Lisboa e para estudar a estrutura familiar em Portugal durante o século XVIII. Eu esperava encontrar a versão portuguesa da mítica família mineira tradicional. Mas, primeiro, foi necessário estabelecer a fonte dos migrantes portugueses para Minas Gerais. Rapidamente aprendi que Portugal também não era um país monolítico, mas um país com várias regiões, com valores e estruturas sociais diferentes. Quando estudei os trabalhos científicos portugueses, fiquei surpreso com a diversidade das estruturas familiares em Portugal e com as semelhanças entre a região do Minho e Minas Gerais. Nesse sentido, entre muitos outros aspectos, Vila Rica era a continuação da realidade portuguesa, estando distante da mítica tradicional família mineira. Então, fiquei impressionado com a constante influência portuguesa na formação da sociedade mineira. Portugueses migraram para Minas Gerais no decorrer do século do ouro, trazendo consigo seus valores e suas instituições. Eu acho, sem orgulho exagerado de minhas raízes, que muito de Minas pode ser previsto no Minho. Outra área de interesse pessoal é o universo espiritual dos mineiros. O universo espiritual poderia ter servido para unir os grupos tão diversos que povoaram as ruas de Vila Rica. Mas parece que o resultado foi o oposto. As elites, nas suas ordens terceiras, que serviam quase como ordens regulares, sentavam-se sobre uma ordem social totalmente hierarquizada. As divisões entre os africanos e seus descendentes abrem uma outra janela importante para a compreensão daquele tempo. Essas divisões, simbolizadas pelas irmandades do Rosário e das Mercês, são importantes porque, como as ordens terceiras, nos dão o retrato de uma sociedade dividida e em conflito. Em minha opinião, o universo espiritual criado pela população mineira foi a recriação de seu mundo cotidiano.

Portugueses migraram para Minas Gerais no decorrer do século do ouro, trazendo consigo seus valores e suas instituições. Eu acho, sem orgulho exagerado de minhas raízes, que muito de Minas pode ser previsto no Minho.

RAPM – Você estudou, a respeito das populações escravas da sociedade mineira setecentista, tanto o problema da "aculturação" quanto o da proliferação de quilombos. O que ambos os fenômenos dizem acerca da integração, ou não, de africanos, crioulos e mestiços na América portuguesa?

Donald Ramos – Isso é um assunto sobre o qual existem muitas opiniões. Ofereço a minha. De modo geral, não encaro um conflito entre esses conceitos. O quilombola queria fugir de um sistema desumano, mas, na verdade, vivia numa relação simbiótica com esse sistema. Os documentos da Câmara Municipal de Vila Rica estão repletos de exemplos de calhambolas que entravam na vila para fazer compras ou visitar amigos e talvez familiares. Apesar dos capitães

do mato, os esforços sistemáticos feitos para eliminar os quilombos foram malsucedidos. Só quando os quilombos ameaçavam de maneira significativa as linhas de comunicação é que a Câmara tomava providências mais sérias. Mas, passada a crise, voltavam os calhambolas. Esses esforços parecem quase um rito. O fato de que, quando necessário, a Câmara agia com mais agressividade indica que tinha a capacidade, mas não a vontade, de eliminar os quilombos sem ser provocada. Em relação ao tema da aculturação, gosto da teoria utilizada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg em seu livro *O queijo e os vermes*. Em minha opinião, existiu um processo recíproco entre a cultura dominante e as outras culturas presentes. Nesse ponto, é importante salientar a heterogeneidade desses grupos. Sem mais estudos sobre essa heterogeneidade, temos de falar de um modo geral. Um exemplo comum é a Irmandade do Rosário dos Pretos. A participação de africanos nos ritos católicos é importante. Mas, ao mesmo tempo, esses mesmos africanos utilizavam as instituições da Igreja para dar continuidade às tradições africanas, com suas congadas, reis, rainhas etc. A mesma instituição servia, de um lado, para aculturar africanos e, de outro, para manter suas crenças e instituições próprias. Essa dualidade de função é um exemplo de reciprocidade. Outro exemplo é a aceitação da mancebia pela Igreja Católica. Essa aceitação faz parte das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e das visitas pastorais. A Igreja teve de se acomodar às práticas e realidades populares mineiras. Mas, ao mesmo tempo, se esforçava para impor os valores do Concílio Tridentino. Acho que existem outros exemplos que, juntos, demonstram essa ideia de reciprocidade cultural. Admito, contudo, que com o decorrer do tempo o poder institucional iria, passo a passo, ganhar terreno frente aos valores e às práticas populares. Mas, embora ganhasse terreno, não conseguia eliminar esses valores e práticas.

A participação de africanos nos ritos católicos é importante. Mas, ao mesmo tempo, esses mesmos africanos utilizavam as instituições da Igreja para dar continuidade às tradições africanas, com suas congadas, reis, rainhas etc.

RAPM – Em que medida a sociedade mineira setecentista se aproxima ou se distancia de outras sociedades coloniais da América?

Donaldo Ramos – Essa é outra pergunta muito complicada. Neste espaço só posso responder de uma maneira geral. Aqui na minha universidade, a Universidade Estadual de Cleveland, ofereço uma disciplina sobre a história colonial da América Latina, que é uma investigação e comparação entre dois impérios. Então, responder em poucos palavras é difícil. Mas, prosseguindo... Acho que existem mais semelhanças do que diferenças entre as estruturas sociais, econômicas

e políticas dos dois impérios. Em todos ou quase todos os ramos das duas sociedades, existem correspondências fortes entre os dois mundos. Até prefiro dizer que são as duas metades de um mesmo mundo, um mundo ibérico. As estruturas sociais são as mesmas. Os povos que constituíam essas duas sociedades eram obviamente diferentes: espanhóis, índios, africanos em alguns lugares, e seus descendentes na América espanhola; portugueses, africanos, índios em alguns lugares, e seus descendentes no Brasil. Eram sociedades simétricas. As estruturas e os valores eram os mesmos. Em minha opinião, são os princípios históricos que explicam as semelhanças: princípios demográficos, geográficos e históricos. Aqui, esses aspectos são pouco estudados, aparecendo como introduções ou panos de fundo, mas acho que são decisivos para se entender o processo histórico. São aspectos que, por exemplo, explicam em grande parte as diferenças do desenvolvimento histórico nas Américas. Acho interessante encarar a América Latina colonial como um todo: as diferenças no interior de cada metade são maiores do que as diferenças entre os dois impérios. É um assunto tão importante quanto polêmico. Mas uma das funções da história é justamente abrir espaço para conversas e debates.

> Em minha opinião, são os princípios históricos que explicam as semelhanças: princípios demográficos, geográficos e históricos. [...] São aspectos que, por exemplo, explicam em grande parte as diferenças do desenvolvimento histórico nas Américas.

RAPM – No Brasil, mesmo entre os intelectuais, há uma tendência de explicar as diferenças entre as sociedades americanas de colonização ibérica e as de colonização inglesa em função, principalmente, de limites fixados pela distinção entre catolicismo e protestantismo. Para além de abordagens acadêmicas, como a de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, há a versão popular do "jeitinho brasileiro". Essa visão tem sido relativizada pela afirmação de que no mundo anglo-saxão nunca existiram formas sociais tão radicalmente racionalizadas. Nesse sentido, não seria correto, por exemplo, estabelecer uma oposição estereotipada entre o verdadeiro liberalismo da Inglaterra e dos EUA e o liberalismo superficial de Portugal e do Brasil. Você concorda com esse raciocínio? Seria possível dizer que também existe um "jeitinho norte-americano"?

Donald Ramos – Preciso desconstruir essa pergunta. Respondê-la consistentemente demandaria um livro. Por agora, sugiro algumas reflexões. Estou acostumado com a questão central e não aceito a aplicação da tese de Max Weber à explicação dessas diferenças. Para mim, a explicação é bem mais simples: geografia e idade histórica. Os EUA eram e são uma terra rica. Um exemplo: 19% dos EUA são cultiváveis; do Brasil, 7%; do México, 13%; e da Argentina,

10%. Outro aspecto é a ausência de barreiras físicas para o povoamento dos EUA até se chegar às montanhas do Oeste. E, talvez, mais importante, é o sistema de rios que lavam o interior do país e tornam possível o transporte barato. O Rio Mississipi ocupa o centro do país, distribuindo-se, ao norte, por Minnesota, a leste, até Pittsburgh, e, a oeste, em direção às terras superférteis do Iowa. Com isso quero dizer que o Rio Mississippi tem um papel econômico central na história norte-americana. Um papel muito diferente daquele do Rio Amazonas, cuja importância tem sido reconhecida nas últimas décadas. Também acho relevante salientar a importância do tempo como fator explicativo. Portugueses e espanhóis povoaram as Américas no começo do século XVI, e os ingleses, cem anos mais tarde. Nos anos que separam as duas ondas de povoamento, houve uma mudança grande nos valores dessas sociedades. Sem dúvida, um motivo para tal mudança foi a Reforma Protestante, mas acho que seus efeitos foram indiretos. Os ingleses que vieram para as colônias trouxeram religiões diversas: em Massachusetts eram puritanos, mas em Maryland eram católicos, na Pensilvânia, *quakers*, e em outras colônias eram anglicanos e presbiterianos. Talvez a grande sorte da colonização inglesa tenha sido sua diversidade religiosa, que era, em 1500, impossível. Como uma forma de pós-escrito, acho que as diferenças religiosas são importantes para o estudo da escravidão num sentido comparativo. Mais ainda: quando essa comparação entre as sociedades coloniais é feita, geralmente é só com os EUA, e não com outras colônias inglesas como a Jamaica ou Trinidad. Nessa comparação interna se veem claramente os efeitos da demografia e da geografia. Em termos de liberalismo, outro assunto, na minha opinião, de muita importância, enfrento a questão de outra maneira. Volto ao tema do tempo histórico. O liberalismo como filosofia fez parte do desenvolvimento dos EUA desde o começo. Para repetir, o mundo europeu de 1620 já era muito diferente do mundo de 1500. Nas colônias inglesas, esses valores faziam parte da cultura: a ênfase no indivíduo, por exemplo. O liberalismo não era uma filosofia meramente política. A Declaração de Independência de 1776 é um documento profundamente liberal. Em minha opinião, o liberalismo na América Latina foi uma importação do século XVIII, e foi aceito por parte da elite, rachando o "consenso" tradicional. O liberalismo, assim, tornou-se uma visão entre várias. Nesse sentido, prefiro não usar a palavra "superficial". Ele era verdadeiro, mas apenas para um grupo, ainda que importante. Em relação ao jeitinho norte-americano, acho que todas as culturas têm seus modos de ser. Talvez possamos discutir o

Portugueses e espanhóis povoaram as Américas no começo do século XVI, e os ingleses, cem anos mais tarde. Nos anos que separam as duas ondas de povoamento, houve uma mudança grande nos valores dessas sociedades.

"jeitinho mexicano". Talvez fosse melhor que esse conceito de "jeitinho", no seu sentido popular, permanecesse um monopólio brasileiro.

RAPM – Um dos aspectos que chamam a atenção do turista brasileiro nos EUA, especialmente em cidades como Cleveland, é a existência de um número muito grande de igrejas. Os EUA são um país religioso?

> A trajetória histórica dos EUA mantém uma tolerância religiosa, e isso tem servido como um convite à participação aberta na vida política e social.

Donald Ramos – Confesso que não sei como medir "religiosidade". Mas temos dados para a assistência aos serviços religiosos. Num desses levantamentos, os EUA aparecem em décimo primeiro lugar; atrás de países como Portugal e México, mas à frente dos outros países latinos. No entanto, eu acho que o grande número de igrejas aqui encontrado tem outra explicação. O que atrai a nossa atenção é resultado da história religiosa dos EUA e da grande pluralidade de crenças aqui existente. Cada grupo vai erigir a sua igreja e isso teve como resultado a produção de uma paisagem repleta de igrejas. Para dar um exemplo: os imigrantes portugueses na cidade onde fui criado, em Massachusetts, tinham igrejas católicas e batistas, e muitos portugueses frequentavam outras igrejas protestantes. Muitos grupos de imigrantes se dividiram em religiões diversas. É essa diversidade que vai produzir um grande número de igrejas. E é um processo que continua ainda hoje. Outra diferença é a presença da religião na vida política dos EUA. Apesar de algumas dificuldades, a trajetória histórica dos EUA mantém uma tolerância religiosa, e isso tem servido como um convite à participação aberta na vida política e social. Acho que são essas vozes que dão a impressão de religiosidade.

RAPM – Conte um pouco sobre sua trajetória acadêmica nos EUA. Como você chegou à Universidade Estadual de Cleveland? Quais são as exigências para a admissão e a permanência de um professor nas universidades norte-americanas? Há diferenças importantes entre o sistema privado e o público?

Donald Ramos – Meu doutoramento se deu na Universidade da Flórida, e passei dois anos no Brasil, entre 1969 e 1971, envolvido em pesquisas. Quando voltei aos EUA para preparar a tese, fui convidado pela Universidade Estadual de Cleveland, entre outras universidades, para fazer parte de seu corpo docente. Foi um processo rápido baseado no meu currículo, que felizmente não é seguido hoje em dia. Aceitei o convite porque era uma universidade nova, num centro urbano, com uma missão de engajamento com a comunidade. Hoje o processo é diferente e a concorrência, muito maior. Em 1971, tanto as vagas como os candidatos eram poucos. Mas 1971 foi o começo de uma explosão nas

universidades norte-americanas. Cada vaga hoje precisa ser anunciada usando-se meios nacionais. É importante lembrar que não existe um sistema nacional de educação. As únicas universidades federais são as escolas militares como West Point. Existem universidades estaduais como a minha, mas normalmente agem com muita independência na contratação de professores. Então, é difícil generalizar sobre o processo de escolha de professores; mas acho que o sistema usado na minha universidade é típico. Cada vaga, dependendo da disciplina e da especialidade, vai atrair, no mínimo, cem candidatos sérios. Normalmente, é uma comissão do departamento que lê os documentos, inclusive publicações, para escolher um número menor de finalistas. Essa lista tem de ser aprovada pelo departamento e pela diretoria de ação afirmativa (para verificar que o processo foi aberto). Esse número é reduzido e ordenado através de conversas do departamento, e um número pequeno de candidatos é convidado a visitar o departamento para fazer uma apresentação de suas pesquisas, discutir suas ideias sobre pedagogia e ministrar uma aula. A estabilidade do professor, *tenure*, é uma decisão baseada no trabalho científico, na qualidade de suas publicações e na qualidade do ensino. É uma decisão feita pelo departamento – que solicita pareceres de especialistas de fora da universidade –, pelo decano da faculdade e pelo chefe do setor acadêmico da universidade. Também existem vários processos para proteger os direitos do candidato.

Posso dizer com toda certeza que não existe qualquer sistema de quotas aqui. Simplesmente é contra a lei.

RAPM – Em sistemas como o da Universidade Estadual de Cleveland, de que maneira são encaminhados temas prosaicos como a dificuldade de relacionamento com outros colegas ou a falta de produção após a obtenção do *tenure*?

Donaldo Ramos – A primeira questão é uma dimensão humana que tem de ser resolvida caso a caso. Ainda estamos procurando a utopia. Falta de produção depois do *tenure* pode ser um problema. Aqui na minha universidade não é muito comum, mas acontece. Encaramos o docente como um professor que faz pesquisas e um pesquisador que ensina alunos. Se um professor falta na área de pesquisa, é possível que ele seja convidado a oferecer mais disciplinas. Mas isso não é comum e nunca aconteceu no nosso departamento de História.

RAPM – Atualmente, no Brasil, há um debate muito intenso a respeito de ações afirmativas. Você poderia explicar um pouco sobre como essa questão tem sido tratada nos EUA? Muitos brasileiros acreditam que nos EUA vigora um sistema de quotas. Isso ocorre de fato?

Donald Ramos – Tenho acompanhado os debates no Brasil sobre ação afirmativa. Aqui, participei de uma maneira muito ativa nessas conversas sobre o assunto. É uma área muito importante e uma questão de justiça, num sentido abrangente. Servi em várias comissões em minha universidade e participei da preparação de vários planos sobre diversidade que foram implantados aqui. Também tenho participado de várias conversas com colegas brasileiros sobre o assunto. Posso dizer com toda certeza que não existe qualquer sistema de quotas aqui. Simplesmente é contra a lei. No máximo, podemos estabelecer metas muito vagas, como "queremos ampliar a diversidade do corpo docente". Mas sem quotas rígidas de qualquer tipo. Para nós, mais importantes são os esforços para diversificar o grupo de candidatos que serão considerados. No processo explicado anteriormente, é contra a lei fazer perguntas sobre uma série de assuntos tais como religião e etnia. Existem as mesmas regras em relação aos alunos. É contra a lei tomar qualquer decisão baseada nessas características pessoais. De modo geral, nas universidades públicas como a minha, não admitimos alunos baseados na existência de vagas. Como universidade estadual, temos de aceitar os alunos que alcançarem os pré-requisitos estabelecidos. Então, num sentido estrito, não enfrentamos a situação das universidades brasileiras, que têm números precisos para cada departamento ou curso. Aqui entra outro conceito liberal: o mercado livre. Sei que essa não é a impressão brasileira sobre a ação afirmativa nos EUA. Mas é a nossa realidade, estabelecida pela Suprema Corte do país. As soluções para a situação brasileira precisam ser encontradas no Brasil, porque as realidades sociais são muito diferentes.

Às vezes penso que, ao chegarem a certo ponto da vida, todos querem estudar História. Isso abre uma grande porta aos nossos departamentos.

RAPM – A questão do patrimônio histórico vem se tornando cada vez mais importante no Brasil. Fale um pouco sobre a *Public History* nos EUA.

Donald Ramos – *Public History* consiste numa das maneiras pelas quais a disciplina de História pode se engajar na comunidade. Em minha opinião, esse engajamento é da maior importância. Muitas universidades nos EUA abriram programas de *Public History*. Acho que esse engajamento é uma função importantíssima que oferece oportunidades para nossos alunos. Aqui, o turismo cultural tem se tornado um aspecto importante em muitas comunidades. Muitas pessoas, especialmente da crescente comunidade de aposentados, querem utilizar as suas férias para aprender algo mais. Faz parte de um processo maior: a visão de que devemos continuar a aprender durante nossa vida inteira. Às vezes penso que, ao chegarem a certo ponto da vida, todos querem estudar História. Isso abre uma grande porta aos nossos departamentos de História. As pousadas antigas atendem à mesma visão. Temos cidades

que cumprem a mesma missão: Williamstown, na Virginia; Mystic, em Connecticut; ou Sturbridge e Plimoth Plantation, em Massachusetts, são exemplos. É nessa direção que a História pode cumprir uma função econômica e promover o desenvolvimento de uma área. Em minha opinião, se já não esta sendo feito, Ouro Preto seria um laboratório perfeito para o desenvolvimento de *Public History*, que é uma maneira de vincular a disciplina histórica à comunidade e às autoridades comunitárias. É uma maneira pela qual um departamento de História, enquanto mantém suas pesquisas tradicionais, pode contribuir para o bem-estar da comunidade. E, repito, abre outras possibilidades profissionais para nossos alunos.

> Ouro Preto seria um laboratório perfeito para o desenvolvimento de *Public History*, que é uma maneira de vincular a disciplina histórica à comunidade e às autoridades comunitárias.

RAPM – Como você vê a evolução política, econômica e social do Brasil desde a redemocratização de 1985, especialmente nos governos FHC e Lula?

Donald Ramos – Prefiro não comentar especificamente sobre os governos FHC e Lula. Mas, sobre o processo de redemocratização, posso indicar minha satisfação e alegria. Relembrando, minha primeira estada no Brasil foi justamente nos difíceis anos de 1969-1971. E quem de nós naquela hora poderia imaginar as eleições de Collor de Melo, FHC e Lula? É uma vitória para o povo brasileiro. Reconheço os problemas existentes hoje em dia, mas todas as sociedades encaram problemas. Eu espero que esse ganho dê esperança aos povos da América Latina e inicie um novo processo histórico.

RAPM – Quando pretende voltar ao Brasil?

Donald Ramos – Adorei viver no Brasil. Por anos, voltava para pesquisar em Minas durante o nosso verão. E depois de 1992, comecei a alternar viagens de pesquisa entre Brasil e Portugal. Mas os meus encargos administrativos aqui impediam estadas de mais de um ou dois meses por vez. Agora eu e minha esposa estamos aposentados. Apesar dessa aposentadoria, continuo ministrando aulas na universidade, mas com mais tempo disponível para viajar. Estamos pensando em voltar ao Brasil ou a Portugal para passar mais tempo. Assim, posso continuar revisitando esses dois terços da minha identidade.

(Mais informações sobre Donald Ramos e sua obra podem ser consultadas em *http://academic.csuohio.edu/dramos/ramos/documents/vita04.html*).

Entrevista concedida a Marco Antonio Silveira, professor adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

Terreno desoccupado
Estreito.
Estreito.
Terreno desoccupado
Desoccupado
Estreito.
Ribeirão do PRESIDIO.
Praça
Rua da Olaria
Rua do Barroso

Mapas das Minas

Junia Ferreira Furtado

> Como nos apontam os diversos estudos reunidos neste Dossiê, a história da exploração, ocupação e consolidação territorial das Minas Gerais, sob o signo da América portuguesa e/ou do processo de formação da jovem nação brasileira, confunde-se com a própria necessidade de conhecer e delimitar esse espaço, o que se expressa em documentos diversos de natureza cartográfica: são roteiros, relações, mapas, esboços, plantas, borrões, desenhos.

Os primeiros mapas realizados da Capitania das Minas vão se configurar como um momento de inflexão da arte cartográfica. Por um lado, revelam o contínuo conhecimento do interior do Brasil e o desvelamento de sua geografia; por outro, inserem-se na tradição medieval de preencher os espaços desconhecidos com elementos que lembram o onírico e o maravilhoso. Mas, à medida que os portugueses adentram pelo Novo Mundo, a geografia imaginária vai aos poucos sendo abandonada, substituída progressivamente por outra, resultante da experiência concreta de penetração no território da América. A cartografia da Capitania de Minas Gerais vai então ocupar nesse contexto importante papel. Assim, a partir do século XVIII, os espaços das cartas, que antes configuravam áreas de representação pictórica, vão sendo preenchidos por rios, montanhas, acidentes naturais do terreno, bem como por arraiais, vilas, caminhos e roças, estes frutos da ocupação humana.

O progressivo avanço dos portugueses para o interior impulsionou a necessidade de conhecer melhor a geografia local e de confeccionar mapas mais precisos para orientar as futuras discussões sobre os limites entre as coroas de Portugal e Espanha na América. Resultado disso é que essa cartografia salienta o progressivo predomínio que se estabelecia sobre a geografia real da região. Não estão mais presentes nessas cartas luso-brasileiras, como ocorreu com a cartografia dos séculos anteriores, a proximidade entre as minas brasileiras e as peruanas, que se acreditara serem contíguas; nem a presença do lago do Xarais, entidade geográfica que uniria a corrente hidrográfica dos rios da Prata, Amazonas e São Francisco, cujas proximidades seriam abundantes em tesouros minerais; como também não mais se imprime uma rota circular e subterrânea ao Rio São Francisco, a exemplo do que ocorria com o *Rio do Paraíso*. O abandono dessa geografia mítica já é evidente nos mapas que representam a província a partir do segundo quartel do século XIX, sob o primado da razão.

Essa cartografia, ainda que assentada em critérios racionais, não pode, no entanto, deixar de ser analisada também como forma de representação desse espaço. Essa forma se caracteriza por sua leitura racional, que utiliza elementos esquemáticos buscando uma uniformização e padronização universal das cartas. Apesar de sua aparência objetiva externa, esses mapas estão, da mesma maneira, imersos de subjetividade. Dessa forma, muito frequentemente, um mapa pode nos informar mais sobre o universo cultural do seu autor e de seu público consumidor do que sobre a área representada.[1]

Dimensão histórica e simbólica

O estudo da cartografia não pode ser desvinculado de sua dimensão histórica e simbólica. Não existe uma linguagem

cartográfica única, universal e imutável. Todo mapa é um conjunto de signos, símbolos que só podem ser compreendidos e decodificados com base nos elementos da própria cultura na qual ele foi elaborado. Por isto, cartografia e história estão indissociavelmente ligadas, pois só a segunda nos permite decodificar os signos de que a primeira se utilizou. Um mapa é sempre representação do real, no entanto, ele mantém uma íntima relação com o espaço que delimita. Perde-se essa característica, deixa de ter sua função reconhecida e se torna ininteligível. Um mapa é, pois, uma expressão simbólica de uma área e, ainda que nos dias atuais as imagens de satélite sejam ferramentas essenciais para a arte cartográfica, essas imagens não deixam de ser também uma forma de representação do espaço.

Cartografar um território não é, pois, uma operação neutra, cuja objetividade estaria assegurada pelo uso das técnicas mais aperfeiçoadas. Um mapa é sempre uma representação de um território, o que implica que vários filtros separam o real da coisa representada. Como alertavam os filósofos iluministas, o estudo da natureza com suas formas de representação geográfica da terra adquirira uma dimensão política. Para o abade Raynal, por exemplo, "a natureza da América é revolucionária". Para ele, a relação estabelecida entre os homens e a natureza no continente americano tinha uma conexão de causa e efeito que poderia explicar, por exemplo, a gênese da Revolução Americana.[2]

Os mapas miniaturizam o mundo, imprimindo-lhe uma dimensão gráfica que permite, assim, inúmeras leituras. Ao longo do tempo, as técnicas de desenho, impressão e gravação variaram e seu estudo fornece inúmeras informações sobre as formas de produção, reprodução e distribuição desses documentos. Outro aspecto que o estudo da cartografia permite é a análise da formação e da consolidação de um território, como ele foi compreendido e ocupado ao longo do tempo, o que só pode se desvelar ao estudioso se ele estiver de posse de outras ferramentas de análise pertencentes a outras ciências como a História. Todo documento humano faz parte de um sistema de comunicação, e desvendar esse sistema nos ajuda a compreender como os mapas eram lidos e compreendidos na época em que foram produzidos. É preciso salientar que representações cartográficas podem ser produzidas e circular em suportes outros que não os planisférios gráficos.

O estudo da cartografia engendra uma série de outros elementos, tais como o entendimento das técnicas de medição do espaço, das noções de forma e de área que expressam, dos espaços que o mapa cobre e dos que deixa em branco ou preenche com um desenho ou uma iluminura. Tudo isso compõe a forma como o homem entende e representa o mundo e exige do estudioso um esforço interdisciplinar. Todo mapa é um conjunto de signos ou símbolos historicamente construídos. Podemos compreender os mapas produzidos no passado, como da mesma forma fazemos com os documentos outrora escritos, a partir do conhecimento dos elementos que compunham a cultura na qual eles foram formulados, ainda que não tenhamos vivido na mesma época. É aí que reside o trabalho do historiador e é aí que a Cartografia e a História se tornam indissociavelmente ligadas. É a partir da História que podemos mergulhar na aventura de decodificar os signos que os cartógrafos do território das Minas Gerais – conforme desvelam os textos constantes deste Dossiê – utilizaram no passado, e, como se verá, alguns de forma claramente intencional, outros nem tanto.

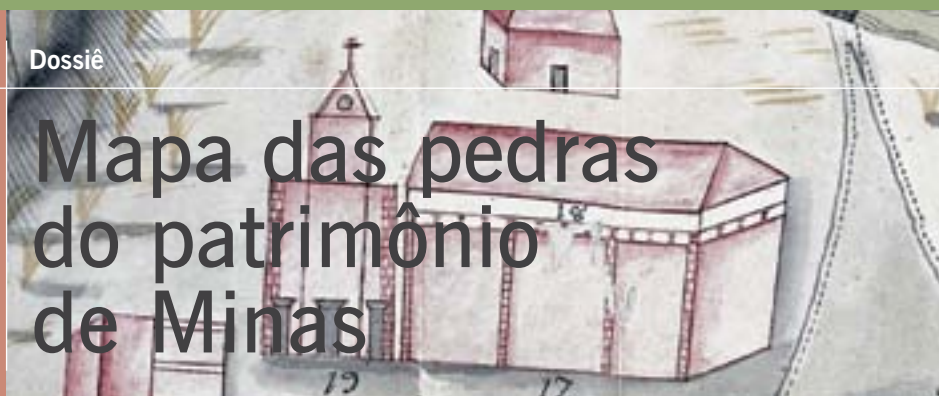
Notas |

1. EDNEY, Matthew H. A história da publicação do *Mapa da América do Norte* de John Mitchell de 1755. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 31-52, jan/jun. 2007.

2. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; MUNTEAL, Oswaldo. Prefácio: a propósito do abade Raynal. In: RAYNAL, Guilhaume-Thomas François. *A Revolução da América.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. p. 26-27.

Junia Ferreira Furtado é graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estudos de pós-doutoramento na Universidade de Princeton (EUA), onde foi também professora visitante, e na École des Hautes Études em Sciences Sociales/Sorbonne/França. Atualmente é professora titular em História Moderna na UFMG. Tem vários livros publicados, com destaque para *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito* (Companhia das Letras e Cambridge University Press). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1.

Mapa das pedras do patrimônio de Minas

Antônio Gilberto Costa

As pedras utilizadas em edificações e em obras públicas localizadas nos inúmeros sítios históricos de Minas Gerais dão sustentação a um importante patrimônio material, que constitui um marco da nossa identidade. Conhecê-las é entender parte de nosso passado e condição necessária para a preservação desse patrimônio.

Apesar das frequentes abordagens e do volumoso registro iconográfico envolvendo bens que integram o patrimônio cultural do Brasil, e em especial de Minas Gerais, sejam eles móveis ou imóveis, são raras ou mesmo inexistentes aquelas que tratam das rochas ou das "pedras", com as quais parte desses bens foi produzida. Mas, se essas abordagens são raras, mais raras ainda são as que trazem informações sobre os locais de onde essas "pedras" foram extraídas. Assim, com frequência permanecem sem respostas questões tais como: Que "pedras" são essas? De onde vieram? Que características têm?

Remonta a 1587 aquela que pode ser considerada uma das primeiras descrições e, dentre as existentes, das únicas que fazem referência aos materiais empregados nas primeiras construções do então território da América Portuguesa, bem como às suas respectivas áreas de extração e às técnicas construtivas e de beneficiamento aplicadas. Trata-se de uma descrição de Gabriel Soares e que faz parte do *Tratado Descritivo do Brasil*, daquele ano. Na segunda parte desse tratado, denominada "Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia", o autor demonstra a preocupação que se tinha com relação à construção de fortificações capazes de resistirem aos ataques inimigos, como bem convinha "ao serviço de El-Rei Nosso Senhor e ao bem da terra".[1] No capítulo CLXXXVII, Soares comenta que há na Bahia pedra de alvenaria e cantaria em quantidade para se poder fazer "grandes muros, fortalezas e outros edifícios". Ele descreve a ocorrência de uma "pedra preta" nos arredores da Cidade da Bahia ou do Salvador, bem como "pedreiras boas de quebrar, com a qual se fazem paredes mui bem liadas, localizadas tanto ao longo do mar como pela terra".

Registros e descrições das rochas que fazem parte do patrimônio cultural do Brasil e de suas respectivas áreas de extração encontram-se nos códices que contêm as decisões dos senados das antigas Casas de Câmaras das comarcas de Minas e que fazem parte dos arquivos de instituições como o Arquivo Público Mineiro, assim como nos livros de *tombo*, *das despesas e dos recibos* e de *escrituras e aforamentos*. Estes últimos fazem parte dos arquivos dos conventos, das igrejas e das capelas das ordens terceiras, como a do Carmo de Sabará, onde estão registradas inúmeras informações a respeito da utilização das rochas em diversas edificações, cujos riscos e construções estiveram sob sua responsabilidade.

Existem outros documentos que tratam especificamente da construção de determinados monumentos, como aqueles que se encontram publicados em alguns dos números da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, o antigo Sphan. Dentre esses, encontram-se aqueles que trazem informações importantes sobre os materiais pétreos e sobre as construções de algumas das mais importantes capelas e igrejas de Minas, como a do Carmo de Sabará e a de São Francisco de Ouro Preto.

Os documentos cartográficos, embora nesse caso não sejam muitos, constituem outras formas de registro, principalmente para a localização das antigas pedreiras. Aqui pode ser citada a *Planta da Cidade de Ouro Preto*, que traz as seguintes informações: "Organizada por ordem do Ex^{mo} Sr. D^{r} Luiz Eugenio Horta Barbosa. Presidente da Província. Wilh. Brosenius desenhou. Ouro Preto, 7.2.88". O documento traz também a localização de antigas caixas de mineração, denominadas "mudeis",[2] assim como de pedreiras nas Lajes e no sopé do Morro de São Sebastião, em Ouro Preto.

Descrições mais recentes, como as de German Bazin,[3] também com ênfase nas edificações voltadas ao culto religioso, dão conta de que as primeiras foram construídas com material provisório e seria possível apenas imaginá-las, tendo por base outras construções de pau a pique ainda existentes. Ainda segundo o autor, os jesuítas foram os primeiros a construírem seus templos e

outras instalações utilizando materiais mais resistentes, a partir de fins do século XVI. Nesses casos, são apresentadas como exemplos as edificações de conventos e de colégios construídos em pedra e cal, em São Vicente, no Rio de Janeiro ou em Salvador.

Contudo, essas construções conventuais e dos antigos colégios e igrejas dos jesuítas e de outras ordens não faziam parte do conjunto de bens imóveis de Minas Gerais, seja porque os desertões de Minas só foram alcançados em fins do XVII, seja por conta de ordens oficiais. Tal é o caso da Carta Régia de 9 de junho de 1711, que determinava: "se não consinta que nas minas assista frade algum antes os lance fora a todos e com violência, se por outro modo não quizerem sair. E que o mesmo execute com aquêles cléricos que não tiverem ministério de Parochias";[4] ou ainda por outras mais severas que determinavam que todos os religiosos, quaisquer que fossem as suas ordens, deveriam sair de Minas. Ainda assim, as construções monumentais mineiras mais significativas e que resistiram ao tempo e às inúmeras intervenções têm cunho religioso. São construções seculares, representadas pelas paroquiais e capelas, essas últimas sobre a responsabilidade das confrarias.

Construções, os mestres e seus riscos

Das construções erigidas nos séculos XVI e XVII, no então território da América Portuguesa, poucas são as que resistiram ao tempo. Referências ou registros de construções em pedra, com ênfase para a primeira metade do século XVI, indicam que essas foram muito raras ou mesmo inexistentes para boa parte do território. Em algumas foram utilizados calcários, como o lioz e o encarnadão, que vieram de Portugal, trazidos enquanto lastro dos navios ou sob encomenda. Mas prevaleceram outros materiais encontrados nas redondezas das primeiras vilas e cidades. De modo geral, essas primeiras construções, fossem elas moradias, fortes, capelas ou simples depósitos, constituíam quase sempre abrigos muito simples e com cobertura de palha.

A partir de 1549, com a instalação do Governo Geral e da fundação da cidade de Salvador, chegaram ao Brasil os primeiros profissionais construtores com a incumbência de levantar uma "fortaleza de pedra e cal e uma cidade grande e forte [...]". Na companhia do governador Tomé de Sousa vieram: Luiz Dias, mestre de obras da fortaleza; Diogo Peres, mestre pedreiro; e Pedro Góis, mestre pedreiro-arquiteto. Esses foram os primeiros construtores do Brasil.[5]

Entre meados dos séculos XVI e XVIII, várias foram as iniciativas voltadas para a preparação dos profissionais encarregados da produção dos riscos e das edificações civis ou militares no reino de Portugal, incluindo os seus territórios do ultramar. Assim, foram fundadas escolas em Portugal, como a Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira e o Colégio de Santo Antão. No Brasil, foram implantadas as Aulas de Arquitetura Militar da Bahia e a do Rio de Janeiro. Na área da produção de textos ou apostilas, foram importantes os tratados preparados por António Rodrigues,[6] Mattheus do Couto o velho, Manoel de Azevedo Fortes e Jozé Fernandes Pinto Alpoim.

Nos séculos XVII e XVIII, projetistas e construtores de edificações eram conhecidos como "mestres pedreiros", ou "mestres de risco". Nesse tempo, havia certa confusão entre as funções do engenheiro, do arquiteto e do construtor. No Brasil colonial, esses profissionais recebiam as seguintes denominações: "engenheiro-diretor", "engenheiro-mor", "engenheiro-arquiteto", "arquiteto-mor" e "mestre-pedreiro'. Alguns "mestres de ofício" eram também designados como "arquitetos".

Engenheiros competentes foram enviados ao Brasil colonial, principalmente quando se tratava da construção ou da recuperação das construções militares.[7] No

PLA

D

CIDADE DE

Organisada por ordem do Exmo Sr. Dr Luiz

NTA

A

OURO PRETO

ugenio Horta Barbosa, Presidente da Provincia.

caso das construções envolvendo as ordens religiosas, a função de mestre de obras era desempenhada com frequência por membros da própria ordem, como no caso dos mestres frei Leandro de São Bento, frei Tomás da Assunção e frei Bernardo de São Bento, monges beneditinos encarregados da construção da igreja e do início do prédio do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, entre 1633 e 1693.[8]

Aos oficiais engenheiros cabia, além das obras de defesa, das demarcações das fronteiras e do ensino, a execução de obras civis e religiosas, a construção de estradas etc. Mas com frequência eram os mestres pedreiros os responsáveis pelas obras, sendo eles também encarregados de inúmeras outras funções, como a de extração de materiais pétreos. O mestre pedreiro Antonio Ferreira Lima assinou um contrato com a Meza da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de São João d'El Rey para trabalhar "pello seu of.º de Pedreyro, tanto para tirar pedra na pedreyra como lavrar e tudo o mais que pertence ao dt.º seu of.º".[9] Francisco de Lima Cerqueira, responsável por várias obras em São João d'El Rey, era o mestre e o administrador das obras da nova capela de São Francisco e responsável por "Lavrar Cantaria debaixo do Telheiro o tempo que lhe fosse possível [...] não só elle exercera od.º emprego, mas alem disso assistira nas pedreiras, estivera officio de Arquitecto tirando novas plantas, e novos dezenhos [...]"[10], segundo acordo com a mesma Ordem Terceira de São Francisco, firmado em ata da reunião do dia 13 de fevereiro de 1785 e lavrado em termo de 11 de setembro do mesmo ano.

Principalmente no período colonial, muitos estrangeiros foram contratados para suprir a falta de engenheiros luso-brasileiros, pois estes estavam em falta também na metrópole. Todos, quando contratados pelo governo, recebiam a denominação de engenheiros militares e se eram civis normalmente tinham de ingressar no Exército português, recebendo patentes em função dos seus conhecimentos e influências. Como eram as únicas pessoas com algum conhecimento sistemático da arte de construir, acabavam sendo empregados em todos os tipos de obras e outras atividades de engenharia.

Outros contratados pela Coroa eram padres, nomeadamente jesuítas. Uma vez que detinham muitos conhecimentos na área da matemática e da física, os jesuítas acabaram desempenhando inúmeras das atividades de engenheiros militares. Nesse sentido, em muito contribuiu a Aula da Esfera do Colégio Jesuíta de Santo Antão, em Lisboa, onde muito foi ensinado em termos da geometria, da aritmética e da álgebra.[11] Como exemplos de religiosos engenheiros ou "padres matemáticos" podem ser mencionados: o padre Gaspar de Sampères, que projetou o Forte dos Reis Magos no início do século XVII; o padre Diogo Soares, que produziu plantas e perspectivas das fortalezas do Rio de Janeiro e que, com o padre Domingos Capassi, produziu inúmeros documentos cartográficos para parte considerável da porção sul do antigo Estado do Brasil.

Na América Portuguesa, vamos ver esses engenheiros construindo não só fortificações, mas também palácios, igrejas, conventos e aquedutos. Dentre os vários mestres responsáveis por riscos, projetos e execuções, destaca-se o brigadeiro José Fernando Pinto Alpoim. Considerado um dos mais importantes engenheiros portugueses durante o período colonial, foi o responsável por inúmeros projetos e riscos, dentre os quais se destacam: o da Residência dos Governadores, em Vila Rica, e os do Arco do Teles, dos Arcos da Carioca e do Convento das Carmelitas, na cidade do Rio de Janeiro.

Em especial na Capitania de Minas Gerais, outros portugueses, mestres de riscos e pedreiros,[12] foram os responsáveis pela execução de inúmeras obras ao longo de boa parte do século XVIII, entre eles: José Pereira dos Santos, José Pereira Arouca e Domingos Moreira de Oliveira, procedentes da região do Porto; José Fernandes de Oliveira,

Francisco de Lima Cerqueira e António Pereira de Souza Calheiros, procedentes da região de Braga.

Do grupo dos mestres de risco, pedreiro ou de ofício nascidos na Capitania de Minas, destaca-se Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Para além dos seus projetos e riscos, Aleijadinho foi também o grande mestre da escultura monumental em pedra, que no Brasil, antes de 1760, só era praticada numa região muito limitada e onde se encontravam bons calcários macios, isto é, no território atualmente ocupado pelos estados da Bahia, de Sergipe, Pernambuco e Paraíba. Nessas capitanias e desde o início do século XVIII, os entalhadores de pedra imitaram, nas fachadas das igrejas, as ornamentações que eram feitas de madeira, dando-lhes "um caráter novo de rudeza primitiva".[13] Em contraposição, segundo Bazin, o mérito de Aleijadinho terá sido o de dotar o Brasil de uma escultura monumental própria, "cuja qualidade ultrapassará o que havia sido feito até mesmo em Portugal".

Construções de alvenaria de pedra, argamassas e cantaria

Como já mencionado, a utilização da pedra nas construções no Brasil remonta à primeira metade do século XVI e está registrada no Regimento passado a Tomé de Souza em 17 de dezembro de 1548, contendo a determinação de que "fizesse ele uma fortaleza de pedra e cal e, se não a pudesse construir com esse material, que a fabricasse de pedra e barro, ou então de taipa, ou ainda de madeira".[14]

Na Capitania de Minas, as construções edificadas inteiramente em pedra são muito raras. Normalmente, essas construções dispensavam o uso de argamassas, ocorrendo uma justaposição de pedras maiores e menores. Em alguns casos, foram empregados grandes blocos de pedra, mais ou menos do mesmo tamanho e com faces trabalhadas, como no caso da base da antiga Câmara e Cadeia de Vila Rica. Em Minas Gerais, essa técnica de alvenaria denominada de modo geral como "pedra seca" – mas também conhecida como "cangicado",[15] quando ocorre a intercalação de pedras de tamanhos maiores e menores – foi empregada para a construção de habitações, muros e de instalações de defesa e de observação.

Ainda hoje, existem registros dessas construções de pedra, como as da região de São José do Rio das Mortes (Tiradentes) e dos antigos arraiais da região de Vila Rica, edificadas nos primeiros anos dos Setecentos. Nesses arraiais podem ser mencionadas as construções, ou o que restou delas, edificadas com o uso de "minérios de ferro em pedaços soltos", ou canga, no antigo Arraial de Pascoal da Silva Guimarães, ou Arraial do Ouro Podre, na região atualmente conhecida como Morro da Piedade, ou na do Taquaral, ambas localizadas na cidade de Ouro Preto. Em 1940, Lima Júnior descreveu a presença de obras de pedra lavrada em construções do antigo Arraial do Pascoal, denominadas "minhota", ou feitas à moda do Minho, e que atualmente não mais existem.[16]

A partir de 1735,[17] o uso da pedra, acompanhando o adobe ou as taipas de sebe e pilão, tornou-se mais frequente e inúmeras construções em taipa ou adobe foram em parte ou totalmente reconstruídas em pedra e cal. Destaca-se a Sé de Mariana, refeita a partir de 1798; a matriz do Pilar de Ouro Preto, ao final do primeiro quartel do século XIX; e a igreja matriz de Catas Altas, na segunda metade do XIX.[18] Para as construções mineiras do século XVIII são também descritas misturas ou argamassas de barro ou argamassas de cal e areia, envolvendo a utilização desde a areia fina até a grossa, ou mesmo um cascalho grosso e argila crua, esta última utilizada como material aglutinante.

Em algumas construções o cascalho foi substituído por peças de canga ou pedaços de tijolos. Esse tipo de alvenaria à base de cascalho grosso ou a argamassa de cal e areia pode ser observado tanto na construção quanto no

Nº	
1	Em toda ... matto sem abaixo, q̃ tem meia legoa té a Caza de Ignacio de Souza.
2	Cancellas q̃ feixaõ a servidam
3	Agureza q̃ tem a servidaõ naquella serra
4	Primra Caza do Sitio.
5	Paiol de polvora
6	Curral de gado.
7	Ribeiro
8	Ponte entre Cancellas.
9	Posto em q̃ se queria fazer fort. al. chamado pombal
10	Caza das fundições de Cunho q̃ dista da de Ignacio de Souza em 1810 paços.
11	Caza de olarias q̃ ... os moldes de Cunho grande
12	Forno de telha.
13	Caza da primra fundição das barras.
14	Açude de 40 e 30 passos de agoa
15	Escama do Açude
16	Engenho dos pilões.
17	Cazas de Ignacio de Souza Frrª por acabar
18	Varanda descoberta das Cazas, q̃ se cobria athé as ...
19	Ermida, e sancrestia, em q̃ foi preso Ignacio de Souza defronte do altar.
20	Sanzallas, ou Cazas de negros.
21	Cazas por acabar.
22	Cazas de Joseph de Faria Mº de todas as obras, q̃ dista das de Ignacio de Souza 1810 paços.
23	Ferraria, em q̃ Cazas do d.º Mº
24	Estrebaria.
25	Caza de Comodo, e despença
26	Caza da moeda, q̃ dista da de Ignacio de Souza 2881 paços.
27	Ribeiro.
28	Caza da moeda mostrada em plano
29	Estacadas.
30	Capoeira.
31	Cravueiras.
32	Guaritas.
33	Forjas
34	Bigornas
35	Fieiras de Rodas, e de dobras
36	Cunho de dobras.
37	Mezas de gavetas.
38	Cadilhas
39	Sepo de Cunho.
40	Saca bocados.
41	Cofre.
42	Balanças.
43	Sarrilha.

acabamento de alguns detalhes em monumentos mineiros, como nas falsas cimalhas e colunas, ou ainda em alguns adornos. Em Ouro Preto podem ser observadas as suas presenças nas falsas colunas e cimalhas da Capela do Carmo, em detalhes do medalhão da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Penitência e nos acabamentos do chafariz do Alto da Cruz. Em Tiradentes a argamassa com areia grossa foi empregada na construção de detalhes laterais superiores da portada da Igreja de Santo Antônio (sobreporta) e nos balaústres de suas janelas frontais.

Nesse período, para a fixação e junção das placas ou blocos de material pétreo, em vez de argamassas foram utilizados os chamados “gatos” de ferro ou de bronze, ainda conhecidos como “grampos” ou “tarugos”, sempre bem chumbados: “[...] os gatos de ferro seriam mettidos dous dedos de fundo na pedra, para que negros não amarrassem cavallos nelles”.[19] Outras descrições dão conta de que os gatos de ferro eram embebidos em chumbo e então fixados na pedra. Nas obras construídas em pedra, cal e argamassa, tal como nos tanques e chafarizes, o betume para a vedação era feito de cal, azeite e pó de seixo. O azeite, no caso, era com frequência produzido a partir da mamona, mas existem citações sobre a utilização de “azeite do reino”, ou de oliva.

Planta das cazas de fundição do Sitio da Boavista de Paraipeva. Os engenheiros militares ou da capitania, além de riscos e projetos, tinham sob a sua responsabilidade a produção de mapas, cartas, plantas e outros documentos iconográficos, como esta planta, que faz parte do *Treslado da delação que fez Fr.co Borgez dCarv.lho de seusócio Ignacio de Souza Ferreira, deter cazas de fundição, e de cunhar moedaz.* [c. 1731]. Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal.

Passado o século XVIII, os procedimentos e as técnicas mantiveram-se sem grandes modificações ao longo do XIX, mas entre fins deste e o final do primeiro quartel do século XX ocorreu uma grande empreitada em Minas, que foi a construção da sua nova capital. Em substituição à antiga Curral d'El Rey, foi erigido um conjunto de prédios públicos e outras edificações civis com a utilização de volumes de rocha até então inimagináveis, desde os alicerces, passando pelas alvenarias, até as obras de cantaria.

Assim, considerando-se os sítios históricos de Minas, cujas construções foram edificadas principalmente ao longo do século XVIII, constata-se que a cantaria não foi amplamente utilizada, seja pela falta de material adequado, seja pela inexistência de mestres de cantaria, ou de recursos financeiros suficientes para a contratação desses. De modo geral, essa cantaria limitou-se ao embelezamento de frontispícios e fachadas, por meio da construção de belos medalhões e às vezes complexas portadas. Outros belos exemplos envolvendo trabalhos de cantaria podem ser observados nas construções de cornijas, pilastras, soleiras, peitoris, umbrais e cunhais, tanto em edificações civis quanto religiosas.

Primeiras edificações em Minas

Das edificações que constituíam os núcleos dos arraiais do início da ocupação do território das minas, praticamente tudo se perdeu. Na região das catas do Ribeirão do Carmo, batizada em 8 de abril de 1711 com o nome de Vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, atualmente Mariana, ficou apenas o risco da antiga capela de Nossa Senhora da Conceição, registrado no *Mapa das Minas do Ouro e S.Paulo e Costa do Mar que lhe Pretence*, de 1714.[20] Elaborado pelo engenheiro da capitania Pedro Gomes Chaves, a mando do governador d. Brás de Baltazar da Silveira, o documento traz a dita capela representada em desenho que contém a representação da vila acompanhada da inscrição: *V^{a}. D. N. S. D.M.^{te} do Carmo*. Segundo Diogo de Vasconcellos,[21] no local da antiga capela da Conceição, construída por Antonio Pereira Machado, seu primeiro povoador, foi erigida, a partir de 1709, a atual Sé de Mariana.

De concreto, o pouco que restou pode ser observado em alguns dos sítios históricos mineiros, com maior presença nos morros da serra da cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica e depois Imperial Cidade de Ouro Preto.

Em fins do século XVII, a estrutura urbana dessa região central das minas era constituída por vários povoados, em número de oito, que foram sendo formados por modestas habitações de taipa ou de canga, construídas ao redor de suas respectivas capelas. Desse conjunto inicial de capelas, algumas permanecem intactas, enquanto outras passaram por modificações, principalmente na segunda metade do século XVIII.

A capela de São João Batista do Ouro Fino, construída de alvenaria seca de canga na freguesia de Antônio Dias, no alto do Morro Fino, também conhecido como Morro São João, no antigo Arraial do Ouro Fino, é tida como a mais antiga. Teria sido construída por volta de 1698 pelos participantes das bandeiras de Antônio Dias e Padre Faria. A atual edificação resulta de uma reconstrução ocorrida por volta de 1743. Mostra o corpo da igreja distinto da capela-mor, sendo que na junção as paredes se curvam. Tem cimalha de cantaria e cunhais de alvenaria de pedra argamassada. No seu entorno apresenta típico mata-burros construído em pedra quartzítica.

Em data anterior a 1740, foi construída a capela de Santa Ana, localizada no Morro de Santana. Encontra-se também em local do primitivo arraial e sobreviveu ao incêndio ordenado pelo conde de Assumar. Em sua construção foi utilizada a canga e, assim como a de São João, também apresenta mata-burros em quartzito e muros de canga.

A capela de Nossa Senhora da Conceição, na Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), e outras antigas edificações. Registro do início da ocupação do território mineiro, que consta na iluminura do *Mapa das Minas do Ouro e S. Paulo e costa do mar que lhe pertence.* [c. 1714]. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

A capela de Nossa Senhora da Piedade, construída no antigo Arraial do Ouro Podre, ou Arraial de Pascoal da Silva, incendiado em 1720 com a revolta de Felipe dos Santos,[22] é das mais novas e traz a data 1720 inscrita em sua cruz. A denominação de Ouro Podre foi dada ao local trabalhado pelo mascate Pascoal da Silva Guimarães, como consequência da facilidade com o que o ouro se desprendia da rocha. Ainda hoje o morro é também conhecido como o Morro do Pascoal. Esse centro de mineração foi o escolhido pela administração da metrópole para ser a sede da vila que recebeu o nome de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Albuquerque, em 11 de julho de 1711,[23] cujo termo abrangia os arraiais de Padre Faria, Antônio Dias, Paulistas, Bom Sucesso, São João, Ouro Podre, Taquaral, Sant'Ana, Piedade, Ouro Preto e Caquende. Na capela destacam-se os dois campanários construídos em quartzito itacolomy. À sua esquerda encontra-se o que sobrou de um dos inúmeros mundéus construídos nas encostas da Serra de Ouro Preto. Tanto o mundéu quanto a capela foram construídos com a utilização de um tipo de rocha muito encontrada naquela área, que é a canga.

A capela do Bom Jesus das Flores foi construída nos arredores de Vila Rica, em local conhecido como Taquaral, situado no caminho para Mariana. Datada de 1748, foi reedificada em pedra e apresenta belas pinturas no forro da sua nave, o que a diferencia das demais. Apesar disso, mantém externamente o mesmo estilo das demais capelas, incluindo seus dois campanários arqueados e construídos de quartzito itacolomy. Em seu interior encontra-se um arco-cruzeiro igualmente construído do mesmo quartzito, mas de coloração esbranquiçada e que mostra em sua base bandamento de coloração cinza. Destaca-se nessa capela o púlpito de madeira, que apresenta uma bela base em cantaria de quartzito itacolomy trabalhado.

Assim como a do Bom Jesus, a capela de São Sebastião também deve ter sido construída ou transferida após

1720. Localizada atualmente em um ponto mais a leste da serra de Ouro Preto, teria sido construída inicialmente no Arraial do Ouro Podre.

Completando o conjunto de capelas da primeira metade do século XVIII, a capela de Nossa Senhora do Rosário de Antônio Dias, ou do Padre Faria, cuja construção é anterior a 1740, foi edificada em pedra seca e canga. Tem em seu adro uma cruz pontifical em quartzito itacolomy e em seu interior um lavatório igualmente lavrado nesse quartzito.

Outras construções desse período, edificadas com fins residenciais e/ou de demarcação e com o uso da pedra, principalmente da canga, apesar de arruinadas, resistem. Seus vestígios podem ainda ser observados em pontos do Morro da Queimada, denominação dada à região destruída pelo incêndio ordenado pelo conde de Assumar, assim como no alto do Morro de São João.

Em outro morro de Vila Rica, o de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes de Ouro Preto, foi a esse tempo edificado um posto de controle militar, por determinação do conde de Assumar, o último governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. O ponto era considerado estratégico, pois o morro, até então revestido de "frondoso arvoredo",[24] separava o arraial de Antônio Dias do Pilar do de Ouro Preto. Dessa construção não sobraram registros, pois em 1741, por ordem do governador Gomes Freire de Andrade,[25] o conde de Bobadela, a mesma foi transformada no que passou a ser chamado de Palácio dos Governadores, que até então residiam na vizinha Vila do Carmo, em casas cedidas, ou ainda no antigo Palácio de Campo de Cachoeira do Campo. Essa nova edificação, construída a partir de risco do sargento-mor José Fernandes Pinto de Alpoim, é considerada uma das primeiras edificações em alvenaria na região das minas, consolidando a utilização do quartzito das Lages e do Itacolomy e da pedra-sabão, principalmente daquela proveniente da região de Santa Rita.

As rochas nas obras civis e nos símbolos das vilas e cidades de Minas

Competia às câmaras acolher e analisar pedidos ou tomar as decisões envolvendo as construções e conservações, por exemplo, de calçadas e de caminhos, incluindo suas pontes, muros e abrigos. Uma vez que os pedidos e projetos fossem aprovados pelos respectivos senados e recebessem, quando necessária, a sanção real, eram essas instâncias que deveriam arcar com todas as despesas envolvidas. Em algumas situações, cabia a particulares arcar com as referidas despesas.

No interior dos arraiais, das vilas e das cidades, as primeiras calçadas foram construídas com a utilização de lajes de quartzito, como no antigo Arraial do Tejuco ou em Vila Rica. Também muitas foram aquelas construídas com a utilização de seixos rolados, encontrados nos leitos de córregos e rios, ou associados com sedimentos em suas margens. Algumas dessas calçadas apresentam faixas ou passeios centrais construídos com lajes, que por conta disso são conhecidas como capistranas.

Posteriormente, essas lajes e os seixos foram substituídos na pavimentação por pequenos blocos com alguma regularidade, que eram mais resistentes às passagens dos carros de bois e de animais com ferraduras e também por apresentarem alguma comodidade para os pedestres. Havia ainda uma grande preocupação com a qualidade da pedra, pois era sempre grande o risco de as calçadas serem arruinadas pela ação das águas pluviais e outras. Em Ouro Preto, esses blocos ou paralelepípedos utilizados na substituição das placas e seixos foram produzidos a partir do beneficiamento de material gnáissico, de composição granítica, em boa parte aflorante na região da antiga Queluz de Minas, hoje Conselheiro Lafaiete.

Lajes de quartzitos e de xistos, bem como seixos dessas rochas ou de quartzo, foram também muito utilizadas na

pavimentação de pátios e corredores de fazendas e de residências. Constituem referências desse tipo de calçamento o do pátio localizado no interior da Casa dos Contos de Ouro Preto, o da área situada aos fundos do casarão que abriga o Museu Regional de Caeté, o do pátio do Museu do Ouro, em Sabará, dentre vários outros exemplos.

Já nos caminhos e estradas, apenas trechos perigosos, como na encosta da Serra do Deus-Te-Livre ou de Ouro Branco, foram revestidos com pedras, sendo também construídos muros, no caso com o quartzito retirado da própria serra.[26] Nos pontos em que as estradas reais cruzavam as fronteiras entre capitanias, foram construídos "registros" para as necessárias cobranças de impostos, assim como outras benfeitorias em pedra seca, para maior comodidade de oficiais e soldados, como o registro do Paraibuna.

Seja ao longo dos caminhos, mas também no interior das vilas e cidades, foram construídas pontes, seguindo-se o mesmo ritual de arrematação das demais obras. Do conjunto de condições impostas a quem obtivesse os respectivos direitos de construção sempre faziam parte as descrições dos materiais que deveriam ser utilizados. Nas de Vila Rica, determinava-se o uso do quartzito das lajes para os assentos, cascalho de córrego para os enchimentos, lajes de pedra itacolomy para capeamento, pedra do Itacolomy lavrada para capeamento, moirões de pedra do Itacolomy e pedra de cantaria rija do Itacolomy. No caso da construção da ponte sobre o córrego do Caquende ou do Rosário, em Vila Rica, obrigava-se o arrematante a fazer a calçada da dita ponte de "pedra dura de seixos e lages ao tição e por nenhum caso lhe metera Tapinuacanga por que não serve para semelhante obra". Já no caso da ponte de Antônio Dias, também conhecida como ponte de Marília, era o arrematante obrigado a fazer, entre outros, "... dois Arcos que mostra a planta de Pedras de cantaria do Tacolumy rija e esta será lavrada de Picão miúdo e a Crux de pedra de Itacolomy lavrada, com sua base da mesma pedra".[27]

Materiais pétreos foram também empregados na construção de "marcos e símbolos das Minas Geraes".[28] Nas justificativas para a fundação de Vila Rica, de 11 de julho de 1711, existe determinação para que essa tenha os arraiais de N. S. do Pilar e de Antônio Dias constituindo o seu núcleo principal. Após a criação, tornou-se necessária a ampliação dos terrenos pertencentes à mesma, pois essa "[...] se achava sem ter recreio nem terra alguma, assim para a criação dos gados como para venda e aforar aos moradores [...]".[29] Assim, foi encaminhado um pedido ao rei para a concessão de terras por sesmaria, contendo "todos os campos, seus cantos e recantos e compreendidas entre a passagem do ribeirão até terreno da dita vila e da serra do itacolomi até a de Antônio Pereira, correndo até entestar com o Cap. Manuel de Matos".[30]

Dos marcos dessa sesmaria, um encontra-se exposto no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Construídos inicialmente em madeira e assentados, um no caminho das Lavras Novas, outro no Tripuí e outro em São Bartolomeu, foram substituídos por marcos "de pedra de itacollumy" [31], em 1747. Do documento que trata das condições para a arrematação da obra do pelourinho de Vila Rica, consta uma, segundo a qual ficava obrigado o arrematante a:

> [...] por três marcos de pedra de itacollumy na grossura e altura sufeciente pondolhe as letras que digaõ Sismaria de Villa Rica, e asasentará a saber nos lugares aonde se achão os marcos de Madeira hum no caminho das Lavras Novas; outro no tripuhy; outro em São Barthollameu.[32]

Outros marcos, como os padrões utilizados para a delimitação das terras diamantinas: na barra do Rio Inhaí, no córrego das Lages; no penhasco da Serra do Ó; no morro das Bandeirinhas, em uma pedreira da Tromba da Anta e na cabeceira do Rio Preto, são mencionados na literatura,[33] mas desses não foram encontrados vestígios.

Pelourinhos, símbolos e marcos

Constituindo um dos símbolos do poder da metrópole, os pelourinhos eram emblemas da jurisdição municipal e considerados necessários para a manutenção da disciplina, principalmente, da população negra. Normalmente eram constituídos por uma coluna de pedra ou um esteio de madeira e encontravam-se sempre defronte às casas da Câmara. Com a abolição da escravatura quase todos foram destruídos.

Das antigas vilas e cidades mineiras só restaram os pelourinhos de Mariana, Caeté e São João del-Rei. O de Mariana, construído em pedra-sabão e xisto em 1750, e demolido em 1871, foi reconstruído e reinstalado em seu local original, defronte ao prédio da antiga Cadeia e Câmara, em 1970. Em 1722, para a construção do pelourinho de Caeté, que é constituído por uma base que se sobressai do piso, por quatro pequenas colunas localizadas em seus vértices e por uma coluna central, foi utilizado um quartzito micáceo. Instalado defronte à Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, ele esteve originalmente próximo ao prédio da cadeia. O pelourinho de São João, mandado instalar por d. Brás Baltazar da Silveira, em 1713, era de madeira e ficava no Morro da Forca. No século XIX, foi substituído por um construído em xisto e quartzito, por Aniceto de Souza Lopes. Encontra-se atualmente defronte à antiga casa do barão de Itambé.

Vila Rica também dispunha do seu pelourinho. Construído inicialmente em madeira, quando da criação da vila, foi substituído por um de pedra, em 1748, e demolido anos mais tarde. Sendo assim, sobre o mesmo só restaram referências contidas em documentos que se encontram sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. No documento que trata da aprovação pelo Senado da Câmara da construção do pelourinho, a folha 02 traz apenas o título: "Condissoens comazquaiz Sehão dearrematar o Pellourinho desta V.ª Rica".[34] Já na seguinte, tem início a descrição dessas condições e sobre os materiais a serem empregados na sua construção, sob o título: "Condissoenz com q. sehão dearrematar opelourinho feito easentado naprassa desta villa feito depedra dita Collumy". Na folha 4v e em meio às referidas condições, aparece uma que nada tem a ver com o pelourinho, mas que obrigava o arrematante a construir e colocar os marcos de delimitação da sesmaria de Vila Rica. Além da aprovação das condições pelo Senado da Câmara, em 20 de maio de 1747, constam ainda do documento uma ilustração do pelourinho e sua respectiva planta. Sua construção foi arrematada em agosto de 1747, por Domingos Roiz Tôrres, que cobrou quatrocentos mil réis.[35]

Como de rotina, após ter sido arrematada a obra, procedeu-se ao registro das condições impostas pela Câmara de Vila Rica para a sua construção. Nesse registro, intitulado "Rezito das condiçoins comque serematou aobra do Pellourinho daprassa desta villa", encontra-se detalhada descrição do projeto e das rochas que seriam empregadas. Consta que o novo pelourinho seria de pedra do Itacolomy e deveria ser assentado na praça da Vila. Ele deveria

> [...] ter os alisserces de pedra de lagedo, asentada em cal e area, devendo o pedestal da colluna ser de hua pedra inteirissa e a própria colluna de huma pedra inteirissa com todos os seus ornatos como mostra o risco levando dous escudos ou armas reais hum fazendo frente p.a a cadea, e outro pera o palacio.[36]

Transferido em 1797 para o Largo de São Francisco, o pelourinho ficou entre a Casa do Ouvidor e a Igreja de São Francisco de Assis. Após muitas discussões e resoluções, incluindo um pedido de retirada encaminhado pelo comandante do Corpo Policial, sob a alegação de que o pelourinho impedia a formatura do corpo no dito largo, foi o mesmo finalmente demolido entre 1857 e 1867. Por recomendação da Câmara, essa demolição deveria se dar com cautela, "a fim de não estragar as

Pelourinho de Vila Rica, construído em 1747 e demolido por volta de 1857. Arquivo Público Mineiro – Câmara Municipal de Ouro Preto – CMOP, doc. 03, cx. 21.

Detalhe do risco para o frontispício da Igreja de São Francisco de Assis de São João del-Rei. Antônio Francisco Lisboa (atribuição), século XVIII. Desenho aquarelado, 66 x 34 cm. Acervo Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

cantarias, offerecendo-se os materiaes ao Governo afim de os empregar em qualquer obra publica".

Outros símbolos ou marcos, os cruzeiros e cruzes, esses da religiosidade e da fé, ainda se encontram espalhados por antigas cidades de Minas. Construídos de pedra, ou de madeira, sinalizavam os poderes da Igreja Católica Romana e em alguns casos lembravam a benevolência do papa. Nesse caso, a cruz pontifícia do adro da capela do Padre Faria de Ouro Preto, datada de 1756, construída em quartzito itacolomy e com mais de oito metros de altura, constitui uma homenagem ao papa Pio VI por suas bulas de privilégios e graças especiais concedidas à capela.[38]

Outras cruzes e cruzeiros foram construídos em quartzito itacolomy, como o das Lages, ou em granito, como o cruzeiro localizado defronte à Igreja de Cachoeira do Campo, ou em xistos com coloração variando do verde ao cinza azulado e instalados em praças, capelas e igrejas da antiga Vila Rica, São João del-Rei, Tiradentes, Congonhas, Santo Antônio do Leite e outras localidades.

Concluindo esta breve descrição acerca dos monumentos mineiros, pode-se afirmar que muitos são aqueles que, mesmo construídos em pedra, não resistiram à ação do tempo, à falta de cuidados e a tratamentos inadequados. Mas também existiram aqueles que foram sendo retirados das nossas praças, transformadas por conta da implantação de novos projetos arquitetônicos em nada comprometidos com a memória e com a cultura locais. No entanto, ainda que tarde, cresce entre nós a consciência da preservação, a necessidade do conhecimento e a certeza de que todos os esforços serão sempre necessários para a perpetuação desses símbolos de nossa identidade.

Notas |

1. SOARES, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001. p. 342-344.

2. *Mundeo*: estrutura construída nas encostas de morros, como nos da Serra de Ouro Preto, com a função de recolher a lama de onde era posteriormente separado o ouro. Nos morros de Vila Rica, foram construídos com blocos de quartzito e de canga.

3. BAZIN, Germain. Os monumentos mais antigos. In: BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil (1956)*. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981. v. I, livro II, cap. I, p. 67.

4. BAZIN, Germain. O surto arquitetônico de Minas Gerais. In: BAZIN. *A arquitetura religiosa barroca no brasil (1956)*, v. I, livro III, cap. III, p. 195.

5. SILVA TELLES, Pedro C. da. *História da engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984. p. 5.

6. RODRIGUES. Tratado de arquitetura militar, 1576. In: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio*: o Brasil dos engenheiros militares (1501-1822). Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001. p. 205-206.

7. COSTA, Antônio Gilberto. Dos roteiros de todos os sinais da Costa até a Carta Geral. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 110-115; 199-202.

8. ROCHA, D. Mateus Ramalho. *O mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1590/1990*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1991. p. 107.

9. Contrato de 15 de março de 1773 - Livro 2º. de Termos.

10. BAZIN, Germain. Repertório monumental. In: BAZIN. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, v. II, p. 105.

11. LEITÃO, Henrique; MARTINS, Lígia; COUTO Jorge. *Spehra Mundi*: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP. Lisboa: Catálogos BNP, 2008. p. 19.

12. OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Arquitetura da mineração nos estados de Minas Gerais e Goiás. In: BICCA, Briane Elizabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org.). *Arquitetura na Formação do Brasil*. UNESCO, 2006. p. 134.

13. BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no brasil*. Tradução de Marisa Murray. Rio de Janeiro: Record, 1971. Capítulo II, p. 31.

14. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil*: sistemas construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979. p. 23.

15. VASCONCELLOS. *Arquitetura no Brasil*, p. 27-29.

16. LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1978. p. 113.

17. LIMA JÚNIOR. *A Capitania das Minas Gerais*, p. 113.

18. BAZIN, German. Métodos de construção. In: BAZIN. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, v. I, livro I, cap. V, p. 54.

19. CARVALHO, Feu de. *Pontes e chafarizes de Villa Rica de Ouro Preto*. Edições Históricas Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 19--. p. 121 e 134.

20. COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: um projeto de Cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia*: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 118.

21. MATTOS, Aníbal. *As artes nas Egrejas de Minas Geraes*. Biblioteca Mineira de Cultura. Belo Horizonte: Edições Apollo, 1936. p. 3.

22. CARRAZZONI, Maria Elisa. *Guia dos Bens Tombados Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1987. p. 228.

23. Criada pelo governador Albuquerque em 8 de julho de 1711. In: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Cláudio Manoel da Costa e seu Poema Vila Rica*. Belo Horizonte: Nova Edição, 1969. p.123.

24. Sylvio de Vasconcellos contesta a existência desta frondosa floresta, que, no entanto, é defendida por Augusto de Lima Júnior. Antônio Pires da Silva Pontes Leme, nas *Memórias sôbre a utilidade pública*, descreve a região entre Vila Rica e o Serro como constituída por vales cobertos por florestas. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro, Anno I*. Memória sobre a utilidade (...). Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, f. 3º, p. 420, julho-setembro de 1896.

25. Gomes Freire assumiu o governo da Capitania de Minas em 1735.

26. COSTA, Antônio Gilberto. Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real para as Minas. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real.* Belo Horizonte: Editora UFMG, Lisboa: Kappa Editorial, 2005. p. 84-98.

27. Arquivo Público Mineiro. Códice 51-C.M., fl 253.

28. COSTA, Antônio Gilberto. *Rochas e histórias do patrimônio cultural do Brasil e de Minas*. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi, 2009. p. 134-139.

29. VASCONCELLOS, Sylvio de. *VILLA RICA Formação e Desenvolvimento Residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 32.

30. VASCONCELLOS. *VILLA RICA Formação e Desenvolvimento Residências*, p. 33-34.

31. Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP, cx. 21, doc. 3, fl. 09.

32. Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP, cx. 21, doc. 3, fl. 09.

33. LIMA JÚNIOR. *A Capitania das Minas Gerais*, p. 65.

34. Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP, cx 21, doc. 03, fl. 02.

35. Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP-53, fl. 62-62v.

36. Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP-53, fl. 63v-66.

37. LOPES, Francisco Antônio. *Os palácios de Vila Rica. Ouro Prêto no Ciclo do Ouro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955. p. 121.

38. COSTA. *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas*, p. 139.

Antônio Gilberto Costa é professor associado do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutor em Petrologia pela TU-Clausthal, Alemanha. Coordena o Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG. Entre outras obras, é autor e organizador de *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real* (Prêmio Jabuti 2006), *Roteiro Prático de Cartografia* (Prêmio Jabuti 2008) e *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas* (2009).

Márcia Maria Duarte dos Santos

Espaço e representação nas Minas setecentistas

Raro exemplar da cartografia e da informação geográfica do Setecentos, o *Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes* ganha relevo como importante fonte histórica primária, quando comparado a outras representações cartográficas características daquele período.

O *Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes* faz parte de um conjunto, relativamente numeroso, de mapas do território mineiro com a configuração geográfica consolidada ao longo do Setecentos que pode ser encontrado em instituições arquivísticas e museológicas, no Brasil e em Portugal.[1] Do mapa em questão, dois exemplares manuscritos, aquarelados, fazem parte, respectivamente, dos acervos da Biblioteca Nacional (BN) e da Mapoteca do Itamaraty (MI), ambas as instituições situadas na cidade do Rio de Janeiro, no Estado homônimo; e outro exemplar, uma fotocópia do original da BN, compõe o acervo do Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte, Minas Gerais.[2] Caio César Boschi registra ainda a existência de outro exemplar manuscrito, também aquarelado, pertencente ao Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, em Lisboa, Portugal.[3]

O mapa, nas três versões conhecidas, como muitos dos realizados sobre a Capitania de Minas Gerais, não é autografado, e apenas o exemplar existente em Portugal, segundo a descrição feita por Caio César Boschi, apresenta-se datado, registrando o ano de 1816.[4] Na descrição do mapa, no catálogo digital da BN, encontra-se anotado que a representação é do século XVIII (17--), enquanto Isa Adonias e Santos, sobre o exemplar da MI, descrevem-no, respectivamente, como da segunda década do século XIX (18--) e do final da primeira.[5] Cláudia Damasceno Fonseca, ao usar o exemplar da BN, como fundo de mapa, tendo em vista localizações de dados temáticos, concorda com a descrição da instituição de origem da fonte cartográfica, registrando que se trata de um mapa do final do Setecentos.[6]

Não obstante a falta dos elementos cartográficos indicados anteriormente e as propostas ou registros diferentes sobre a data de realização do mapa, outros elementos presentes na representação podem fornecer alguma informação sobre o autor e indicar a data dos dados cartografados. Desse modo, é possível, também, propor uma época mais provável para a sua execução, bem como sugerir algo sobre o contexto em que foi elaborado. Os elementos registrados na cartografia permitem também um julgamento do valor do documento como fonte primária de dados, tendo em vista o descortino do seu testemunho sobre a geografia da Capitania de Minas Gerais. Com vistas à consecução desses propósitos, enfocam-se, neste artigo, os elementos cartográficos que indicam propriedades matemáticas e espaciais, tais como rede de coordenadas geográficas e escala; tornam possível a decodificação dos signos cartográficos (legenda); e ampliam os dados representados, a exemplo das notas explicativas.

Propriedades cartográficas

Na construção do *Mappa Topografico e Idrografico*, considerando a sua rede de paralelos e de meridianos, verifica-se que o autor emprega uma projeção muito usada na época, conhecida como Plana Quadrada.[7] Essa projeção caracteriza-se por apresentar as medidas de latitudes e longitudes em eixos traçados perpendicularmente, com espaçamentos invariáveis, registrados em ambos os lados, concernentes a cada uma das medidas, no espaço de representação. Desse modo, no mapa, as medidas das coordenadas são anotadas nos eixos das latitudes com espaçamento de 1^0, variando de -13^0 a -24^0, e, nos das longitudes, de 1^0, variando de 334^0 a 344^0, crescentemente para leste, como de costume no Setecentos.[8] Em relação às longitudes, o autor não registra o meridiano de origem das medidas, o que, no Seiscentos e Setecentos, era também omitido por muitos cartógrafos, fossem eles considerados e denominados cosmógrafos, engenheiros militares, geógrafos ou desenhadores.

Essa omissão ocorria principalmente quando se usava uma referência que pode ser chamada de internacional, como o emprego do "meridiano de Ferro".[9] Esse foi acolhido pela cartografia europeia, incluindo a luso--brasileira, após sua definição por uma comissão de especialistas franceses, escolha que foi referendada, em 1634, por decreto de Luis XIII.[10] Sua posição corresponde ao ponto exterior mais ocidental da ilha homônima, situada no arquipélago das Canárias, próxima ao litoral noroeste africano, e a uma distância de 17^{0} 39' 46'', a oeste do meridiano de Greenwich.[11] A falta do registro do meridiano de origem das longitudes acontecia, também, por motivos estratégicos e políticos. A informação era deliberadamente omitida pelos cartógrafos portugueses para evitar que as potencias rivais conhecessem, de forma mais precisa e sem ambiguidades, as posições geográficas do Império lusitano. Por isso, no *Mappa Topografico e Idrografico* a falta da indicação do meridiano de origem das medidas de longitude não chama a atenção dos estudiosos, embora isso possa dificultar sua análise. Ao contrário, a extensão definida pelo autor para o espaço de representação causa estranheza não pelo intervalo compreendido pelas longitudes 334^{0} e 344^{0}, mas por seus limites.

Os autores da cartografia da Capitania de Minas no Setecentos trabalhavam, de modo geral, em um espaço de representação definido por um intervalo de 10^{0}, como se verifica no mapa em foco. Tratando-se de mapas em que as medidas de longitude tinham como origem o meridiano de Ferro e crescentes em direção leste, colocando-se de acordo com o mapa estudado, o comprimento do espaço de representação apresentava-se, porém, limitado pelos valores 327^{0} e 337^{0}. Essas medidas podem ser conferidas, por exemplo, em dois originais de José Joaquim da Rocha, pertencentes à BN e ao Arquivo Histórico do Exército (AHEx), denominados, respectivamente, *Mappa da Capitania de Minas Geraes: que mandou fazer o Illmo. e Exmo. senhor D. Antº. de Noronha, governador e capitão geral da mesma capitania*, de 1777, e o *Mappa da Capitania de Minas Geraes Com a devisa de suas Comarcas*, realizado em 1778.[12]

Tais medidas podem ser verificadas também em outro original, sem data e autor, uma litografia pertencente ao acervo da BN, denominada *Planta Geral da Capitania de Minas Geraes*.[13] Nesses mapas encontram-se ainda o exemplo do que se afirmou anteriormente, a propósito da indicação do meridiano de origem. Nos mapas de José Joaquim da Rocha, reputado como grande cartógrafo, o meridiano de Ferro não é registrado, enquanto, no segundo, anônimo, sim.[14]

Os limites do espaço de representação do *Mappa Topografico e Idrografico,* característica que o diferencia de muitos mapas do território mineiro, aproximam-no do assinado por Caetano Luis de Miranda, datado de 1804, denominado *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*.[15] Esse mapa, que também não registra o meridiano de origem, foi estudado por mim e por Jorge Pimentel Cintra, que definimos, a partir do seu georreferenciamento, o meridiano de Praia, situado a 23^{0} 34' a oeste de Greenwich, como origem das longitudes apresentadas.[16] Esse meridiano recebe o nome da capital de Cabo Verde, localizada na ilha Santiago do arquipélago citado, posicionado bem ao largo das costas ocidentais atlânticas da África, ainda no Hemisfério Norte, mas ao sul do arquipélago das Canárias. A princípio, tendo em vista os mesmos valores que limitam os espaços de representação em ambos os mapas, pode-se apresentar, como hipótese mais provável, o meridiano de Praia como origem das longitudes registradas no *Mappa Topografico e Idrografico*.

Propriedades cartográficas: meridianos

Embora o emprego do meridiano de Praia seja inusitado na cartografia da América portuguesa e,

particularmente, na da Capitania de Minas Gerais, outros meridianos, referenciados também por ilhas de Cabo Verde, como o de Santo Antão e o de Fogo, foram usados por cartógrafos portugueses e outros europeus. O de Santo Antão era bastante adotado pelos portugueses como a origem das longitudes para a definição da posição da linha de Tordesilhas. A situação daquela ilha, a mais ocidental do arquipélago*,* favorecia o aumento da área portuguesa na América. Por sua vez, o meridiano de Fogo foi adotado pelos flamengos Ortelius, Blaeu e Jansson como origem das longitudes nas suas cartografias produzidas nos Quinhentos e Seiscentos.[17] Outros meridianos, além dos já citados, balizados também por ilhas, porém situadas em arquipélagos africanos, foram também muito usados. As ilhas São Miguel e Santa Maria, localizadas nos Açores, foram referências na cartografia inglesa do Quinhentos, em especial, nas cartas produzidas por Davis e Saxton.[18]

A tendência de situar-se o meridiano de origem em ilhas vai se enfraquecendo à medida que observatórios astronômicos vão sendo construídos, destacando-se as iniciativas de franceses e ingleses. O astrônomo e cartógrafo francês Roger Delisle revolucionou, no início do Setecentos, os cálculos da longitude, ao publicar um tratado sobre a determinação dessas medidas por intermédio da observação dos eclipses das luas de Júpiter. Com base nesse método, tabelas ou tábuas de longitudes eram organizadas e entre as mais famosas por sua precisão encontravam-se as do observatório de Paris. A importância dessa conquista para a atividade cartográfica foi enorme. Como observamos eu e Cintra,[19] uma vez que se conheça

> [...] a longitude precisa de um ponto qualquer da superfície terrestre – Lisboa, Rio de Janeiro ou Praia – em relação a um observatório, por exemplo, Paris [ou ao meridiano definido pelo observatório], era possível utilizar as tabelas desse observatório e referir as coordenadas ao ponto que se desejava – Lisboa, Rio de Janeiro, Praia – mediante uma simples translação. O valor da translação é precisamente a longitude desse ponto.

A mesma suposição levantada sobre o trabalho de Miranda pode ser estendida ao do autor do *Mappa Topografico e Idrografico.* Se o autor anônimo, como Miranda, não fez determinações astronômicas, o que implicava o uso de equipamentos e conhecimento especializado, empregou, de qualquer forma, conhecimentos para a definição das longitudes no seu mapa que não eram banais, e, geralmente, dispensados na formação dos engenheiros militares, geógrafos e astrônomos, entre outros.

O intrigante, no caso de Miranda, é que, a partir do levantamento de seus dados biográficos,[20] sabe-se que o autor, nascido no Arraial do Tejuco (mais tarde a cidade de Diamantina – MG), onde trabalhou na Intendência dos Diamantes, tinha habilidades artísticas reconhecidas, documentadas por autores como Aires da Mata Machado Filho e Joaquim Felício dos Santos.[21] Todavia, não consta, segundo o levantamento realizado, que o autor tenha sido educado formalmente com vistas ao desempenho de atividades cartográficas. De acordo com Santos *et al.*,[22] Miranda era filho de um artista também muito talentoso, Antônio Pinto de Miranda (1730 – *circa* 1790), autor da *Planta do Arraial do Tijuco*, realizada em 1784.[23] É provável, sempre de acordo com os autores citados, que o seu talento, um traço de família, e algum aprendizado com o pai tornaram Caetano, o filho, capacitado para o trabalho cartográfico e artístico.[24] Esse trabalho, por sua vez, foi ensejado por sua ocupação na Intendência dos Diamantes e por sua posição na comunidade do Tejuco, que o considerava um dos notáveis do arraial.

Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes. Autor desconhecido, [17--]. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Diante os dados biográficos de Miranda, pode-se perguntar se o autor do *Mappa Topografico e Idrografico* não seria o responsável pela base cartográfica que foi usada posteriormente pelo próprio Miranda na *Carta Geographica.* As bases desses mapas, nota-se, apresentam *petipés* diferentes. Porém, as escalas correspondentes mostram uma diferença insignificante, ou seja, em torno de 2,1% entre a maior e a menor, respectivamente atribuída ao *Mappa Topografico e Idrografico* e à *Carta Geographica*. O *petipé* do *Mappa Topografico e Idrografico* mede 11,5cm e representa 30 léguas, marcando submúltiplos dessa medida, o que atesta os cuidados do autor para facilitar a tomada de medidas lineares no mapa.[25]

Essa escala, usando expressão de época, corresponde a cerca de uma polegada para cada 7,174 léguas, que atualizada para o sistema métrico indica: cada 2,75cm é equivalente a 4,427km; ou cada 1cm teria o valor de 1,610km, o que pode ser representado numericamente pela relação 1:1.610.303,4. Por sua vez, a *Carta Geographica* registra um *petipé* que mede 7,5cm, correspondendo a 20 léguas. A relação expressa de uma polegada para cada 7,333 léguas pode ser referida como 2,75cm para 4,526km; 1cm para cada 1, 646km; ou, ainda, numericamente, 1:1.646.088.

Essas escalas situam os mapas em questão na posição intermediária entre os que representam a capitania com as maiores e os que o fazem em menores escalas. Para se ter uma noção da ordem dessas grandezas, cita-se a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e Partes Confinantes*, de 1767 e autor desconhecido, pertencente ao acervo do AHEx, como exemplo de mapa realizado em grande escala, no caso, correspondente ao valor 1:735.834,039 (18 léguas = 15,1cm; 1 polegada = 3, 278 léguas; 1cm = 7,35km.[26] O *Mappa da Capitania de Minas Geraes com a devisa de suas Comarcas* e a *Planta da Capitania de Minas Geraes*, já citados, são exemplos de representações realizadas em escalas menores, respectivamente: 1:3.292.176 (40 léguas = 7,5cm; 1 polegada = 14,666 léguas; 1 cm = 3,292km).

Se as escalas dos mapas da capitania são variadas, o nível de generalização das informações geográficas representadas também apresenta variações. Entretanto, relativamente a essa propriedade, é possível aproximar um mapa de outro, considerando a grandeza de suas escalas. Ressalta-se, nesse caso, que o *Mappa Topografico e Idrografico* e a *Carta Geographica* apresentam o mesmo nível de generalização da informação compatível com as escalas de ambos.

Geografia da capitania de Minas Gerais

O *Mappa Topografico e Idrografico* destaca, no espaço de representação, os elementos geográficos que anuncia no seu título. O relevo é particularmente realçado com o uso da técnica de sombreamento, que não é empregada em nenhum dos mapas da capitania já citados. A técnica adotada, com vistas à superação da figuração do relevo por signos e símbolos – que informam a localização e, às vezes, a orientação –, procura destacar o volume e a configuração das formas de relevo.[27] Sua realização não alcança bons resultados, denotando apenas uma maior qualificação do autor, consentânea com os avanços da cartografia dos finais do Setecentos e início do Oitocentos.

A propósito da hidrografia, verifica-se que essa é apresentada no *Mappa Topografico e Idrografico* com maior riqueza de elementos, comparativamente aos mapas de escala maior e/ou mais antigos da capitania, mostrando um avanço em relação ao conhecimento dos recursos hídricos do território. Não obstante, muitos equívocos permanecem e se relacionam principalmente

Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Caetano Luis de Miranda, 1804. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

à drenagem da região oriental mineira. Nessa área, pode-se citar a propósito a indicação do Rio S. Mateus ao norte do Rio de Todos os Santos, afluente do Rio Mucuri, quando deveria ocorrer o contrário. A informação é invariável e repetidamente registrada em outros mapas: o de 1767, de autor desconhecido; os de 1777 e 1778, de Rocha; da litografia, sem data e autor; e o de 1804, de Miranda. Outro exemplo de imprecisão, presente nesses mapas, como no *Mappa Topografico e Idrografico,* é o traçado do Rio Doce, orientado das suas nascentes em direção aos limites da capitania, no sentido oeste-leste, desconhecendo-se que o rio corre de sul para norte, em todo o seu alto curso, infletindo, a partir do médio curso, para leste.

O autor do *Mappa Topografico e Idrografico* não representa a vegetação, como de resto os autores dos outros mapas da capitania já mencionados. Porém, no primeiro, por meio de uma nota posicionada abaixo do título, o cartógrafo informa: "Toda esta Capitania he coberta de Ma(...)tas, e só nas Comarcas do Rio das Mortes, Sabará, e Serro tem manxas de Campo". Essa informação é também registrada na *Carta Geographica*, de Miranda, posicionada abaixo da legenda.

Notas informativas

É também por meio de notas que o autor do mapa estudado inscreve informações sobre o gentio, geralmente a propósito daquele não aldeado. Sua presença no noroeste da Comarca do Sabará, entre o Rio Claro, afluente do Urucuia, e o Rio Cariranha, próximo das divisas da Capitania de Minas com a de Pernambuco, é citada em nota transcrita a seguir: "Certão vadeado pello Gentio Caepô (Caipós) [...] q' tem feito ostilidades aos viagantes". Esse registro, que também é encontrado no mapa de Miranda, está presente na monografia de José Joaquim da Rocha, sobre aspectos históricos e geográficos da capitania, que começou a ser divulgada em 1778, entre os governantes de Minas e estudiosos, embora não tenha sido colocada em nenhum dos seus mapas citados.[28]

No espaço correspondente à região oriental da Comarca de Vila Rica, verificam-se duas notas: a primeira na margem esquerda do *Rio Manhuasu* (Manhuaçu) – "Certão inculto dominado pelo barbo Gentio Pori" (Puri); e a segunda nas proximidades da capela S. Manoel (Eugenópolis, sede municipal, MG), margem esquerda do Rio Pomba, afluente do Paraíba do Sul: "Aldeya dos Indios Croados (Coroados) berta p.lo S. Luis Diogo".[29] Na Comarca do Serro Frio, são encontradas as seguintes referências, no curso médio do Rio Arapuca, subafluente do Doce: "Estas quatro Aldeyas de Índios Malalis são governados p.lo uma Preta".[30]

Essas informações são complementadas por outras expressas por signos e sinais que indicam a localização de aldeias, ou seja, dos gentios "domesticados". Assim, constata-se que na Comarca do Rio das Mortes, para a qual não foi feita nenhuma nota, também não se assinalam aldeias, assim como na Comarca de Sabará. Na Comarca de Vila Rica, encontra-se marcado apenas o aldeamento que foi comentado na nota; e na Comarca do Serro Frio, o maior número de aldeias refere-se aos maxacalis, nas nascentes do Rio Tambacori (Itambacori); *aos* Maconis e Capôxes (capoxós), nas nascentes do Ribeirão de Todos os Santos; aos cotoxês e panhames, na margem direita do Rio São Mateus; e, novamente, os panhames, nas nascentes de um dos formadores do Rio Piauí, afluente do Jequitinhonha.

É importante destacar que o autor se refere a vários povos da língua maxacali e a grupos de botocudos, informação que é encontrada nos outros mapas da Capitania de Minas Gerais. Não obstante, há pequenas variações entre essas cartas, sobretudo em relação

à indicação de grupos de gentios ou de alguma característica desses, embora todos sigam o mesmo padrão quanto às circunscrições políticas em que esses grupos se encontravam. A análise do conjunto desses mapas pode trazer informações de interesse sobre a sua distribuição espacial e o avanço da administração da capitania em relação ao aldeamento. E, novamente, pode-se afirmar que em relação a este tema há grandes semelhanças entre o *Mappa Topografico e Idrografico* e a *Carta Geographica*.

Ainda a propósito das notas explicativas, há no mapa do autor desconhecido, comparativamente com os outros mapas citados, um maior número de registros que destacam o recuo das fronteiras dos “sertões” na porção ocidental do território mineiro e a manutenção de áreas com aquele *status* na sua região oriental. Nesse sentido, no sudoeste da Comarca de Sabará já se encontra o topônimo *Campo Grande*, nomeando a área compreendida entre os rios *Bamboy* (Bambuí) e *Escuro*. Na Comarca do Rio das Mortes, há referências a um topônimo, *Campinas do Barbas de Bode*, ao sul do Rio *Bamboy* e ao norte da Serra da Canastra, onde se registra *Cabeceiras do R*^{o} *do S. Fran.*^{co} E na Comarca do Serro Frio há duas notas sobre os sertões: ao norte do Rio *S. Matheus – Certão inculto*; e ao sul do Rio *Pardo – Certão sem cultura até o Mar*.

Ao tratar desse tema, o autor, ainda quando se refere à Comarca do Rio das Mortes, faz uma breve referência a uma ação de outro governador da capitania, informação colocada a oeste e a leste, respectivamente, das nascentes dos rios Preto e Grande: *Certão da Mantiq.*^{a} *a baixo mandando ivadir pello Sr. D. Rodrigo*.[31] A menção a uma autoridade também ocorre no mapa de Miranda, outra semelhança entre ambos que pode ser apontada.

As notas explicativas presentes no *Mappa Topografico e Idrografico* deixam ainda inscritas, direta ou indiretamente, informações sobre a atividade mineradora da capitania. Na Comarca de Sabará, essas notas são colocadas próximas a signos e sinais referentes aos registros, a saber: *Destacam.*^{to} *das Gontas q*^{e} *empede o extravio do Ouro em pô*, margem esquerda o Rio *Andayá (Andaiá)*, afluente do Rio São Francisco; *Destacam.*^{to} *do R. da Prata, e guarda de Diamantes,* nas mediações do Rio *Escuro*; *Destacam.*^{to} *Diamantino da Varge bonita q*^{e} *guarda estes rios*, margem do Rio do Sono, afluente do Paracatu; e *Guarda de Diam*^{tes} , na margem esquerda do Rio *Abaete*, próximo a sua barra no São Francisco.

Se essas notas distinguem o mapa em estudo de outros da capitania, inclusive da *Carta Geographica,* outra nota, na Comarca do Serro Frio, nas proximidades de dois afluentes do Rio Piauí, não nomeados, aproximam-no daquela, registrando: *Nestes rios se tirão as Grizolitas, Safiras e pingos de Agoa os milhores*. De acordo com Santos, “esses minerais correspondentes a um tipo de olivina e ao coríndon foram, certamente, confundidos com as turmalinas que ocorrem na região indicada”.[32] Esse registro também é encontrado na monografia de José Joaquim da Rocha e pode ser observado nos seus mapas.[33]

Afora essas informações geográficas, as relacionadas às fazendas, aos caminhos, aos registros e às povoações são indicadas por meio de signos – signos-sinais e signos-símbolos –, cujos significantes e significados estão registrados na legenda. Nota-se que a localização das fazendas, como em todos os outros mapas citados, não é um indicativo da distribuição ou da densidade espacial desses estabelecimentos no território mineiro. Essa pontuação ocorre, apenas, para auxiliar a configuração dos caminhos que são representados, marcadamente as ligações internas entre as vilas e a única cidade da capitania, Mariana, e as articulações externas do território mineiro com os das capitanias limítrofes.

Caminhos e povoações

Destaca-se a variante do Caminho Novo que ficou conhecida como *Caminho do Proença.*[34] Nessa importante ligação entre a capitania de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro – indicada pelo registro do *Paraibuna* (distrito de Paraibuna, município de Simão Pereira) – a articulação existente na *V.ª nova de Barbacena* (Barbacena) propiciava comunicações com Goiás e o Mato Grosso, cortando o território da Comarca do Rio das Mortes e depois a de Sabará. Destacam-se, também, os caminhos conhecidos como do Campo e do Meio que ligavam *Villa Rica* (Ouro Preto), sede da capitania, à região diamantina e daí, a partir da *V.ª do Principe* (Serro) ou do *Tejuco* (Diamantina), à Capitania da Bahia e à de Pernambuco. Esses caminhos correspondem aos que se estabeleceram ao longo da margem oriental do Rio São Francisco e das vertentes orientais e ocidentais da Serra do Espinhaço. Dentre eles, encontra-se o famoso Caminho do Gado ou da Bahia.[35]

No *Mappa Topografico e Idrografico*, os caminhos do Campo e do Mato, ainda na Comarca do Serro, se unem nas proximidades das nascentes do *Rio Parauna* (Paraúnas), onde o autor localizou um arraial e um registro homônimos do rio (distrito de Conceição do Mato Dentro). A partir dessa localidade se estabelece uma ligação que, após passar pelo arraial e registro de *Gouveyo* (hoje cidade de Gouveia), cruza o Rio São Francisco na altura da capela *Papagaios* (cidade de Papagaios), articulando, daí, os caminhos para as vilas e paróquias da Comarca de Sabará. Dessa comarca para a Capitania de Goiás, a única ligação efetivamente assinalada é a articulada ao noroeste do território, a partir da paróquia de *Pracatu* (Paracatu). Na Comarca de Sabará – a cuja jurisdição pertence Paracatu –, na sua região centro e sul, há várias ligações que são terminadas por registros, entre outros, o *Registro da Gontas* e o *do Prata*, já referidos.

Em relação às ligações da Capitania de Minas Gerais com a de São Paulo, estabelecidas na Comarca do Rio das Mortes, verifica-se a existência de sete desses caminhos. Um desses, muito próximo dos limites com a Capitania do Rio de Janeiro, é marcado, já no interior do território mineiro, pelo registro denominado Picada da Iuruoca, que em parte do seu trajeto, nesse território, corresponde ao do antigo caminho que ligava Paraty (Parati, RJ) a Villa Rica (Ouro Preto). Outras duas ligações, também atravessando a Mantiqueira, foram assinaladas já na Capitania de Minas, respectivamente, pelo *Reg.º da Mantiqr.ª* e pela capela de *Itajuba* (Itajubá).

Duas outras ligações são marcadas no território de Minas, respectivamente, pelo registro do *Jaguari* (Extrema) e por uma fazenda onde se encontra a denominação *Ponte nova do Jaguari*. Dois outros caminhos, como os anteriores, unidos na Capitania de São Paulo, são assinalados já no território mineiro como caminhos diferentes, um pelo Arraial do *Rio Pardo* e o outro pelo Arraial e Registro *Jacui* (Jacuí). A partir do caminho marcado em Jacuí, verifica-se a existência de outro que chega aos limites da Capitania de Minas com Goiás, sem indicação de registro.

Sobre as povoações, há no *Mappa Topografico e Idrografico* algo de insólito na apresentação dos seus tipos na legenda e na sua representação. Por meio de signos-símbolos, o autor anônimo distingue cidades, vilas, arraiais, paróquias e capelas. Tanto a configuração dos signos-símbolos como a ordem em que foram anotados na legenda sugerem que as povoações foram apresentadas segundo categorias hierárquicas, político-administrativas. Além disso, essa informação é a única do conjunto representado no mapa que não foi expressa e obtida na escala de mensuração nominal e, sim, ordinal. Santos, a propósito do estudo sobre a *Carta Geographica*, que apresenta características semelhantes às apontadas

anteriormente, observa que o registro da hierarquia das povoações e a natureza distinta da escala de mensuração dessa informação não eram incomuns nos mapas do Setecentos e do Oitocentos da Capitania de Minas Gerais. No entanto, na enumeração dos elementos dessa hierarquia, ao incluir a categoria arraiais, o mapa de Miranda torna-se distinto de todos os outros da capitania, com exceção ao *Mappa Topografico e Idrografico.*[36]

Um e outro, ao distinguirem esse tipo de povoação, incorrem, entretanto, em erro conceitual, uma vez que as categorias capela e paróquia ou freguesia pertencem também ao gênero arraial. Essa informação, por sua vez, encontra-se em dois mapas denominados igualmente *Mappa da Capitania de Minas Geraes*, pertencentes ao AHEx.[37] Trata-se de cópias datadas de 1870 e assinadas pelo capitão Antônio Vilella de Castro Tavares e por Luis Maria da Silva Pinto, sem indicação da autoria do original. Neles, na nota justaposta à apresentação da legenda, pode-se ler: “Todas as paróquias e capelas são denominadas arraiais”.

Acrescenta-se, apoiando-se ainda em Santos *et al*.,[38] que essa informação é corroborada por outras referências que compilam informações de várias fontes primárias, como, por exemplo, a dos registros sobre topônimos de Minas Gerais, no dicionário histórico-geográfico elaborado por Waldemar de Almeida Barbosa.[39]

Considerando o número de povoações representado, tanto no *Mappa Topografico e Idrografico* como na *Carta Geographica*, supõe-se que deve haver uma motivação ou uma explicação que possa ser descortinada para esses registros. No primeiro consta apenas uma povoação representada como arraial – o *Tejuco* (Diamantina) – enquanto no segundo estão marcadas várias povoações, inclusive o arraial citado. Esses dados estão expressos, com vistas a comparações, a propósito de suas posições absoluta e relativa, nos Quadros 1 e 2.

Ressalta-se que no estudo sobre o mapa de Miranda foram levantadas algumas hipóteses, mas não se conseguiu a comprovação de nenhuma, para explicar a distinção da categoria arraiais. A mais promissora dessas hipóteses, fundada particularmente na situação do *Tejuco,* consistia na explicação de que a categoria foi associada aos povoados maiores e mais consolidados que, embora ainda fossem capelas, já podiam pretender a condição de freguesia ou paróquia. No estudo do *Mappa Topografico e Idrografico*, o conjunto de dados já expostos e outros sugerem que o autor quis realçar a situação especial do Arraial do Tejuco. A povoação só adquire o estatuto de arraial-freguesia em 1817, porém, na sua planta realizada em 1784, já mencionada, constava a presença de oito templos religiosos e, por volta da década de 70 do Setecentos, uma população maior que a da *V.ª do Principe* (Serro), cabeça da Comarca do Serro, onde o arraial se localizava.[40]

Salvo essa questão sobre as povoações da capitania, nota-se que os dados sobre aquelas classificadas como paróquias ou capelas nem sempre correspondem aos de outras fontes. Muitas das informações não estão de acordo com as constantes do dicionário de Barbosa, nem com as registradas pelo Instituto de Geociências Aplicadas; em estudo feito em 1993.[41] Desse modo, é preciso ter cautela ao se aceitar a classificação proposta pelo autor do *Mappa Topografico e Idrografico*. Em relação às vilas da capitania, ele registra, no espaço de representação, sua condição político-administrativa, no topônimo, e com o significante presente na legenda. As vilas representadas correspondem às que foram criadas entre 1711 a 1791, a saber: *V.ª Rª* (Ouro Pret); *V.ª de Sabara* (Sabará); *V.ª de S. João* (São João del-Rei); *V.ª do Princepe* (Serro); *V.ª de Pitangui* (Pitangui); *V.ª*

de S. Joze (Tiradentes); *V.ª do Bom Sucesso* (Minas Nova); *V.ª Tamanduá* (Itapecerica); *V.ª Nova de Barbacena* (Barbacena); e *V.ª Queluz* (Conselheiro Lafaeite). Entre vilas criadas no período citado, o autor assinala a posição, mas não registra o topônimo da *Vila Nova da Rainha* (Caeté).

A propósito da então única cidade da capitania, ela se encontra devidamente registrada no mapa, não obstante com a denominação *Leal Vila do Ribeirão do Carmo* (Mariana), que remete àquela dada pelo conde de Assumar, em 1720. Nota-se que a vila que deu origem à cidade foi criada com o nome *Real Vila de N. S. do Carmo*, por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador da Capitania da Coroa de São Paulo e Minas do Ouro (1710-1713). Essa vila tornou-se a cidade de Mariana, sua denominação atual, em 1745, no segundo governo de Gomes Freire de Andrade.[42]

Considerações finais

No título *Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes* encontram-se dois qualificativos para a representação, seguidos do locativo. Esse tipo de nomeação não é comum entre as representações do Setecentos e início do Oitocentos, exceto na *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e na Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e Partes Confinantes*, de 1767, pois ambas apresentam apenas um qualificativo para a capitania. Embora diferentes, os mapas apontados, como todos os outros, em razão de sua escala e dos elementos topográficos e altimétricos que representam, podem ser considerados mapas corográficos. Essa classificação é derivada da tipologia de Fortes.[43] Nesse sentido, a diferença dos dados entre eles está muito mais relacionada à escala do que à classe de uma tipologia. Esse fato, contudo, representa um aspecto de grande interesse, pois favorece os estudos do conjunto.

Com base na classificação do *Mappa Topografico e Idrografico*, a partir de um estudo eminentemente qualitativo, pode-se avaliar favoravelmente a qualidade das informações representadas, embora não seja possível estabelecer um julgamento balizado na precisão geográfica. Levando-se em conta os aspectos estudados, pode-se afirmar que os dados presentes nesse mapa agregam mais informações que os presentes nos outros mapas realizados no Setecentos e no início do Oitocentos, dos quais foram feitas menções neste artigo.

Esses dados, principalmente as informações presentes nas notas – que marcavam a posição das fronteiras dos sertões à época, as alusões aos governadores da capitania, e, sobretudo, as povoações assinaladas como vilas –, permitem indicar uma data provável para a informação cartografada. Acredita-se que o mapa seja realmente do século XVIII, do início da última década do Setecentos, constituindo portanto uma fonte cartográfica histórica de grande interesse e valor para a reconstrução da geografia histórica da Capitania de Minas Gerais.

Notas |

1. *Mapa Topográfico e Idrografico da Capitania de Minas Gerais*. s. a. – Escala: [Ca. 1: 1610 000], 30 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 11,5 cm. –s.d.. – 1mpa:ms.,color.; BN – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

2. De todos os exemplares relacionados do *Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes*, o que proporciona as melhores condições de legibilidade é o da BN, que pode ser visto no seguinte endereço eletrônico: *http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=sh&rn=1&disp=list&sort=off&ss=22164734&arg=minas%20gerais%20(brazil)%20-%20maps,%20manuscript%20-%20early%20works%20to%201800*. Sua descrição pode ser encontrada no *site*: *http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=cs0&rn=1&disp=card&sort=off&ss=22682448&arg=idrografico.*

3. BOSCHI, Caio César. *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p. 68.

4. BOSCHI. *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal*, p. 68.

5. ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. p. 228. SANTOS, Márcia Maria Duarte dos (Org.). *Minas Gerais em mapas*. Catálogo Digital do

Centro de Referência em Cartografia Histórica. Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica, Instituto de Geociências (UFMG), 2003. (CD-ROM)

6. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or*: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle). Paris: Fundação Cultural Calouste Gulbenkian, 2003. p. 70.

7. Essa projeção é denominada *Plate Careé,* em francês, e *Flat square* ou *Equirectangular projection,* em inglês. Manoel de Azevedo Fortes (1722;1729) já a indicava, para os engenheiros militares portugueses, com vistas à elaboração de mapas geográficos ou para a representação de territórios sem uma grande extensão longitudinal, a partir da publicação dos seus tratados. Cf. CINTRA, Jorge Pimentel; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Análise da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804. In: *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, MG: Centro de Referência em Cartografia Histórica, UFMG, 2009 (CD-ROM).

8. Sobre o modo de se referenciar as longitudes, segundo paradigmas diferentes da cartografia, cf. SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático da Cartografia*: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 51-82; SANTOS. *A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda*; SANTOS JUNIOR, Robson de Paula; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Meridianos de origem: escolhas históricas. In: *Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Cartografia* e *I Congresso Brasileiro de Geoprocessamento*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Cartografia, 2007.

9. O meridiano de Ferro, ou meridiano de Paris, rivalizou com o meridiano de Greenwich, até ser por ele destronado em 1884 como *prime meridian of the world.*

10. Nesse período, em relação à cartografia luso-brasileira, encontram-se nas suas representações referências ao meridiano de Lisboa, ao de Paris e até ao de Greenwich, porém, de modo geral, associadas à representação do meridiano de Ferro, como observa SANTOS. Técnicas e elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império, p. 75.

11. Citam-se, além da posição do meridiano de Ferro em relação ao de Greenwich, as posições relativas ao de Paris, W20º 00'00", e ao de Lisboa, 80 22'55". Cf. SANTOS. Técnicas e elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império, p. 75.

12. *Mappa da Capitania de Minas Geraes: que mandou fazer o Illmo. e Exmo. senhor D. Anto. de Noronha, governador e capitão genal. da mesma capitania. Jose´ Joaquim da Rocha*. - Escala: [ca. 1: 1 48 500], 30 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 12,5 cm . -1777. -1 mpa: ms, col.; 89,2 x 34,5 cm; BN – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ. *Mappa da Capitania de Minas Geraes Com A devisa De Suas Comarcas*. José Joaquim da Rocha. Escala: [ca. 1: 2 900 000], 40 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 8,5 cm. -1778. -1mpa:ms., color.; 73,5 x 44,5cm;AHEx -Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, RJ.

13. *Planta Geral da Capitania de Minas Geraes*. s.a. -Escala: [Ca. 1: 3 290 000], 40 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 7,5 cm. – s.d. – 1 mpa: lit,color.; 47,0 x39,4cm; BN – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

14. COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia das Minas Gerais*: da Capitania à Província. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. SANTOS (Org.). Minas Gerais em mapas, 2003. COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *A Cartografia da Conquista do Território das Minas.* 2004. FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 155-187, jul.-dez. 2009.

15. *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*: Anno de 1804. Caetano Luís de Miranda. - Escala: [ca. 1: 1 650 000], 20 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 7,5 cm . -1804. -1 mpa: ms, color.; 75,0 x 68.2 cm; AHEx -Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, RJ.

16. CINTRA; SANTOS. Análise da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804.

17. Cf. OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário cartográfico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993. p. 217.

18. Cf. OLIVEIRA. *Dicionário cartográfico*, p. 502.

19. Cf. CINTRA; SANTOS. Análise da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804. Sobre mais informações sobre o procedimento de conversão de valores de longitude, remete-se ao trabalho de MARQUES, Miguel da Silva. *Cartografia Antiga:* tabela de equivalências de medidas, cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2001. p. 95-100; e de SANTOS JUNIOR; SANTOS. Meridianos de origem: escolhas históricas.

20. Cf. SANTOS. *A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda*; e CINTRA; SANTOS. Análise da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804.

21. MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tejuco, cidade Diamantina*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944. (Publicação do SPHAN, n. 12.) e SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Districto Diamantino. Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1924.

22. SANTOS. *A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda.*

23. Nessa representação cartográfica, referenciada a seguir, encontra-se grafado "Teiuco", no lugar de "Tejuco": *Planta do Arraial do Teiuco.* Antônio Pinto de Miranda. – Escala [não determinada], esc. gráfica 80 braças.-1784. – 1 mapa: ms, color. 38,9x 52,0 cm. (AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, RJ).

24. O talento de Miranda é revelado, por exemplo, em uma iconografia, conhecida por sua beleza e pelos aspectos descritivos referentes à lavra de diamantes, denominada: *Vista do serviço Diamantino do Monteiro no rio Gequitinhonha. Para ser presente ao Ilmo. E Exmo. Sr. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, Fidalgo da Casa de S. A R. e do Concelho do mesmo Senhor, Governador e Capitão Geral de Minas Geraes. Offerecido por Modesto Antonio Maier, Inten.de dos Diamantes.* Tijuco, 1803. Miranda fes. Caetano Luís de Miranda (Escala: [Não determinada]. -1803. -1 desenho: ms, color.; 78 x 151cm. MO - Museu do Ouro, Sabará, MG).

Em relação aos trabalhos cartográficos de Miranda, são conhecidos: [Itinerário da] *Viagem de João Severiano Terrabuzi do Rio de Janeiro ate a Villa do Bom sucesso em Minas em 1814.* Caetano Luís de Miranda. – Escala: s/esc.. – 1814. – 1 mapa: ms, color.; 47,8 x 37,3 cm; MO - Museu do Ouro, Sabará, MG; bem como o *Mappa da Freguezia da Villa do Principe que contem a Nordeste a Applicação do Rio Negro: no Centro a Demarcação Diamantina, encravada nesta, e em parte da Freguezia do Rio Vermelho ao oriente; e a Sueste o Território da Villa do Princípe, Itambé, Rio do Peixe e Guanhãs.* (Caetano Luís de Miranda. –Escala: [não determinada], esc. gráfica de 9 legoas de 18 ao grão. – 1820. – 1 mapa: ms, col.; 32,3 x 29,2 cm. AHEx -Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, RJ. SANTOS. *A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda.*

25. Como o autor do *Mappa Topografico e Idrografico* não qualifica a medida da légua empregada na escala, considerou-se a equivalente a 18ª parte de um grau de latitude – 18,00/º –, o que corresponde ao seguinte valor em centímetros, 617.283, de acordo com MARQUES. *Cartografia Antiga...*, p. 53. Para a medida da polegada, foi considerado o valor de 2,75cm, também de acordo com Marques. Essas medidas do sistema métrico decimal foram também consideradas para todos os

outros cálculos de escala apresentados neste artigo, considerando o seu emprego muito comum na época.

26. *CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES, E PARTES CONFINANTES*. s. a. – Escala: [ca. de 1: 736 000], 18 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 15,1. 1767. – 1 mpa:MS., col.; 128,0 x 174,0 cm; AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, RJ.

27. Neste trabalho emprega-se uma tipologia de signos cartográficos que compreende os signos-símbolos, bem como os signos-ícones e signos-sinais. Segundo Santos (cf. Técnicas e elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império, p. 59), os signos cartográficos podem ser "idealizados com a intenção de reproduzir ou representar um objeto, um ser, um atributo, etc., considerando, respectivamente: características particulares – construindo, nesse caso, um signo-ícone; ou relações de semelhança, mesmo que remotas, e outras ilações, sugeridas por hábitos ou valores próprios de uma cultura, etc. – elaborando um signo-símbolo. Um signo criado para representar algo pode se apresentar, também, arbitrária e imotivadamente associado ao elemento que denota, classificando-se como signo-sinal".

28. ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Coord. Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

29. Referência a Luis Diogo Lobo da Silva, governador da capitania entre 1763 e 1773.

30. Todas as referências sobre localização de qualquer elemento presente no mapa, registrado em notas e na legenda, são balizadas pelas próprias informações da representação. A título de exemplo, quando se menciona o Rio São Mateus, está se referindo ao topônimo registrado pelo autor, sem considerar que o elemento indicado é conhecido por outro nome, atualmente.

31. Rodrigo José de Meneses, conde de Cavalleiros, governador entre 1780 a 1783.

32. SANTOS. *A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda.*

33. ROCHA. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais...*

34. De acordo com COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real.* Lisboa: Kapa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 42.

35. COSTA. *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real,* p. 57; SANTOS. *A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda.*

36. SANTOS. *A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda.*

37. *Mappa da Capitania de Minas Geraes. Copiado pelo Cap Antonio Vilella de Castro Tavares em 1870.* –Escala: [Ca. 1:1 450 430], 20 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 8,5 . – cópia 1870. – 1 mpa:MS, col.; 81cm x 91,5cm. (AHEx -Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, RJ). *Mappa da Capitania de Minas Geraes. Copiado pelo Luis Maria da Silva Pinto em 1870*. –Escala: [Ca. 1: 450 430], 20 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 8,5 cm. – cópia 1870. – 1 mpa:MS, col.; 82,0 x 92,5 m.. (AHEx -Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, RJ). Cf. SANTOS. *A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda.*

38. SANTOS. *A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda.*

39. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

40. Cf. ROCHA. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais...*, p. 137.

41. INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS. *As denominações urbanas de minas Gerais*: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1993.

42. CARVALHO, Teófilo Feu de. *Comarcas e termos*: Creações, suppressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de Comarcas e termos, em Minas Geraes (1709-1915). Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1922. BARBOSA. *Dicionário Histórico--Geográfico de Minas Gerais*.

43. FORTES, Manoel de Azevedo. Tratado do modo mais faccil e exacto de se fazer as cartas geographicas, assim de terra, como de mar, e tirar as plantas das praças. Lisboa, 1722. FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro portuguez*. Lisboa, 1729. tomo I.

Márcia Maria Duarte dos Santos é coordenadora de ações educativas do Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH), Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

QUADRO 1 | **Distribuição das povoações da Capitania de Minas Gerais, por comarca, de acordo com a classificação político-administrativa presente no *Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes.***

Comarcas	Serro Frio	Vila Rica	Rio das Mortes	Sabará	Capitania de Minas Gerais	
	Nº Absoluto	Nº Absoluto	Nº Absoluto	Nº Absoluto	Nº Absoluto	Nº Relativo
Capela	35	33	68	56	192	87,0
Arraial	1	0	0	0	1	0,5
Paróquia	5	2	3	6	16	7,0
Vila	2	1	5	3	10	5,0
Cidade	0	1	0	0	1	0,5
TOTAL	**43**	**37**	**76**	**65**	**220**	**100**

Fonte: Extraído por contagem do *Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes* (s.d., s.a, Biblioteca Nacional, BN/RJ).

QUADRO 2 | **Distribuição das povoações da Capitania de Minas Gerais, por comarca, de acordo com a classificação político-administrativa presente na *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes.***

Povoações	Vila Rica	Sabará	Serro Frio	Rio das Mortes	Capitania de Minas Gerais	
	Nº Absoluto	Nº Absoluto	Nº Absoluto	Nº Absoluto	Nº Absoluto	Nº Relativo
Cidade	1	0	0	0	1	0,5
Vila cabeça de comarca	1	1	1	1	4	2,0
Vila	0	3	1	5	9	5,0
Freguesia	8	11	3	3	15	8,0
Arraial	10	10	23	2	45	26,0
Capela	21	28	16	41	106	59,0
TOTAL	**41**	**53**	**44**	**52**	**180**	

Fonte: Extraído por contagem da *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes* (1804, Caetano Luis de Miranda, Arquivo Histórico do Exército, AHEx/RJ).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Sob o signo do moderno

Luis Gustavo Molinari Mundim

A elaboração de "um mapa moderno e exato" da Província de Minas Gerais, empreendida na primeira metade do século XIX, embora tenha se revelado tarefa mais complexa do que imaginavam seus idealizadores, consumindo cerca de 20 anos para sua conclusão, representou um novo olhar sobre o território e sobre o espaço mineiro.

> Os mapas, de longa data, despertam o interesse e o fascínio de diversos povos e indivíduos. Isso se deve não somente às vantagens de orientação e de localização intrínsecos à cartografia, mas também pelo fato de essas ferramentas funcionarem como representações do real, ou seja, os mapas são instrumentos de compreensão do mundo e do espaço transmitida a um suporte material. Além disso, do ponto de vista histórico, os mapas, como as demais fontes de informação histórica, são frutos de realidades específicas e carregam em si traços significativos que são registro indelével do momento em que foram produzidos.

No Brasil, durante os anos da colonização e do império, a representação cartográfica do espaço foi uma preocupação constante dos governantes. Os mapas eram considerados uma espécie de olhos do rei e, cada vez mais, eram vistos como instrumentos essenciais para conhecimento dos vastos espaços da colônia por parte da administração. Por meio dos mapas, o poder régio ampliava suas informações sobre o espaço de suas posses, o que por fim auxiliava e garantia o processo de civilização[1] e de dominação das regiões do império. Afinal, "mapear significava conhecer, domesticar, submeter, conquistar, controlar, contradizer a ordem da natureza".[2] Além disso, os mapas têm uma relação direta com as fronteiras, pois, por serem instrumentos ordenadores, desempenharam e desempenham um papel fundamental na construção das imagens sobre os espaços que representam, influindo inclusive na percepção do território e na construção de sua unidade.

Mapeando fronteiras

Nas Minas Gerais, a ocupação e a conformação do território[3] foram um processo gradativo e heterogêneo que, ao longo do século XIX, ainda estava em construção. As fronteiras[4] internas do Estado não exibiam a conformação que hoje conhecemos e havia a necessidade crescente de se identificar e, consequentemente, mapear o território. Como fruto dessa necessidade, a administração imperial determinou providências para conhecimento de seu espaço, e é nesse sentido que ganha destaque a elaboração do *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855). Essa foi a primeira determinação oficial relativa à então Província de Minas Gerais, com a finalidade de mapear o seu território. Além disso, o tempo gasto na confecção da carta[5] e as dificuldades envolvidas no processo se apresentam como importantes elementos para uma reflexão sobre a dinâmica que caracterizou o mapeamento cartográfico na província, até meados do século XIX.

A Lei nº 18, de 1º de abril de 1835, ordenava que fosse "levantada uma Carta Geografica e Topografica" de todo o território da província.[6] A ordem tinha por objetivo preencher uma lacuna nas informações territoriais e seguia uma orientação que também se desenvolvia em outras províncias do império. Como já foi dito, a cartografia se firmava uma vez mais como ferramenta de dominação e controle subjetivo do espaço.

Em relação a esse mapa, especificamente, diversos governantes depositavam a expectativa de a carta tornar-se um importante instrumento para o planejamento dos negócios públicos. O mapa, desde sua concepção, surgia com a promessa de ser o mais exato e preciso já produzido sobre Minas Gerais e marcava o envolvimento direto da administração imperial nos levantamentos e na produção cartográfica. É importante lembrar que, embora outros mapas produzidos anteriormente pudessem ser encarados como instrumentos oficiais, esses eram produtos da iniciativa de particulares que ofereciam seus trabalhos aos governantes, geralmente em troca de honras e mercês. Tal é o caso dos mapas produzidos por José Joaquim da Rocha no último quartel do século XVIII,

ofertados ao governador da Capitania de Minas Gerais, dom Rodrigo José de Menezes.[7]

Contudo, apesar do interesse provincial e da reconhecida importância estratégica da *Carta Geografica e Topografica*, sua execução se arrastou por longo tempo, aproximadamente 20 anos. Vários foram os motivos para a demora desse processo. Analisando os *Relatórios de Presidente de Província de Minas Gerais*,[8] é possível resgatar parcialmente algumas etapas de produção dessa carta.

Início dos trabalhos

Somente após sete anos da promulgação da Lei nº 18 o vice-presidente da Província de Minas Gerais, Herculano Ferreira Penna, determinava as primeiras providências para execução do mapa. A primeira ação seria a formação de uma comissão para coordenar os trabalhos. Na *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial*, em 1842, Herculano expunha alguns aspectos referentes à elaboração da carta:

> Determina a Lei nº 18, artigo 58 § 13, que o Inspetor Geral das Estradas faça levantar uma *Carta Geográfica e Topográfica da Província*, nomeando um Geógrafo com autoridade do presidente, e ministrando-lhe os instrumentos coadjuvadores, quando for para as observações astronômicas, e geodésicas. Antes porém de organizada, como hoje se acha a Inspetoria Geral das Estradas, *incumbiu o Governo da Província esse trabalho a uma Comissão já mencionada no anterior Relatório, de que fazem parte, o Engenheiro em chefe, o Secretário da Presidência, e o cidadão chamado Luiz Maria da Silva Pinto, que a isso se há prestado gratuitamente, havendo 2 ajudantes, que vencem módicas gratificações. As ocupações de cada um dos membros da Comissão tem continuado a obstar ao maior desenvolvimento de seus trabalhos, mas ainda assim não deixam eles de corresponder ao dispêndio feito pela Fazenda Pública.* Além do grande Mapa da Província, que trata-se de reduzir da escala de 9 palmos de comprimento a 6 palmos, e 6 polegadas de altura tem-se concluído os parciais de muitos Municípios, posto que ainda faltem diversas correções, para as quais necessita a Comissão do auxilio de pessoas inteligentes que as indiquem com segurança, depois dos convenientes exames sobre os diversos objetos , que compreendem a superfície dos Municípios, como a posição das Cidades, Vilas, e outras Povoações, Montanhas, direção das Estradas, curso dos Rios, divisas territoriais, etc., a par das observações astronômicas, e dos cálculos, que delas resultam, para determinar-se a exata posição de diversos pontos. Sendo pois autorizada a necessária despesa, e tomando o Inspetor Geral das Estradas a parte, que, segundo a Lei, deve caber-lhe nestes importantes trabalhos, estou certo que tornar-se-ão mais ativos, *como o exigem as necessidades do serviço público que muitos estorvos encontra, como sabeis, por faltar-nos ainda um mapa moderno, e exato da província.*[9]

No excerto, entre outras coisas, o vice-presidente dava conta das atividades desenvolvidas até aquele período e esboçava a metodologia de trabalho que deveria ser empregada futuramente pela comissão. Autorizava também as despesas necessárias para o serviço. O texto evidenciava a magnitude da tarefa e deixava clara a necessidade do auxílio de cidadãos renomados para compor a comissão. Um desses indivíduos foi o major Luiz Maria da Silva Pinto,[10] funcionário régio, responsável pela primeira tipografia oficial da Província de Minas Gerais e por um importante *Dicionário da*

Língua Brasileira. Herculano Ferreira Penna lamentava, ainda, a falta de um "mapa moderno, e exato da província" que pudesse auxiliar no planejamento e conhecimento do território mineiro. As palavras do governante davam o tom do ideal da época, amparado sob o signo do moderno. Pelo exposto, podemos constatar a expectativa depositada no mapa, que se visualizava como um instrumento imprescindível para a administração imperial.

Expectativas

No ano seguinte, em 1843, o presidente da Província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa, expunha em sua *Falla* uma visão ampla do que esperava do mapa, demonstrando-se cético quanto à qualidade das cartas existentes até aquele momento:

> O levantamento da *Carta Geral da Província* foi decretado por Lei desta Assembleia, mas ainda se não tem tratado de outros trabalhos, que de dar grandes dimensões as Cartas conhecidas até agora, sem que tenhamos a certeza, de que as que serão impressas, ou desenhadas tenham sido formadas debaixo de métodos convenientes, e seguros.
>
> Não me consta que haja uma coleção de observações astronômicas, que segurem a posição de certos lugares para em relação à eles se corrigirem pela estimativa outros. Não sei que haja Plantas topográficas de terrenos parciais, e em tão grande número, que possam dar elementos para a *Carta Geral da Província*; e não vejo que as hoje existentes sejam outra coisa, que a tradição sucessiva de diversas Cartas de curiosos, que pouco, e pouco se vão aumentando de nomes postos à vontade, e por informações, e assim a maior parte dos trabalhos, com que se conta, e de Cartas levantadas no Gabinete, e cujos autores nunca virão tais terrenos. A única parte, à que pode dar-se algum crédito é a de Costa, por que é configurada à custa de muitas observações, e assim mesmo não faltarão erros, até em latitude, em quase toda ela.[11]

A crítica de Francisco José de Souza Soares d'Andréa em relação aos mapas existentes era em parte procedente, principalmente quanto à precisão das coordenadas geográficas estabelecida nas cartas. O governante criticava, principalmente, a "tradição sucessiva de diversas Cartas de curiosos, que pouco, e pouco se vão aumentando de nomes postos à vontade". Também não poupava os chamados cartógrafos de gabinete, que não conheciam os locais que pretendiam representar.

O relatório de d'Andréa torna-se ainda mais importante por não se tratar da opinião de um leigo no assunto. Como engenheiro militar do império, o governante sabia com propriedade das técnicas cartográficas existentes, sendo inclusive nomeado pelo imperador para participar, alguns anos mais tarde, em 1853, da Commissão Imperial de Demarcação de Limites entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguay.[12]

Todavia, talvez a crítica de d'Andréa fosse demasiadamente exagerada, pois incluía no rol das "cartas de curiosos" mapas como o de José Joaquim da Rocha e o de Eschwege.[13] Mapas que, se não primavam pela exatidão que d'Andréa esperava, estavam em consonância com as últimas técnicas cartográficas na ocasião de suas respectivas produções. Além disso, a crítica à figura do "cartógrafo de gabinete" parece estranha, visto que tal prática era muito comum no período, sendo empregada inclusive no próprio *Mapa da Província de Minas Gerais*, quando o alemão Friedrich Wagner foi contratado para executar a função.

Carta chorographica da Província de Minas Geraes, coordenada e dezenhada em vista dos Mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de vários Engenheiros, por Ordem do Ilmº. e Exmº. Sr. Doutor Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, Presidente desta Província. Frederico Wagner, Ouro Preto, 1855. Acervo Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.

Retrato do engenheiro militar Heinrich Wilhem Ferdinand Halfeld (Clausthal, Alemanha, 1797 – Juiz de Fora, MG, 1873). In: MARTINS, Beatriz Borges. *A vida é essa...* Belo Horizonte: B.B. Martins, 2000

No mesmo relatório d'Andréa relativizava em parte as críticas enfatizando que "não devemos desprezar o trabalho, que está feito, mas devemos cuidar em ter a Carta Geral da Província por modos mais diretos".[14] A preocupação com a exatidão na coleta dos dados e com a boa execução dos mapas era a tônica no discurso do governante. Francisco d'Andréa determinou, inclusive, a constituição de uma Comissão de Geografia, formada por quatro '"observadores" que, segundo ele, seriam indispensáveis "não só para se ajudarem uns aos outros, mas por que em algumas observações de longitude é melhor que sejam quatro".[15]

As determinações do governante incluíam também o plano de trabalho da comissão, estabelecido com minúcias:

> Esta Comissão pode correr a Província para determinar astronomicamente todos os lugares mais notáveis dela, sem exceção, como sejam as Praças das Cidades e Vilas, ou os Adros das Igrejas dos Arraiais e Freguesias. A confluência de todos os rios, à que possam chegar. A passagem dos rios no cruzamento com as estradas. A passagem das Estradas pelas cristas das Serras no lugar, em que as dobrarem. As nascentes principais dos rios mais notáveis.
>
> Em cada um destes lugares pode a Comissão por todos os meios conhecidos, determinar a longitude por um centro ou mais de observações, determinar a latitude por algumas observações, mas em menor número, e a declinação da agulha. Estes dados para os cálculos devem ser enviados ao Arquivo Militar, onde se desenvolverão, e pelo termo médio dos mais acreditáveis, se deduzirá a posição geográfica desses lugares, passando-os logo a um papel preparado para este efeito com os meridianos, e paralelos já traçados.[16]

As pretensões do presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa, eram ambiciosas e de difícil execução, ainda mais para um corpo técnico limitado como era o caso do existente na província. Ademais, a extensão territorial de Minas Gerais e as dificuldades geográficas eram por si sós obstáculos significativos para a execução do trabalho.

Além disso, no relatório o presidente da província determinava que a comissão medisse "os pontos conhecidos, e com instrumentos geodésicos, [pudesse] tirar a direção aos mais elevados, que conhecer para os encadear e fazer todas as mais observações, que [pudessem] ser convenientes à Geografia do País".[17] Tal solicitação evidenciava uma preocupação com uma cartografia nacional, tônica seguida pelo Brasil Império a partir da segunda metade do século XIX.

O governante também depositava plena confiança na metodologia estabelecida, conforme se observa de suas palavras: “por este modo a Carta da Província poderá corrigir-se, e merecer algum crédito, e adquirirem-se conhecimentos exatos sobre os lugares dos Distritos, Freguesias, Municípios, e Comarcas, de que tanto se precisa”.[18] Por fim, d’Andréa propunha a destinação de dois contos de réis para a compra de instrumentos e outros 10 a 12 contos para as despesas de campo da Comissão de Geografia, quantia que, segundo seus prognósticos, deveria ser satisfatória para alguns anos.

Dois alemães

Em termos práticos, a elaboração do mapa foi uma tarefa laboriosa e seu desenvolvimento somente foi possível com a participação de dois indivíduos: Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, inspetor geral das estradas, e Friedrich Wagner, desenhista. Ambos eram funcionários régios, tinham origem germânica e imigraram para a Província de Minas Gerais pouco tempo após a independência do Brasil. A trajetória de vida dos dois funcionários os credenciava para a confecção do mapa.

Halfeld nasceu em 1797 na cidade de Clausthal, reino de Hanover, onde se formou em engenharia pela Bergakademie Clausthal. Em 1815, aos 18 anos de idade, alistou-se no Exército e lutou contra os franceses na batalha de Waterloo, evento que pôs fim às chamadas guerras napoleônicas. Após o conflito, voltou a sua cidade natal, onde trabalhou na mineração. Em 1824, casou-se pela primeira vez e, no ano seguinte, transferiu-se para o Brasil, contratado como oficial mercenário do Exército Imperial, integrando o Corpo de Estrangeiros.[19] Logo em seguida, deu baixa no serviço militar e se dirigiu para Minas Gerais, onde trabalhou, entre os anos de 1830 a 1832, a serviço da Imperial Brazilian Mining Association*,* em Gongo-Soco.[20] Em 1836, assinou contrato com o governo da Província de Minas Gerais para exercer o cargo de inspetor de estradas. Nessa função, desempenhou inúmeras atividades, como a manutenção dos caminhos e o desenho de plantas de cidades. Realizou também, a pedido do império, uma expedição de mapeamento ao Rio São Francisco que resultou em uma série de 30 pranchas. Além disso, foi o responsável pela produção e pela organização dos trabalhos que resultaram no *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855)*.* Desligou-se da administração da província e mudou-se para um terreno que possuía próximo a cidade de Juiz de Fora, onde passou seus últimos dias atuando na política local e destacando-se como um dos promotores do desenvolvimento da região.[21]

As informações sobre Friedrich Wagner são poucas, sabe-se que nasceu na Boêmia e que era filho de pais saxões. Lutou nas guerras napoleônicas e veio para o Brasil em 1824. Apesar de aparecer nos documentos como cartógrafo, engenheiro, naturalista e mineralogista, tudo indica que não tinha formação superior. Sua habilidade para o desenho era reconhecida por todos, mas a remuneração recebida era bem inferior a dos demais engenheiros contratados pela província. Nos registros administrativos da Província de Minas Gerais, Wagner ocupava o cargo de *desenhador*. Aparentemente morreu em Vila Rica, em 1862.[22]

Conforme dissemos anteriormente, a elaboração do *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855) dependeu diretamente da ação desses dois indivíduos. Todavia, mesmo com o notório empenho de Halfeld e Wagner na execução das tarefas de construção da carta, as sucessivas paralisações nos trabalhos e a falta de pessoal capacitado fizeram com que o mapa demorasse cerca de 20 anos para ficar pronto. Herculano Penna, vice-presidente da província, em um de seus discursos dava um resumo da precariedade do corpo técnico da província e apresentava alguns indícios referentes aos motivos do atraso. Segundo ele:

> [...] outra necessidade [que] existe ainda bem sensível é a de Engenheiros em número suficiente para se incumbirem dos importantes, e multiplicados trabalhos que exige esse ramo da pública Administração. É certo que temos a serviço da Província o Engenheiro Fernando Halfeld, que sendo distinto por sua inteligência, zelo e atividade já tem desempenhado com satisfação do Governo, tantos e tão diversos trabalhos de sua profissão, que não seria fácil enumerá-los: mas ele tem apenas 2 Ajudantes, um dos quais dirige a construção das obras da Seção da Estrada entre a Barreira N. 3, e a Ponte do Paraibuna, e o *outro se ocupa de alguns trabalhos geodésicos debaixo de sua orientação, sendo assim evidente que um só chefe, por mais ativo que seja, não pode acudir a todos os pontos, onde é reclamada a sua presença, além de satisfazer a quotidiana e penosa correspondência, que mantêm com a Inspetoria Geral das Estradas, e com Empregados Subalternos.* Tocando nesse objeto tendo em vistas fazer-vos sentir a necessidade de aumentar-se a consignação respectiva, de sorte que se possam contratar mais 2 Engenheiros.[23]

A falta de corpo técnico especializado e o acúmulo de responsabilidades do inspetor geral das estradas, cargo ocupado por Halfeld, foram dois sérios problemas para a confecção do *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855). Aliás, as queixas quanto à falta de engenheiros era um tema constante nos relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais. Além disso, pelo menos até meados do século XIX, a insuficiência do corpo técnico do império era uma difícil realidade. A maioria das províncias contava com poucos funcionários e recursos em face da demanda de serviço e das obrigações que deveriam desempenhar.

No caso específico de Minas Gerais, as múltiplas atribuições de Halfeld fizeram com que paulatinamente a produção do mapa ficasse quase que exclusivamente sob a responsabilidade de Friedrich Wagner. A respeito desse fato, o naturalista suíço Johann Jakob von Tschudi,[24] que viajou pela província em meados do século XIX e conhecia bem Friedrich Wagner, relatou a seguinte situação:

> Sua principal tarefa [de Wagner] foi elaborar um grande mapa topográfico dessa imensa província, que o Sr. Halfeld havia levantado em missão para o governo entre 1836 e 1855. Com muita dedicação e mediante a utilização escrupulosa dos dados disponíveis, o Sr. Wagner executou o mapa na escala de 1:2.000.000. É o mapa mais exato e mais completo existente de qualquer das províncias brasileiras.[25]

A certeza da exatidão dos dados do mapa e de sua completude foi manifestada nas palavras de Tschudi, que o enalteceu como o “mais completo” até aquele momento produzido no Brasil. Além disso, sabe-se também que Wagner foi o responsável pelas adaptações dos levantamentos de campo e pela inclusão das novas informações na carta. Tudo indica que esse foi realmente o trabalho de uma vida inteira, tendo em vista que a execução da tarefa consumiu vários anos de trabalho do desenhista.

Novas delongas

Em 1853, 11 anos após o relatório apresentado por Herculano Ferreira Penna, o então presidente da Província de Minas Gerais, Luiz Antônio Barboza, dava notícias sobre a confecção do mapa e destacava o papel de Wagner na condução dos trabalhos. No fragmento intitulado *Carta Topographica da Província*, Barboza relatava que:

Mapa da provincia brasileira de Minas Gerais, levantado sob ordem do Governo Provincial nos anos de 1836 a 1855 com uso de mapas mais antigas e novos levantamentos e observações sob direção especial do engenheiro civil H. G. F. Halfeld, projetado e desenhado por Friedrich Wagner. Litografia de Anst. v. C. Hellfarth. Editor Justus Perthes, Gotha, Alemanha, 1862. In: HALFELD, H.G. F.; TSCHUDI, J. J.von. *A província brasileira de Minas Gerais.* Tradução: Myriam Ávila; ensaio crítico, notas e revisão da tradução: Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

Erklärung
PROV DE BAHIA
PROV DE GOYAZ
MINAS GERAES
MINAS GERAES
PROV DE S. PAULO
PROV DE RIO JANEIRO
ATLANTISCHER OCEAN
KARTE DER BRASILIANn PROVINZ
MINAS GERAES,
H. G. F. HALFELD
FRIEDRICH WAGNER
GOTHA: JUSTUS PERTHES

> Acha-se ainda bastante atrasado este importante serviço. *A cargo unicamente do desenhista Frederico Wagner*, distraído continuamente em copiar, e projetar plantas de diversas obras, e cartas de Municípios para satisfazer a exigências da Administração, apenas pôde corrigir pela escala do Mapa Topográfico da Província, uma grande parte da que foi levantada sobre a comarca do Gequitinhonha pelo Tenente João José da Silva Theodoro, e emendar várias faltas nos Municípios da Pomba, e S. João Nepomuceno sobre indicações, remetidas pelo Engenheiro Fernando Halfeld.
>
> Os Engenheiros atualmente empregados têm obrigação de observar as localidades, onde se demoram, e remeter o resultado para se corrigirem quaisquer faltas, e quando obtivermos cópia da Planta do Rio S. Francisco, que por ordem do Governo Imperial está levantando o Engenheiro Halfeld, poderemos corrigir a Carta da Província para que seja das mais exatas.[26]

O atraso na produção do mapa era lamentado publicamente e a culpa, atribuída em parte ao acúmulo de trabalho de Wagner e em parte à demora no envio das informações sobre as localidades.

O trecho do *Relatório de 1853* apresentava também uma informação relevante sobre a dinâmica da construção do mapa. Os engenheiros da província deveriam levantar em campo as informações, enquanto o *desenhador*, no caso Wagner, seria o responsável pela padronização dos dados e por sua inserção no mapa. Justamente o processo criticado anos antes pelo presidente da província Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Do ponto de vista metodológico, a produção desse mapa seguia quase que completamente os padrões estabelecidos no século XVIII,[27] ou seja, levantamento em campo e lançamento posterior das informações.

Assim, pode-se constatar que a elaboração do *Mapa da Província de Minas Gerais*, assim como de outros que seguiam tal método, era um saber constituído em etapas: a primeira, com o levantamento das informações de campo, que gerava um relatório sobre a paisagem, as localidades, as populações, as medições cartesianas etc.; outra com a adequação, padronização e inserção das informações no desenho; e finalmente o processo de impressão do desenho por meio da litografia. É de se imaginar que, nesse processo, elementos importantes da província não eram registrados, ou eram simplesmente desconsiderados, devido ao pequeno número de indivíduos envolvidos e à extensão dos trabalhos.

No ano de 1854, foi a vez do presidente de Minas, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, expor a situação do mapa no trecho do relatório intitulado *Carta Corografica da Provincia*:

> O desenhista Frederico Wagner não se tem dado a este trabalho exclusivamente, por isso acha-se ele ainda em atraso. Está no meu pensamento auxiliar a sua conclusão, logo que se publique o regulamento sobre as Obras publicas: que o sistema que pretendo adotar, tornará mais fáceis ao dito Wagner os conhecimentos especiais da Província. Que lhe faltam por agora.
>
> Colijo os necessários documentos e fatos de experiência para, servindo-me da faculdade que conferistes à Presidência na Lei 628, promulgar o mencionado *Regulamento; e tenho fundadas esperanças para assegurar-vos este trabalho se concluirá neste ano antes do encerramento de vossas seções.*[28]

Vasconcellos justificava a demora em virtude da não publicação do *Regulamento sobre as Obras públicas*, instrumento que, segundo o governante, auxiliaria

Wagner na finalização dos trabalhos. O presidente prometia ainda o seu término para o ano então corrente, antes do encerramento das seções.

Todavia, no ano seguinte, em 1855, na parte do relatório dedicado ao mapa da Província e 20 anos após a promulgação da Lei nº 18, o presidente apresentava mais uma versão para os atrasos na conclusão do mapa. Segundo as palavras de Vasconcelos:

> Não posso ainda noticiar-vos a conclusão deste trabalho a cargo do desenhador Frederico Wagner. Posto seja ele empregado zeloso, sua idade é não pequeno embaraço para um serviço, que exige muita assiduidade, e condições de robustez que já lhe faltam.
>
> Não obstante, informa o dito desenhador em data de 27 do mês passado, que só resta para desenhar em tinta parte dos municípios de Barbacena, S. Antonio do Paraibuna, e todo o município do Uberaba, as montanhas da Província, além da correção de alguns equívocos, que se conhecerão existir nas partes do Rio Doce, há pouco percorridas pelo engenheiro Du Vernay na sua exploração as margens deste vale; assegura porem que este trabalho lhe não tomará muito tempo, e eu lhe recomendei que até fins do corrente mês contava com a apresentação do mapa já consideravelmente retardado.[29]

Embora considerasse Wagner "empregado zeloso", a crítica de Vasconcelos ao desenhista foi direta e pública. De acordo com o *Relatório*, o presidente acreditava que o desenhador não reunia mais as condições necessárias para o término da tarefa. Além disso, fazia também uma crítica quanto a alguns equívocos existentes no mapa. Era nítido o descontentamento do governante com a situação. Naquele mesmo ano de 1855, o mapa foi dado como concluído e sendo logo alvo de inúmeras críticas, principalmente quanto à imprecisão no registro de alguns lugares.

Recepção crítica

Assim, embora tenha consumido vários anos, recursos, instrumentos e trabalho, o *Mapa da Província de Minas Gerais*, que nasceu sob a égide do moderno e deveria ser o "mais exato" até então elaborado, foi rapidamente cercado por críticas. O pior é que, ao que tudo indica, Wagner foi responsabilizado pela situação. As críticas foram tão fortes que resultaram na determinação do governo provincial para a construção de uma nova *Carta da Província*, essa sob a responsabilidade do engenheiro Gerber,[30] que ficou pronta em 1862.[31] Sobre tal episódio, é difícil determinar se o *Mapa de Província de Minas Gerais* incorria em tantos erros ou se as críticas atendiam a outros interesses. Alguns biógrafos afirmavam que a nova *Carta da Província* elaborada por Gerber, na verdade, era uma compilação das informações e do trabalho de Wagner e que pouco acrescentava ao original.[32]

Polêmicas à parte, a construção do *Mapa da Província de Minas Gerais* foi uma tarefa grandiosa, na qual se depositavam grandes esperanças, mas que se arrastou durante anos na administração provincial e que atendeu somente em parte às expectativas suscitadas quando de sua concepção. A criação do mapa, contudo, também representou um novo olhar sobre o território e sobre o espaço mineiro. Um olhar direcionado para o moderno e em que se auspiciavam a exatidão e a certeza. Os mapas, dados e levantamentos que dela se originaram são testemunhos da importância da empreitada no sentido de se conhecer e construir uma imagem do território de Minas Gerais.

Notas |

1. O conceito de civilização utilizado neste texto baseia-se na concepção de Norbert Elias, ou seja, "expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. [...] Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constituiu o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais". ELIAS, Norbert. *O processo civilizador:* uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1, p. 23.

2. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 230, jan.-dez. 2004.

3. *Grosso modo*, o conceito de território é definido como uma região sob a qual incide uma jurisdição qualquer. De acordo com o clérigo Rafael Bluteau, que escreveu sobre o vocábulo no século XVIII, o território era o espaço de terra nos contornos e jurisdição de uma cidade. É importante ressaltar também que essa delimitação não era absoluta, conforme nos alerta Paul Alliés: "O território não é uma categoria universal, mas historicamente constituída e fruto da ação humana". Nesse sentido, é importante diferenciar o território do espaço. Esse último seria um termo mais amplo, geral. Ver BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architectonico...* Coimbra, 1712-1728. 8v. Disponível em: *http://www.ieb.usp.br/online*. Acesso em: 25 de outubro de 2008. Ver BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio*: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001. p. 484.

4. A fronteira é o limite, a baliza, a linha delimitadora entre duas frentes. Beatriz Bueno lembra ainda que "o conceito de fronteira é variável e definido pelo conquistador; para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata". Ver BUENO. *Desenho e desígnio*, p. 485.

5. As palavras *carta, mapa* e *carta cartográfica* são recorrentes no texto e estão empregadas no sentido específico de expressar as produções cartográficas.

6. Lei nº 18, de 1º de abril de 1835, artigo 56, parágrafo 3. In: *Livro da Lei Mineira*, 1835, tomo 1, parte 1, p. 80.

7. Sobre a oferta das memórias e dos mapas que Rocha fez ao governador da capitania, é importante lembrar que tal atitude estava inserida na "economia moral do dom", que entre outras coisas condicionava a realização de determinado serviço ao recebimento de honras e mercês. Tais práticas revelavam ainda a existência de relações de poder informais e formais, constituindo as chamadas "redes clientelares" de poder, que eram muito comuns na administração portuguesa no período colonial e avançaram inclusive pelo Brasil Império. Sobre o assunto consultar, entre outros, HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: MATTOSO, Joaquim (Org.). *História de Portugal*: o antigo regime. Lisboa: Estampa, 1993. v. 4, p. 381-393; e FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócios*: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 (Estudos históricos; 38). Sobre José Joaquim da Rocha, conferir, entre outros, ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

8. Em relação aos *Relatórios de Presidente de Província,* é importante informar que esses documentos foram elaborados, a partir de 1834, em quase todas as unidades administrativas do Império Brasileiro e tinham como objetivo específico atender a determinação imperial que ordenava o envio de mapas, estatísticas e informações em geral sobre as diversas unidades administrativas do reino. *Grosso modo*, os relatórios seguiam uma sequência de temas relacionados com as atividades administrativas da província. Geralmente a disposição dos conteúdos vinha com uma *Mensagem Inicial*, na qual o presidente da província fazia sua apresentação para, posteriormente, discorrer sobre temas como: Segurança Pública, Ensino, Obras Públicas, Navegação, Colonização, Hospitais, Catequese e Índios*.* Não obstante a formalidade característica do texto, é possível identificar na documentação inúmeros comentários de cunho pessoal sobre os assuntos abordados, o que evidencia em muitos casos o caráter pessoal desses textos. BORGES, Maria Eliza Linhares. Atlas: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana Rodrigues de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas. Séculos XVII-XX. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1.

9. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da província, Herculano Ferreira Penna*. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1842. p. 13-15. [Grifo meu.]

10. O major Luiz Maria da Silva Pinto nasceu em Pilar de Goiás no dia 15 de março de 1775 e residiu por vários anos em Ouro Preto, Minas Gerais. Em 8 de abril de 1822, propôs um plano para a instalação da primeira tipografia oficial na província, além da publicação de uma folha com os atos governamentais. Após dez anos de pesquisa, publicou, em 1832, o *Dicionário da Língua Brasileira*. Luiz Maria da Silva Pinto faleceu em Ouro Preto em 19 de dezembro de 1869, aos 94 anos de idade. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- RIHGB.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 191, p. 73-76, 1946.

11. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andréa*. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

12. *Ata de Commissão Imperial de Demarcação de Limites entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguay*, 15 de junho de 1853.

13. Eschwege foi um engenheiro militar, cartógrafo e mineralogista de origem germânica que serviu em Minas Gerais entre 1811 e 1822. Ver entre outros ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Notas introdutórias por Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução por Friedrich E. Renger, Tarcísia Lobo Ribeiro e Guntaer Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

14. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia*, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

15. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia*, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

16. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia*, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

17. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia*, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

18. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da*

provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

19. O Corpo de Estrangeiros foi uma divisão do Exército brasileiro criada em 18 de janeiro de 1822, constituído inicialmente de imigrantes e de estrangeiros de passagem ou morando no Rio de Janeiro. SCHLICHTHORST, C. O *Rio de Janeiro como é (1824-1826)*. Brasília: Senado Federal, 2000.

20. A região da mina de Gongo-Soco pertence ao município de Barão de Cocais – MG, onde ainda existem as ruínas da antiga exploração que são tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG).

21. Os trabalhos de Halfeld foram importantes também no desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora – MG. Ao lado de Mariano Procópio, ele é considerado um dos fundadores da cidade. Cf. HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Tradução de Myriam Ávila; ensaio crítico, notas e revisão da tradução de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p. 25-32.

22. HALFELD; TSCHUDI. *A província brasileira de Minas Gerais*, p.33-35.

23. O ajudante responsável pelos levantamentos geodésicos a que se refere o texto provavelmente era Friedrich Wagner, que já estava contratado em 1842. Cf. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842*, pelo vice-presidente da província, Herculano Ferreira Penna. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1842. p. 13-15. [Grifo meu.]

24. Trata-se de Johann Jakob von Tschudi, naturalista suíço que nasceu em Glarus e estudou ciências naturais e medicina em Neuchatel e Leide e Paris. Em 1838, realizou uma expedição pelos Andes por cinco anos. Visitou e permaneceu no Brasil entre 1857 e 1868, exercendo durante parte desse período o cargo de embaixador da Suíça no país. Morreu em 1889 na Suíça. Cf. HALFELD; TSCHUDI. *A província brasileira de Minas Gerais*.

25. Ver TSCHUDI, Johann Jakob von (1866). *Viagem através da América do Sul*. Tradução, revisão e notas de Friedrich Ewald Renger. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais. 2 v.

26. *Relatorio que à Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853 o doutor Luiz Antonio Barboza*, presidente da mesma Provincia. Ouro Preto: Typ. do Bom Senso, 1853. p. 13. Disponível em*: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/457/000013.html*. Acesso em: 9 de setembro 2008. [Grifo meu.]

27. Observou-se ação semelhante com os padres matemáticos Diogo Soares e Domenico Capassi, que, no século XVII, utilizaram essa metodologia para elaboração de suas cartas cartográficas. No caso desses clérigos, além da observação direta do território, eles se valeram de vários relatos denominados de "Notícias Práticas". Sobre os padres matemáticos, cf. BORGES, Maria Eliza Linhares. Padres matemáticos. In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*: período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 227-229.

28. *Relatorio que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1854, o presidente da provincia, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*. Ouro Preto: Typ. do Bom Senso, 1854. p. 24. [Grifo meu.]

29. *Relatorio que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2ª sessão ordinaria da 10.a legislatura de 1855 o presidente da Provincia, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*. Ouro Preto: Typ. do Bom Senso, 1855. p. 32.

30. O engenheiro e cartógrafo Henrique Gerber foi contratado pelo governo provincial de Minas Gerais para a execução de diversas atividades. Entre os serviços prestados pelo engenheiro estão: o projeto de estradas, como o caminho entre Barbacena e São João del-Rei, orçamentos de diversas obras, como pontes e edifícios públicos; e plantas de diversas construções. Além disso, em 17 de dezembro de 1861, Gerber assinou contrato com o governo da província para mandar litografar 300 exemplares de uma Carta Geographica da Provincia de Minas Gerais feita a partir de seus levantamentos. Ver *Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1863 o conselheiro João Crispiano Soares*, *presidente da mesma provincia*. Ouro Preto, Typ. de Minas Geraes, 1863. p. 24.

31. No Relatório de 1858, o presidente da Província de Minas Gerais, Carlos Carneiro de Campos, prestava conta sobre a compra de equipamentos para a produção de uma Carta da Província. Cf. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1858 o conselheiro Carlos Carneiro de Campos*, presidente da mesma Província. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1858. p. 35.

32. HALFELD; TSCHUDI. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 39.

Luis Gustavo Molinari Mundim é mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com a dissertação *De José Joaquim da Rocha a Friedrich Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778-1855).* É concursado do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), onde atualmente ocupa a Gerência de Patrimônio Imaterial.

Cartografia imaginária do sertão

Marcelo Motta Delvaux

A crença reiterada na existência de territórios lendários consagrados pela tradição incendiou o imaginário dos exploradores que adentraram o sertão, mesmo depois da descoberta do ouro nas Minas Gerais, em busca de suas riquezas fabulosas, incorporando à cartografia mítica da América Portuguesa novos lugares fantásticos.

> A palavra sertão foi utilizada, desde os primeiros anos de ocupação da América Portuguesa, como uma denominação imprecisa e indistinta para a imensidão desconhecida que se estendia além das terras litorâneas onde os portugueses estabeleceram os primeiros núcleos de povoamento. Além das noções de lugar inculto, deserto, despovoado ou temerário, as representações sobre o sertão, durante os séculos XVI e XVII, foram influenciadas pelas crenças sobre a existência de tesouros magníficos, e ainda não revelados, em pontos recônditos do território, levando ao surgimento de diversos lugares imaginários, como a montanha de prata conhecida pelo nome indígena Sabarabuçu e a Serra das Esmeraldas,[1] avidamente procurados por aqueles que se aventuravam pelas áreas incógnitas. Ao longo do Seiscentos, a prata e as esmeraldas, mais do que o ouro ou os diamantes, foram as riquezas mais cobiçadas pelos exploradores.

Enquanto nos mapas e relatos a Serra das Esmeraldas situava-se, geralmente, próxima a um afluente da margem esquerda do Rio Doce,[2] as jazidas de prata eram noticiadas em locais diversos e geograficamente dispersos, como em Paranaguá, em Sorocaba, nas imediações do Rio São Francisco e nas capitanias do Norte. A difusão dessas crenças fazia com que outras minas de prata fabulosas, além das do Sabarabuçu, fossem incorporadas à geografia mítica do sertão, a exemplo das minas de Itabaiana.

Apesar dos repetidos fracassos das expedições, a esperança de se encontrarem as minas imaginárias de prata e esmeraldas permanecia viva no final do século XVII, período da descoberta dos ribeirões auríferos na região posteriormente conhecida como Minas Gerais. Em um relatório escrito em 1692, o governador da Capitania do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, se refere às minas de Paranaguá, Itabaiana e Sabarabuçu como um "thezouro, que a natureza e a fortuna depozitou com mais proprio direito para os que primeiro povoaram as terras donde se escondem".[3] Além da tópica do "tesouro oculto", o relatório do governador também reproduz outros *topos* discursivos, caracterizados pelos motivos edênicos largamente empregados pelos cronistas, desde o século XVI, para a apresentação da natureza brasileira.[4]

São estes motivos que aparecem na descrição, feita por Antônio Paes de Sande, das terras onde se assentava a vila de São Paulo:

> A excellencia do clima, dos ares e do temperamento se infere bem de não haver até hoje alli medico algum. Tem todas as flores, frutas, legumes e pam, que ha em Portugal, e no Brazil em grande abundancia, por a terra ser fecundíssima [...]; de maneira que produz aquella regiam tudo o que a natureza humana pode appetecer para o sustento e para o regallo; assí como as influencias della geram ouro nos serros, e nas arêas de que se tira, parece geram tambem nos homens os espiritos generozos que nelles ha.[5]

A influência do clima na produção dos metais combinava-se com a concepção de uma suposta vizinhança entre o Brasil e o Peru, famoso por sua abundância em riquezas minerais, reforçando a imagem dos tesouros ainda escondidos no sertão. Comentando o relatório do governador do Rio de Janeiro, Sebastião Cardoso de Sampaio oferece a seguinte hipótese sobre a existência da prata:

> [...] de haver minas de prata no mesmo Estado do Brazil não ha mais probabilidade que a tradição que se conserva entre alguns moradores das capitanias de S. Paulo e da Bahia de que já em algum tempo se achava este metal nas serras de Tabiana e Sabarabussú, e a circunstancia de confinar o Brazil pelo sertam de Pernambuco athe o Rio da Prata, e com o Reino do Perú, e

> concorrerem as serras de Tabiana e Sabarabasu debaixo da mesma altura e pararello, como o celebrado cerro de Potosy que he a fonte de prata inexausta que tem inundado todas as quatro partes do mundo, donde se conjectura que sendo a producção de todos os metaes effeito do calor e actividade do sol pela igualdade da altura e pararello participarão aquellas serras das mesmas influencias.[6]

Presumidamente localizados na mesma latitude que a rica montanha de Potosí, lugares imaginários como Sabarabuçu e Itabaiana estariam sujeitos a ações similares do clima, especialmente os efeitos do sol, comprovando a suntuosidade de suas minas. A edenização da natureza brasílica reforçava a ideia da realidade dos metais preciosos, com os elementos naturais sendo interpretados como signos da presença divina e dos segredos da terra ainda não revelados.[7]

O descobrimento do ouro nas Minas Gerais, na mesma época em que Antônio Paes de Sande e Sebastião Cardoso de Sampaio elaboravam seus pareceres, não provocou um esgotamento das representações imaginárias sobre os tesouros do sertão, como talvez se pudesse suspeitar. Além de proporcionar condições renovadas de reprodução dos motivos edênicos consagrados pela tradição, a sanha exploratória trazida pelas novas lavras incorporou à cartografia mítica da América Portuguesa novos lugares fantásticos.

O mapa do padre

O mapa do padre Cocleo,[8] produzido por volta de 1700, mostra em minúcias não somente os principais marcos geográficos, como rios e montanhas, ou a posição das áreas mineradoras, incluindo suas vilas, arraiais e caminhos de acesso, mas também diversas referências míticas herdadas do imaginário do sertão.[9] Estão assinalados lugares como o Saberábosu, a Serra das Esmeraldas e, até mesmo, a Serra Resplandecente quinhentista, uma das primeiras montanhas lendárias surgidas no Brasil, que no mapa recebe a denominação de *Iuituberaba monte q' resplandece*. A Serra Resplandecente, é importante observar, pode ser considerada o mito originário das montanhas fabulosas do século XVII, como a Serra das Esmeraldas ou o Sabarabuçu,[10] havendo uma correspondência etimológica entre esta última e a *Iuituberaba monte q' resplandece*.[11]

A representação individualizada e simultânea dessas serras talvez seja um indício da intenção do autor em coligir, situando-os em um espaço cartográfico determinado, os principais locais imaginários onde as riquezas do sertão supostamente se encontravam. Além das afamadas montanhas concebidas nos séculos anteriores, é possível encontrar resquícios de outras concepções míticas tradicionais em alguns detalhes do mapa. Um monte retratado nas proximidades da Iuituberaba, denominado de *Itapuca Pedra q' estara*, remete a uma antiga lenda sobre rochas que arrebentavam com grande estrondo, desprendendo pedras e metais preciosos. Tal lenda era disseminada desde o século XVI, como se percebe nas notícias registradas por Gabriel Soares de Sousa:

> Afirmam os índios tupinambás, os tupinaés, tamoios e tapuias e os índios que com eles tratam neste sertão da Bahia e no da capitania de São Vicente, que debaixo da terra se cria uma pedra do tamanho e redondeza de uma bola, a qual arrebenta debaixo da terra; e que dá tamanho estouro como uma espingarda, ao que acodem os índios e cavam a terra, onde soou este estouro, onde acham aquela bola arrebentada, em quartos como romã, e que lhe saem de dentro muitas pontas cristalinas do

tamanho de cerejas, as quais são de uma banda oitavadas e lavradas mui sutilmente em ponta como diamante.[12]

Também se encontram vestígios dessa crença nas descobertas do ouro nas Minas Gerais:

> No fim do seculo passado andando os Paulistas a conquista do gentio que aquelles certoins povoavaõ, e heraõ os escravos de q' se serviaõ alojandose as margens de hum Ribeiro do Territorio de Minas Geraes presentiraõ de noute hum rumor que acontece haver nas parages donde ha ouro por oculta cauza athe agora de ninguem avriguada: e adevertidos que nas colinas do Corurupêba o mesmo abservavaõ ao subsequente dia se dispuzeraõ a minerar e acharão o pr.º ouro que se manifestou na serra de Guâripirângua em tanta copia que lhes teve mais conta comprar com o q' tiravaõ Negros que devertiremse a cativar Indios.[13]

Indicadores de riquezas

Outro exemplo é fornecido por uma serra figurada nas proximidades do Rio das Mortes com o nome de Saberá Bucusurana, cujas propriedades magníficas são atestadas pelo médico José Rodrigues de Abreu algumas décadas depois:

> [...] todas aquelas vastas, e numerosas montanhas são montes de Ouro, e de metaes preciosos, que não só a especulação do discurso, mas tambem a versão da experiencia tem examinado estarem cruzadas de grocissimas betas de Ouro, de Prata, de Cobre, de Ferro, de Chumbo, e de Azougue, cujos cristaes se levantão, como alicerces de paredes, por todos aquelles circuitos, mostrando os celebres metaes ou málatias (como lhe chamão os mineiros Hespanhoes) indicão nas superficies summa riqueza para o centro, que ordinariamente são Rosicleres, Antimonio, e Caparroza. Estes mineraes, reputados por primeiras disposiçoens de grandes esperanças em outras partes, nesta passão de ensayos a desempenhos, porque logo demonstrão o que inculcão, e se achão nas serras de Saberâboçúrana do rio das Mortes, e da Tapanhuàcanga das Minas geraes grandes haveres logo à vista.[14]

Os minerais encontrados na superfície das serras de Saberaboçurana e Tapanhoacanga, conforme o juízo do médico, possuíam a extraordinária capacidade de sinalizar a presença de grandes riquezas, desempenhando o papel de signo visível para os tesouros ocultos. É por isso, talvez, que os achados que se apresentavam como semelhantes a esses minerais despertavam um relativo interesse, como a pedra descoberta por Manoel de Barros em Goiás:

> Agora chegou aquy um M.el de Barros, que acompanhou o descobridor dos Goyazes, o qual fez pelos mesmos Goyazes uma entrada no mato, mais proximo a Sam Paulo adonde achou uma especia de pedra semilhante a que chamaõ Tapinhoacanga de que trouxe amostra, sem conhecimento do que era, mais que pelo tinir, sem apenas mostrar vizos do ouro.[15]

Outra possível alusão a elementos da geografia mítica do sertão encontra-se na montanha denominada *M. qº vai ao Sol*, localizada próxima ao Rio dos Ilheos, ao lado de um lago sem nome. Friedrich Renger sugere a possibilidade de que essa lagoa fosse, talvez, a lendária Vupabuçu.[16] A crença na existência de lagoas riquíssimas em ouro no interior do Brasil manifesta-se

Parte do *Mappa da maior parte da costa, e sertão, do Brazil* (extraído do original do padre Cocleo). Jacobo Cocleo [c. 1700]. Mostra as vilas paulistas, a nascente do Rio São Francisco e os caminhos que ligavam as duas regiões. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Parte do *Mappa da maior parte da costa, e sertão, do Brazil* (extraído do original do padre Cocleo). Jacobo Cocleo [c. 1700].
Mostra as vilas paulistas, a nascente do Rio São Francisco e os caminhos que ligavam as duas regiões. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

em fontes portuguesas e espanholas desde o século XVI. Apesar da diversidade de denominações, a similaridade das descrições feitas por cronistas e exploradores como Hernando de Ribera, Gandavo, Gabriel Soares de Sousa e Juan López de Velasco parece indicar que se tratava de uma mesma tradição.[17] Nos documentos quinhentistas sobre a ocupação da região platina e do Paraguai, aparece um lago conhecido como Casa do Sol ou "lago onde dormia o sol".[18] Na América Portuguesa essa lagoa era, usualmente, situada na nascente do Rio São Francisco, sendo conhecida como Alagoa Grande, Eupana, Paraupava ou Lagoa Dourada e representada nos mapas como um lago gigantesco no centro do continente.

A partir do século XVII, a Serra das Esmeraldas e o Sabarabuçu passaram a ser o principal objetivo das expedições que adentravam o sertão e o grande lago central vai desaparecendo das representações cartográficas. Em meados do Seiscentos, as lagoas míticas deslocaram-se, nos mapas, para o leste do território, sendo retratadas, muitas vezes, ao lado de algumas serras fabulosas.[19] O mapa de João Teixeira Albernas, *Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da barra do Rio Doce*, já exibia um lago sem nome aos pés da Serra das Esmeraldas.[20] A carta de Sergipe feita por Gaspar Barléu e Georg Marcgraf, em 1647, coloca nas proximidades da montanha Itabéraba, no curso de um afluente do Rio São Francisco, uma lagoa denominada Upabuçû Lagoa Grande.[21] E é outra lagoa anônima que aparece no mapa de Vincenzo Maria Coronelli produzido no final do século XVII, ao lado da Serra do Sarabassu.[22] Todas essas representações parecem estar em conformidade com o lago junto ao *M. qº vai ao Sol* do padre Cocleo, indicando tratar-se de um mesmo padrão figurativo oriundo do imaginário tradicional sobre as riquezas do sertão.

O Códice Matoso

Mas, enquanto o mapa do padre Cocleo se revela como uma compilação de lugares lendários consagrados pela tradição, outras fontes sobre os primeiros anos das Minas Gerais fornecem indícios sobre novos mitos que se irradiaram a partir da descoberta do ouro. Um relato do Códice Matoso conhecido como *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*, de Bento Fernandes Furtado, aponta um desses lugares míticos setecentistas, a Casa da Casca:

> Ágil para semelhantes diligências e interessado a melhorar de fortuna mais pelo trabalho que pelo jogo, [Bartolomeu Bueno] se armou e dispôs para a empresa, convocando mais companheiros poderosos, que foram Miguel de Almeida, Antônio de Almeida e outros de que não há lembrança, na era de 1697, encaminhando a sua jornada a dita Casa da Casca que até hoje está por descobrir, por dois motivos: o primeiro, porque esta diligência teve outro efeito, como adiante diremos; o segundo, porque está povoado de bravos e orgulhosíssimos gentios, que têm impedido várias diligências que se lhes têm feito por outros bandeirantes. Estes, como dizíamos, indo na mesma diligência descobrir a Casa da Casca, acharam mostras de ouro na povoação que hoje é Itaverava, que já então assim a denominava o gentio – é vocábulo de língua brasílica que quer dizer pedra luzente.[23]

A Casa da Casca parece ter sido conhecida já no século XVII, como se infere das informações sobre as antiguidades de Guarapiranga fornecidas por Luís José

Aldea dos Reis magos
Barra do Spirito Santo
R.º de Tubarão
R. das barreiras
Reis magos
Riacho
Ponta do Rio doçe

SERRA DAS ES
MERAL
DAS
LAGOA
CAPÍTANIA DE PORTO SEGV
RO.
R. Doce. Aquí Comeca
a Capítanía de Porto
Seguro.
R. Cricaré
R. guaxindiba
R. Maamp

Ferreira de Gouveia à Câmara de Mariana, registradas em outro documento do Códice Matoso:

> Na forma que Vossas Mercês me ordenam, acho que em 1691 saiu de São Paulo uma bandeira de paulistas, por capitães dela Francisco Rodrigues Sirigueio e Antônio Pires Rodovalho, com um roteiro para irem à Casa da Casca, e por ele chegaram a este rio de Guarapiranga no mesmo ano.[24]

No entanto, não se conhece nenhuma fonte do século XVII que faz menção à Casa da Casca. As origens desse mito só podem ser resgatadas com base nas citações contidas na documentação setecentista.

Um aspecto importante, contido na declaração de Luís José Ferreira de Gouveia, diz respeito à existência de um roteiro para se chegar à Casa da Casca, confirmando, talvez, que esse lugar fazia parte das noções geográficas dos exploradores na segunda metade do Seiscentos. Outra pista interessante é fornecida pelo mestre de campo José Rebello Perdigão em seu relato, feito ao padre Diogo Soares, sobre as primeiras descobertas de ouro:

> Pelas notícias que deram em S. Paulo os primeiros sertanistas, que vieram do descobrimento das esmeraldas com o capitão-mor Fernando Dias Paes, [...] se animaram os moradores de todas aquelas vilas a formarem uma tropa com o intento de buscarem e descobrirem a paragem, ou sertão da desejada casa da casca onde diziam era muito e precioso o ouro.[25]

A crença na Casa da Casca, desse modo, pode ter surgido a partir da expedição de Fernão Dias, tendo sido incorporada à geografia mítica do sertão e aos conhecimentos dos sertanistas.

O ouro de Itaverava

Poder-se-ia, assim, aventar a possibilidade de que a Casa da Casca fosse uma referência contida nos antigos roteiros seiscentistas para o Sabarabuçu. Bento Fernandes Furtado comenta que a jornada à Casa da Casca, empreendida em 1697 por Bartolomeu Bueno, Miguel de Almeida e Antônio de Almeida, teve como resultado a descoberta do ouro em Itaverava, "vocábulo de língua brasílica que quer dizer pedra luzente". Itaverava e Sabarabuçu, vale lembrar, possuem o mesmo significado, sendo o segundo vocábulo uma corruptela do primeiro, o que reforça esta hipótese.[26]

O mestre de campo José Rebello Perdigão também assevera a descoberta do ouro em Itaverava por uma expedição a caminho da Casa da Casca:

> Saíram estes do Povoado no verão de 1694, trazendo por seus primeiros cabos, Manoel de Camargo, seu cunhado Bartholomeu Bueno, seu genro Miguel d'Almeida, e João Lopes Camargo, seu sobrinho, que ainda hoje existe nestas Minas. Chegados a Itaberava fizeram na sua serra as suas primeiras experiências, e descobriram nela o primeiro ouro; mas como este descobrimento não fosse de grande lucro, prosseguiu o dito Manoel Camargo, com seu filho Sebastião de Camargo, a sua primeira derrota da ideada casa da casca.[27]

Mas, além da Casa da Casca, outras montanhas fabulosas surgiram com os ribeirões auríferos. O capitão Luís Borges Pinto, após conduzir algumas diligências em busca da Casa da Casca, mudou os objetivos de suas pesquisas e passou a demandar a "célebre" Ibituruna:

> [...] deixando tudo preparado e pronto para no ano seguinte fazer nova viagem com as

> plantas das três roças pelas mesmas picadas antecedentes, e passar a buscar os Rios Arary, Prê e Pardo, e descer a ver na parte do norte a célebre Bituruna, onde dizem há muito ouro, e sítios capazes de uma boa povoação.[28]

Um certo alferes Moreira apresenta um itinerário que estabelece a localização da montanha Ibituruna, por ele chamada de "Bituruna-guassu", na região do Rio Sapucaí:

> Do Sapucaí ao Morro da Esperança serão três dias: neste corta o Rio a Serra ficando-lhe esta sempre à mão direita; fronteira ao morro da Esperança fica o Bituruna-guassu, este morro exala fogo, e há muitas torrentes nele; dizem que tem muito ouro, e que pouco abaixo dele está uma boa aldeia de gentio.[29]

Essa descrição do alferes confere a Ibituruna ares fantásticos, ao lhe atribuir a qualidade de exalar fogo. A relevância de seu relato vai além desse detalhe, pois o objetivo do percurso descrito é chegar a outro lugar "afamado", o Morro da Esperança. Todos esses locais que passaram a povoar a imaginação dos sertanistas, motivando a realização de novas expedições, eram enaltecidos como riquíssimos em ouro: "Passado o Cururu cortei ao poente a buscar o Rio Grande com intento de empreender o descobrimento do Morro da Esperança, de que dizem os sertanistas antigos ter muito e excelente ouro".[30]

Geografia fantástica

A profusão das lavras de ouro parece ter sido um estímulo para a renovação da geografia fantástica brasileira. A descoberta das Minas Gerais, antes de levar a um esvaziamento do imaginário sobre as riquezas do sertão, acabou por enriquecer esse imaginário com outros elementos míticos. Nas primeiras décadas do século XVIII, os novos referenciais lendários se caracterizavam como locais marcados pela copiosidade de seu ouro, como a Casa da Casca, a Ibituruna e o Morro da Esperança. Foi, principalmente, nos chamados "sertões do leste", no espaço compreendido entre os rios Doce e Jequitinhonha e as áreas litorâneas, onde o maravilhoso geográfico se reinstalou.

É essa a região onde Bento Fernandes Furtado fixava a misteriosa Casa da Casca:

> [...] promete avultadas esperanças para as cabeceiras do mesmo rio [do Cuieté], nas serras grandiosas donde nasce, e outros mais rios que, por ocupadas do gentio bravo e menos possibilidade do descobridor, se não conquista ou porque Deus é servido reservá-lo para melhor tempo do governo do sereníssimo senhor rei dom José, que Deus guarde, incorporando-se este descobrimento com o inculto da Casa da Casca, com cujas partes corresponde às cabeceiras e serras do Cuieté pelo larguíssimo sertão que há entre estas Minas e a costa do Brasil.[31]

As transformações observadas na cartografia imaginária do sertão ao longo do período setecentista, portanto, não corresponderam a um movimento de racionalização contínua do espaço geográfico. Em vez da substituição gradativa de uma geografia mítica por uma representação "científica" do espaço, seria mais adequado compreender a ocupação do território mineiro como um processo simultâneo de desencantamento e encantamento. O desencantamento se dava pela ocupação de áreas até então desconhecidas. O melhor exemplo é o Sabarabuçu, que, no início do século XVIII, deixa de designar a fabulosa montanha de prata para se associar às minas de ouro do Rio das Velhas, emprestando seu nome ao arraial de Sabará.[32]

A permanência de zonas inóspitas e inexploradas, porém, fazia com que os mitos se deslocassem para aquelas regiões. Mas não somente os novos mitos, surgidos como um reflexo da exploração aurífera. Apesar da relativa abundância das lavras, com o ouro sendo extraído em quantidades jamais vistas até então na América Portuguesa, permaneceram o sonho e a cobiça pela prata e pelas esmeraldas.[33] Antigas lendas também acabariam por ressurgir no leste da nova capitania, como a Lagoa Dourada dos séculos anteriores. Os "sertões do leste" passariam, assim, a ser o alvo das novas entradas ao sertão, que almejaram, até a primeira metade do século XIX, a descoberta de locais como a Casa da Casca, a Ibituruna, a Serra das Esmeraldas, a Lagoa Dourada ou a Serra das Ametistas.[34]

Notas |

1. Para uma análise detalhada sobre a geografia mítica do sertão, incluindo uma tipologia de seus lugares imaginários, ver DELVAUX, Marcelo Motta. *As minas imaginárias*: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

2. Ver, por exemplo, o mapa de João Teixeira Albernas, *Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da barra do Rio Doce*. Além da representação gráfica da Serra das Esmeraldas, encontra-se no mapa, em forma de legenda, a descrição de um roteiro para se chegar a essa tão almejada serra: "Mostrace pelo rio Doçe o caminho q se faz pera a Serra das Esmeraldas, pasando o rio Guasiçi e maes avante das cachoeiras o rio Guasiçimiri e maes avante como se entra no rio Una e delle caminhando pouca terra se entra na lagoa do ponto E da qual dezembarcão e sobe a Serra das Esmeraldas tudo cõforme a viage q fez Marcos dazevedo". Ver ALBERNAS, João Teixeira. *Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da barra do Rio Doce. [1626-1627]*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Reproduzido em: MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1968. p. 25.

3. *Relatório do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento*. [s.l.n.d]. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 197-200, 1917. p. 200.

4. O estudo fundamental sobre as representações edênicas do Novo Mundo, demonstrando a importância das concepções relacionadas à crença na existência física do Paraíso Terreal na ocupação da América Portuguesa, é a obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

5. *Relatório do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento*, p. 199.

6. *Informação de Sebastião Cardoso de Sampaio, acerca do relatório antecedente*. Lisboa, 22 de novembro de 1692. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 200-202, citação p. 201, 1917. A data deste documento nos permite inferir a época em que o relatório de Antonio Paes de Sande foi escrito.

7. DELVAUX. *As minas imaginárias*, p. 66-70.

8. Pe. COCLEO. *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil, extraído do original do Pe. Cocleo*. [1700]. Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro (n. 23-24.2798; CEH 1530). Reproduzido em SILVA, Moacir. *Kilometro zero*. Rio de Janeiro: Oficina Tipografica São Benedicto, 1934.

9. Friedrich Renger ressalta: "As informações geográficas contidas no mapa do padre Cocleo representam uma síntese dos conhecimentos acumulados pelas entradas e bandeiras durante os séculos XVI e XVII, assinalando ainda muitas das fabulosas serras, tais como *Itapuca, Pedra q' estara* [sic], *Iuituberaba*, *M$^{te.}$ q' resplandece* [ou ainda o] *Morro q' vai ao Sol*, junto ao qual aparece uma lagoa sem nome (será a Lagoa do Vapabussu?)". O mapa do padre Cocleo faz parte do acervo do Arquivo Histórico do Exército. Na verdade, trata-se de uma cópia, conhecida pelo nome de *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil, extraído do original do Pe. Cocleo*. Essa cópia, como aponta Renger, contém referenciais cujo surgimento é posterior à morte do padre Cocleo, ocorrida em 1710, como as representações de Vila Rica e da vila de Rio das Contas. Ver RENGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais*: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1, p. 113.

10. DELVAUX. *As minas imaginárias*, p. 101-106.

11. Segundo Teodoro Sampaio, "Esta serra resplandecente, que o gentio, em sua lingua, dizia Itáberába-oçú e que a corruptela em labios portuguezes transformou em Taberaboçú e mais geralmente em Sabaráboçú, vai ser por todo o século seguinte o alvo das mais arrojadas expedições sertanejas conduzidas de S. Paulo em direcção ao valle de S. Francisco". Ver SAMPAIO, Teodoro. O sertão antes da conquista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 5, p. 79-94, 1899-1900. p. 93

12. SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 2001. p. 268.

13. *Provisão Régia ordenando ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro que desse parecer sobre a proposta de Agostinho Azevedo Monteiro, relativa ao descobrimento de minas no interior do Brasil (acompanhada da parte legível do documento anexo)*. Lisboa, 3 de abril de 1716. In: *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, v. XLIX, p. 193-195, 1929. p. 194-195.

14. ABREU, José Rodrigues. *Historiologia médica, fundada* e *estabelecida nos princípios de George Ernesto Stahl*. Lisboa: Oficina de Antônio de Sousa da Silva, 1739. t. 2, p. 526.

15. *Carta do Governador da capitania do Rio de Janeiro ao vice-rei do Estado do Brasil sobre os embustes de Manuel Francisco dos Santos, novos descobrimentos de minas, a pedra Tapinhoacanga achada em Goyás por Manuel de Barros, projectos do Governador de S. Paulo, frotas, falta de moeda e ódio que lhe votam nas minas*. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1730. Luiz Vahya Monteiro. In: *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, v. L, p. 205-207, 1929. p. 205-206.

16. RENGER. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735), p. 113.

17. DELVAUX. *As minas imaginárias*, p. 92-97 e 106-112.

18. DELVAUX. *As minas imaginárias*, p. 74 e 91.

19. DELVAUX. *As minas imaginárias*, p. 142-150.

20. Ver nota 2.

21. BARLAEUS, Casper; MARCGRAF, Georg; BLAEU, Joan. *Praefectura de Ciriii, vel Seregippe del Rey, cum Itâpuáma*. Amstelodami: ex typographeio Joannis Blaev. 1647. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: *http://purl.pt/4070*. Acesso em: 2 de agosto de 2010.

22. CORONELLI, Vincenzo Maria. *America Meridionale*. 1691. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas:* a cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. p. 222-223.

23. FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. Minas Gerais, [1750]. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das Minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Edição crítica de Luciano R. A. Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Mineiros, 1999. p. 170.

24. GOUVEIA, Luís José Ferreira de. *Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga*. Guarapiranga, 10 de dezembro de 1750. In: CÓDICE COSTA MATOSO, p. 257.

25. *NOTÍCIA - 3ª prática - Que dá ao R. P. Diogo Soares, o mestre de campo José Rebello Perdigão sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro*. Ribeirão Abaixo, 2 de janeiro de 1733. In: TAUNAY, Afonso d'E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p. 172.

26. Ver nota 11.

27. *NOTÍCIA - 3ª prática - Que dá ao R. P. Diogo Soares, o mestre de campo José Rebello Perdigão sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro*, p. 172.

28. *NOTÍCIA - 1ª prática - Que dá ao R. P. Diogo Soares, o capitão Luís Borges Pinto, sobre os seus descobrimentos da célebre Casa da Casca compreendidos nos anos de 1726-27-28, sendo governador e capitão general D. Lourenço d'Almeida*. [s.l.n.d]. In: TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 166.

29. *NOTÍCIA - 2ª prática - Dada pelo alferes ... Moreira ao P. M. Diogo Soares das suas bandeiras no descobrimento do celebrado Morro da Esperança empreendido no anos de 1731 e 1732, sendo general D. Lourenço d'Almeida.* s.l.n.d. In: TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 170.

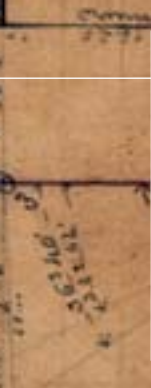
30. *NOTÍCIA - 2ª prática - Dada pelo alferes ... Moreira ao P. M. Diogo Soares das suas bandeiras no descobrimento do celebrado Morro da Esperança empreendido nos anos de 1731 e 1732, sendo general D. Lourenço*, p. 168-169.

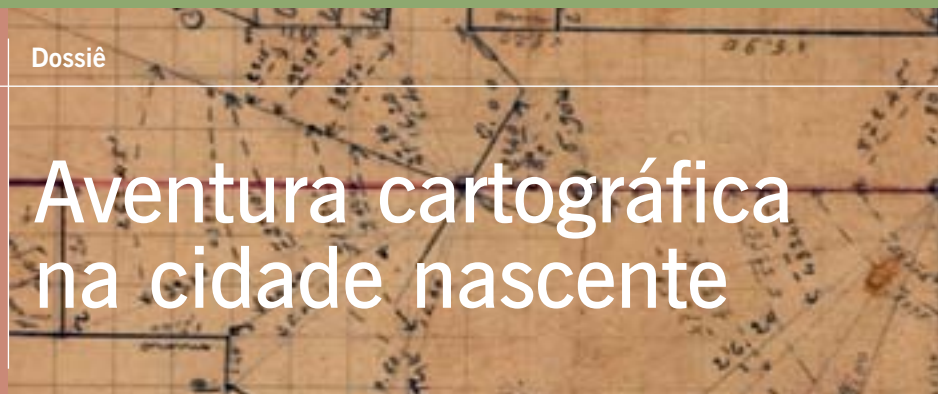
31. FURTADO. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*, p. 178.

32. DELVAUX. *As minas imaginárias*, p. 176-177.

33. DELVAUX. *As minas imaginárias*, p. 189-199.

34. DELVAUX. *As minas imaginárias*, p. 202-208.

Marcelo Motta Delvaux é mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Este artigo é derivado das pesquisas sobre a cartografia imaginária do sertão brasileiro, realizadas para o desenvolvimento da dissertação de mestrado *As minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX*, defendida em 2009 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFMG.

Aventura cartográfica na cidade nascente

Maria do Carmo
Andrade Gomes

O jogo de escalas, entre indício do real e representação da utopia urbana, está presente na documentação cartográfica da Comissão Construtora da Nova Capital mineira, que atuou entre 1893 e 1897, amparando-se no discurso da cientificidade e na pretendida transparência dessa linguagem.

Este artigo discute alguns resultados da pesquisa desenvolvida no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), tendo como objeto a documentação cartográfica produzida pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), Belo Horizonte, em fins do século XIX. Especial ênfase é dada aos aspectos técnicos dessa grande aventura cartográfica, que partiu do reconhecimento físico de um território nunca antes mapeado para a implementação de um projeto urbano em todas as suas dimensões, sejam políticas, jurídicas ou simbólicas. O rico acervo produzido pela CCNC guarda ainda a fortuna de possibilitar o cruzamento de diferentes tipologias e suportes documentais que configuram um mapeamento, em toda a sua complexa historicidade: ofícios, relatórios, cadernetas de campo, gráficos, documentos contábeis e jurídicos, discursos técnicos e políticos, fotos, plantas e cartas urbanas.

Em 17 de dezembro de 1893, o governo mineiro promulgou a lei que decretava a mudança da capital de Ouro Preto para o sítio onde se localizava o arraial do Curral del Rei e estabelecia o prazo de quatro anos para sua edificação. A mudança da capital seria a realização mais grandiosa e bem-sucedida no projeto das elites republicanas para o reordenamento geopolítico do Estado.

O Decreto n. 680 e o regimento anexo, publicados em fevereiro de 1894, organizaram a Comissão Construtora da Nova Capital, composta por uma elite técnica com forte autonomia administrativa para conduzir o projeto, que abarcava desde o minucioso cadastro da paisagem física e humana remanescente à concepção intelectual do plano urbano e às obras de implementação.

Para sua chefia foi designado o engenheiro Aarão Reis, a quem é atribuída a autoria intelectual do plano da nova cidade e a condução técnica de todos os trabalhos cartográficos.[1] Reis convocou colaboradores de sua inteira confiança, em boa parte formada pelos mesmos membros que haviam atuado na Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para Nova Capital (Celinc),[2] o que significou claramente a montagem de um corpo técnico essencialmente originado da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com poucos auxiliares oriundos de outros estabelecimentos, como a Escola de Minas, de Ouro Preto. Ao reunir um grupo de engenheiros da "Politécnica", muitos deles positivistas como ele, Reis garantia a homogeneidade da Comissão Construtora, sobre a qual exercia autoridade absoluta. Instado a realizar o trabalho em tempo recorde, Reis conseguiu operar com forte autonomia em relação ao próprio governo.

O foco de toda a ação era garantir a implantação da cidade em seu contorno definitivo, o que pressupunha o desenvolvimento dos trabalhos em pelo menos três frentes: *o mapeamento do terreno,* para sobre ele riscar o projeto da nova cidade; *o cadastramento e a desapropriação* de terras, fazendas e propriedades urbanas existentes; *o zoneamento* e a definição dos usos do novo solo urbano e dos meios de acesso a ele. Essas tarefas estavam imbricadas entre si e pressupunham atividades de gabinete e de campo e uma intensa atividade cartográfica desenvolvida em diferentes escalas, desde a construção da rede geodésica, que abarcaria todo o projeto urbano e as áreas periféricas, passando pelos estudos da rede hidrográfica para abastecimento de água até o alinhamento e nivelamento aplicados à determinação do trajeto do ramal férreo, prioridade das prioridades.

Os levantamentos de campo e a produção cartográfica foram, portanto, os trabalhos técnicos essenciais do primeiro ano de atividade da Comissão Construtora. Dessa forma, em torno dos inventários físicos da paisagem natural e urbana construíram-se as estratégias do empreendimento, fossem elas de

natureza técnica (estudos dos recursos naturais, representação da topografia para assentamento do plano urbano), jurídica (cadastro das propriedades públicas e privadas) ou propagandística (produção de imagens sínteses da nova cidade).

Quem eram os responsáveis técnicos por essa empreitada cartográfica? Além de Aarão Reis, boa parte dos engenheiros foi envolvida nas atividades de mapeamento. Os trabalhos geodésicos e topográficos foram concentrados na Divisão de Estudos e Preparo do Solo, comandada pelo engenheiro Samuel Gomes Pereira, o que garantiu continuidade ao mapeamento por ele mesmo realizado quando da elaboração do relatório da Celinc. Seus colaboradores foram os engenheiros Ludgero Dolabela, que iniciou os trabalhos geodésicos, pouco depois substituído por Eugênio Raja Gabaglia, e o engenheiro Américo de Macedo, que coordenou os trabalhos topográficos.[3]

Os resultados colhidos no trabalho de campo, tanto na fixação dos marcos geodésicos quanto na medição dos ângulos e determinação do nivelamento, eram enviados ao Escritório Técnico, divisão dirigida por Hermillo Alves. Essa se encarregava dos trabalhos de gabinete relativos à tradução dos dados para a linguagem gráfica e produção dos mapas e das plantas, redução dos desenhos das cadernetas de campo, confecção da planta geral e suas reproduções, necessárias tanto para o arquivamento quanto para os fins de divulgação e propaganda.

Retas substituem curvas: a teia geodésica de Belo Horizonte

Os trabalhos de construção da rede geodésica foram os primeiros a serem implementados. A triangulação foi construída com a medição e o estabelecimento dos vértices, desdobrando o perímetro estabelecido na planta da Comissão de Estudos em uma rede de 27 triângulos, conforme seria representada em diversos documentos posteriores.

Como era próprio desse período de afirmação da disciplina cartográfica, o compromisso com a cientificidade do mapeamento geodésico passava necessariamente pelo arsenal de instrumentos à disposição dos técnicos. Símbolos da moderna atividade cartográfica, como teodolitos e aneroides, já aparecem como objetos de compra da CCNC em firma comercial do Rio de Janeiro, conforme documentos datados de março de 1894.[4]

Mas a falta de pessoal qualificado, equipamentos e materiais para realizar os trabalhos foi queixa constante dos responsáveis, premidos entre as condições materiais adversas e os compromissos científicos e políticos assumidos com a tarefa. Relatório de junho de 1894, presumivelmente redigido por Raja Gabaglia, descreve as dificuldades de se realizar os serviços de “alta precisão”, que exigiam “aparelhos de difícil fabrico” e instrumentos rigorosamente construídos e aferidos:

> E é conveniente não esquecer que *aqui neste Belo Horizonte, há falta absoluta de tudo*; assim, por exemplo: não se encontra, e nem a própria Comissão possui, um pouco de bronze que sirva para o preparo ou concerto de pequenas peças; assim, também não temos meios para fazermos pequenos parafusos, nem *mirabile dieu* – para serrar um pequeno tubo de metal ... E se passarmos a quantidade e qualidade do pessoal, seremos forçados a concluir que nos é tão fácil construir aqui qualquer desses aparelhos necessários aos trabalhos de precisão como se estivéssemos desprovidos de todos os recursos no mais [inóspito] dos sertões.[5]

Quanto ao material encomendado na capital federal, a lista de defeitos nas peças que chegavam era grande e "longo seria o desfiar de semelhante rosário". O mesmo autor lamenta a ignorância dos que certamente o criticavam por desconhecerem os métodos

> [...] que a ciência segue na determinação das medidas de rigor [...] Não quero citar exemplos; basta, porém, recordar que na planta cadastral do Rio onde havia todos os recursos, carpinteiros que são carpinteiros, ferreiros que são ferreiros, mecânicos que são mecânicos, empregaram mais de seis meses só para os trabalhos preparativos [...] E estavam no centro da civilização de nossa pátria [...].[6]

Apesar do quadro desolador, as realizações da Comissão Construtora seguiam em ritmo intenso, pois já no mesmo mês de junho o chefe da Divisão, Samuel Pereira, anunciava que seus engenheiros haviam terminado os trabalhos de levantamento cadastral da povoação e se encontravam dispersos em áreas já mais distantes dos limites urbanos.

O trabalho era orquestrado de forma a superpor os levantamentos topográficos aos trabalhos de triangulação. Uma turma de astronomia seguia estabelecendo latitude e hora dos marcos, enquanto condutores e trianguladores partiam à frente preparando vértices, pilares e sinais da rede geodésica. Em seguida, os topógrafos teciam as redes mais finas em cada triângulo, as chamadas linhas auxiliares, que permitiam a medição e a inserção dos lotes e edificações. Para realizar o mapeamento geodésico, topográfico e cadastral de forma concomitante, foi necessário construir uma rede de muitos polígonos, mais densa do que em mapeamentos de menor escala, comuns no período.

Os técnicos tinham de improvisar aparelhos e técnicas, pois a urgência dos trabalhos não permitia esperar a importação de instrumentos da Europa e dos Estados Unidos. O balizamento técnico e o controle sobre os erros passavam ainda pela adoção de parâmetros e a colaboração com membros de outras comissões como a Comissão da Carta Cadastral do Distrito Federal e a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de Minas Gerais, que então iniciava os trabalhos de mapeamento sistemático do Estado. Tanto as técnicas de triangulação como os levantamentos cadastrais de base gráfica eram ainda pouco praticados e conhecidos no Brasil, e ainda menos a sua aplicação para fins de planejamento urbano e controle sobre a ocupação e o uso das terras rurais e urbanas. Como apontou Gabaglia, em relatório de janeiro de 1895,

> O processo é o adotado pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de Minas Gerais, segundo se vê do respectivo boletim nº 1 e das informações verbais dadas pelo chefe daquela comissão. É um processo topográfico que tem sido empregado em diversos países, principalmente nos E.U. da América do Norte com regular resultado, necessitando, porém, muita atenção, dependendo principalmente o bom êxito, da habilidade do cuidado constante dos operadores.[7]

Os trabalhos de triangulação partiam de um reconhecimento geral do sítio para a determinação de *pontos notáveis da região*, em geral de maior altitude e visibilidade, nos quais eram fixados os marcos, que se tornavam os vértices dos triângulos. Sobre a base topográfica esboçada em 1893, foi tecida a rede de triângulos, consistindo o primeiro passo na medição da base, ou seja, tomada uma distância básica de um quilômetro, medida sobre o terreno o mais plano possível. A exata determinação da base era a exigência primordial de todo o procedimento, pois a partir dela é que seriam construídas e medidas todas as demais linhas da rede. A fita de aço usada na medição havia

sido “graciosamente cedida pelo sr. Dr. Lacerda, chefe da Comissão Geográfica de Minas, após ser esplendidamente aferida pela Comissão da Carta Cadastral do Distrito Federal”, segundo o minucioso relato de Gabaglia, que ainda citou diversas outras invenções, adaptações e trocas realizadas.[8] Seguindo um protocolo de sucessivas revisões e de aferições, a base passou a constar em todas as plantas que representavam a triangulação.

Importa ressaltar, ainda seguindo o texto referencial de Gabaglia, a intensa preocupação com os procedimentos no sentido de se evitarem os erros de cálculos nas medições dos ângulos e consequentemente na composição da rede triangulada. Uma angústia do erro perpassa todo o discurso técnico de Gabaglia, que introduz em seu texto os princípios e as questões metodológicas da teoria geral dos erros, recorrendo a um aparato erudito que conjugava a citação de teóricos e as experiências práticas de países como Itália, França e Estados Unidos. Nesse quadro, concluía o engenheiro, a margem de erro encontrada no trabalho em Belo Horizonte poderia ser considerada razoável. E Gabaglia defende seu trabalho, ao dirigir-se diretamente ao engenheiro-chefe Aarão Reis:

> Poder-se-ia chegar a tão favorável resultado, pergunto a V.S. que além da teoria tem tão completa prática de serviços idênticos, a V.S. tão na altura de ser juiz competente em causas semelhantes, se não houvesse cuidados especiais, se não se tivesse escolhido tempo apropriado? Sempre disse, e hoje mais que nunca repito, em operações de alta precisão, dinheiro, tempo e observadores práticos são fatores indispensáveis: sem eles é inútil tentarem-se certos serviços.[9]

Mais que uma postura intelectual de incerteza quanto à credibilidade do serviço e à insegurança dos métodos empregados, a intenção de Gabaglia era defender seu trabalho e dos membros da sua equipe de possíveis críticas em relação aos prazos, originadas tanto da direção dos trabalhos como do governo e da população. É o que se pode depreender ainda das observações algo irônicas de Alfredo Camarate, publicadas em jornal em maio de 1894:

> Em Belo Horizonte, a vida continua, na sua suave e encantadora monotonia [...] Por todas as ruas, travessas e largos, por todas as picadas e veredas, o solo já está crivado de estacas, enterradas com a cabeça à flor da terra e com o seu prego cravado e a sua testemunha encostada junto aos muros ou à beira dos viçosos calados; a todas as horas e por todos os montes e vales das circunvizinhanças, os engenheiros, manuseando o nível, o teodolito ou o trânsito, condutores e auxiliares, tudo numa faina de quem quer chegar depressa, e sempre com a convicção de que não chegarão tão depressa quanto o dr. Aarão Reis desejaria [...].[10]

Em sua detalhada argumentação, Gabaglia forneceu ainda dados interessantes sobre o cotidiano do processo cartográfico e sobre a possível resistência da população, em um testemunho raro das condições materiais de produção dos mapas:

> Causas diversas influíram, conforme participava diariamente a V.S., para a demora dos serviços da Seção: a chuva, o vento, o nevoeiro, a irradiação, a refração, etc. são as mais importantes. Além de todas essas há, porém, uma que lhes excedem muito – o número incrível de queimadas que houve nos arredores da localidade, enchendo a atmosfera de fumaça, modificando suas qualidades físicas e proibindo, à noite, as visadas pelo grande

número de pontos luminosos existentes no horizonte, causando ora confusão com os sinais geodésicos, ora produzindo clarões de sorte a fazer desaparecer a luz projetada pelas lanternas desses sinais. Também, algumas vezes, foram derrubados os pilares dos vértices da triangulada pelo amor à destruição, tão comum em certa classe social. Para que lembrar fatos tão tristes? [...][11]

Embora a construção da rede geodésica seja uma operação intrinsecamente intelectual, de ordem abstrata, alguns aspectos, como os apontados no texto acima, são sugestivos de sua materialidade. A fixação dos marcos no território era determinante e para tanto concorria especialmente a visibilidade dos vértices. Os marcos eram estruturas de alvenaria fincadas no solo que tinham a clara intenção de fixar no espaço e no tempo a grade geodésica de forma a "garantir em qualquer época, mais ou menos remota, a revisão do cadastro da cidade".[12]

O relevo acidentado da localidade e a existência de matas foram obstáculos sempre citados nos relatórios, exigindo grandes derrubadas em área como os Menezes, Lagoinha, Cunha, Barroca e Pastinho. Outro aspecto relevante dessa apropriação do território é o recurso à toponímia já existente no lugar na denominação dos vértices, um dos poucos pontos de fixação de uma memória local e de uma experiência social anterior ao trabalho da Comissão Construtora.

Em outubro de 1894, todo o trabalho intelectual e de campo para a construção da rede de triangulação estava pronto, embora os trabalhos continuassem no refinamento da rede e no seu prolongamento, buscando avançar sobre as novas áreas de expansão do projeto urbano, como as fazendas em desapropriação.

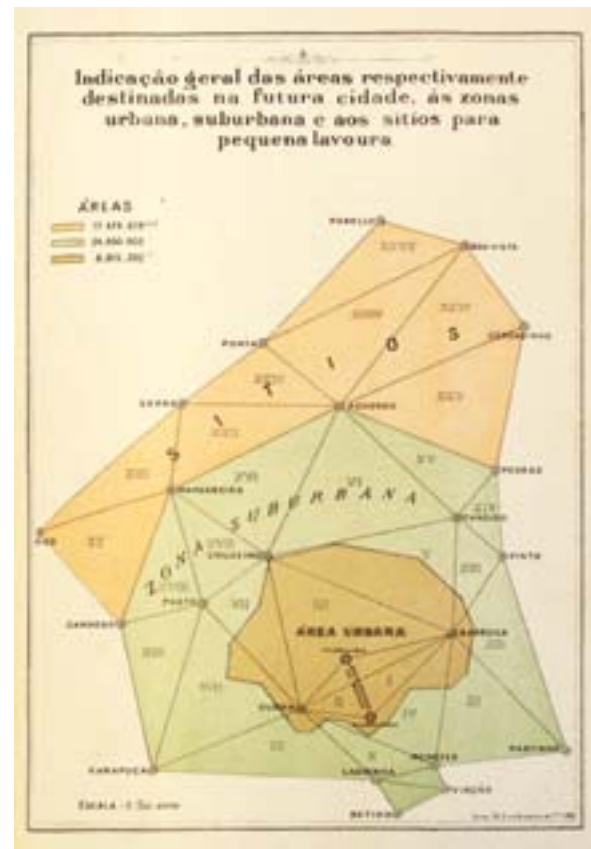



Diagrama da poligonal geodésica com a definição das três grandes zonas de ocupação projetadas no plano da Comissão Construtora, pródiga na produção de documentos que registravam todos os passos das atividades. Comissão Construtora da Nova Capital, [1894]. Escala: 1:50.000. In: MINAS GERAIS; COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. *Revista Geral dos Trabalhos.* Rio de Janeiro: H. Lombaert, 1895.

Topografia, cadastro urbano e a cartografia como instrumento jurídico

No encalço do levantamento geodésico seguiam as turmas de engenheiros e condutores encarregados do mapeamento topográfico e cadastral da localidade. Todo o trabalho era regido pela urgência, pois do reconhecimento físico da paisagem dependia o planejamento da nova cidade, enquanto o inventário da ocupação humana definiria os contornos sociais,

Cunha
(880)
Chacara
Ponte
Becco da Chacara
Lagoa
P. SUL
Ribeirão do Arrudas
III
II
Largo do Rosario
Meridiano Geographico 16°20'10"
Meridiano Magnetico 7°16'45"
Antiga Fazenda da Lagoa Bonita
Base da Triangulação Geodesica
(1004.3136 Metros)
Cemiterio
Corrego do
P. NORTE
I
Antiga
Ponte do
Corrego do Barro

Detalhe da Planta geodésica, topográfica e cadastral, com os eixos da base da triangulação e dos meridianos representados sobre o terreno. Escala 1:10.000. Comissão Construtora da Nova Capital, 1895. Arquivo Público Mineiro – SA-013.

jurídicos e o custo financeiro das desapropriações, base de toda a estratégia de ocupação pretendida pelo Estado. A urgência era ainda maior quanto à definição dos trâmites e valores que seriam pagos aos proprietários pelas desapropriações, uma vez que a incerteza tomou de assalto a população quando ficou claro que o novo projeto não iria considerar antigos traçados urbanos e regimes de propriedade e que os chamados curralenses, pobres em sua maioria, não poderiam esperar o mesmo tratamento que seria dispensado aos moradores de Ouro Preto e aos funcionários públicos.[13]

O trabalho de cadastro propriamente dito, com identificação, plotagem e medição exata da cada elemento constitutivo da área a ser desapropriada, foi realizado no núcleo mais adensado do povoado. Entre os meses de março e setembro de 1894, seis turmas de engenheiros e condutores promoveram a varredura sistemática do arraial, para em seguida prosseguir nas fazendas e terras devolutas que configuravam o perímetro previsto para a implantação da cidade. Paralelamente, eram feitos os estudos cartográficos relativos às linhas do ramal férreo e ao abastecimento de água.

Os dados levantados sobre o terreno eram documentados nas cadernetas de campo, instrumento indispensável do trabalho topográfico. Eram inscritas em colunas de papel quadriculado as numerações das estacas, as distâncias medidas, os cálculos dos ângulos, o nível dos instrumentos, azimutes e outros dados; essas colunas eram paralelas a croquis dos alinhamentos e anotações de toda a sorte de elementos considerados relevantes para a posterior produção da representação: nomes de ruas e dos proprietários, plantas baixas das edificações, indicação de pontes, muros, benfeitorias etc.

As cadernetas de campo constituíam o inventário realizado ao *rés do chão*, o trabalho bruto do topógrafo, antes de toda lapidação do trabalho de gabinete.[14] Embora tivessem a aparência de um rascunho do trabalho de campo, com esboços muitas vezes rasurados, as cadernetas continham todo o protocolo da validação de um documento formal, com numeração seriada, títulos, datas, assinaturas e revisões dos respectivos chefes.

A observação dos dados contidos nas cadernetas preservadas da Comissão Construtora permite recuperar os passos do mapeamento tanto em relação às técnicas cartográficas utilizadas quanto ao detalhamento da paisagem física e muito especialmente da humana. Dividiam-se entre as modalidades do trabalho a ser empreendido. O nivelamento consistia na aferição das altitudes em diferentes cotas em relação ao nível do mar. Com o nivelamento, estabeleceram-se as curvas de nível representativas do relevo e as margens de tolerância de declividade, essenciais na determinação do traçado das ruas e do ramal férreo.

O alinhamento era a outra técnica cartográfica, realizado através dos caminhamentos, que consistiam em fixar estacas de 10 em 10 metros e traçar linhas para fechar os perímetros e adensar gradativamente as redes de polígonos. Com as linhas auxiliares e as seções transversais, era possível traçar polígonos secundários,[15] neles superando obstáculos e "levantando todos os detalhes das propriedades particulares" inscritos. A técnica adotada para a topografia detalhada dos polígonos era a da irradiação: em determinados pontos dos caminhamentos novas linhas eram lançadas para alcançar, medir e registrar todos os elementos da paisagem: muros, pontes, casas, cercas, barrancos eram sinalizados nos croquis.

Em outubro de 1894, a equipe dedicava-se ao prolongamento dos caminhamentos nos polígonos mais

afastados do centro da localidade e ao levantamento das plantas das fazendas para fins de desapropriação: Cercadinho, Taquaril, Capão da Posse, sítio de Manoel Pinto da Assumpção e fazenda do Barreiro. Nesses levantamentos topográficos das fazendas, os topógrafos esbarravam em dificuldades, sempre citadas nos relatórios, quanto aos limites das propriedades, devidos às incertezas e conflitos entre os proprietários. Já no relatório da Celinc, Pereira apontava para esse quadro de indefinição dos limites das propriedades, marcada pela ocupação das terras devolutas de há muito praticada por toda parte.

Desse inventário de dados colhidos no trabalho de campo foram produzidas as plantas de cada uma das propriedades a serem desapropriadas pelo Estado, fossem residências, casas comerciais, fazendas. As plantas davam visualidade ao conjunto de variáveis das quais emergia o valor do imóvel a ser transacionado: localização, tamanho, implantação, situação fundiária, elementos materiais, áreas de cultivo e benfeitorias.

Para além da representação, as plantas, desenhadas em escalas grandes, eram dotadas de protocolos formais de legitimação que as consagravam como documentos jurídicos e, como tal, eram anexadas aos processos de desapropriação.[16] Esses, por sua vez, também continham dados descritivos das propriedades.

As plantas individuais das propriedades articulavam-se à *Planta topográfica e cadastral da área destinada à Cidade de Minas,* elaborada na escala de 1:4000. Essa planta continha, entre outros elementos, a representação do meio físico, da rede geodésica e das propriedades do arraial inseridas na maior parte do perímetro da triangulação.[17] Uma legenda lateral permitia a imediata conexão entre o desenho da propriedade – limites e implantação da área edificada – e o nome de cada um de seus proprietários.[18]

Desenho e fabricação de imagens: as representações do povoado

No Escritório Técnico, todos os dados colhidos e produzidos no campo eram processados e transformados em desenhos técnicos como os diagramas, as plantas, os mapas e os projetos arquitetônicos. As atribuições multiplicavam-se, desde a redução a desenhos das cadernetas, a produção de plantas em diferentes escalas, a produção da planta geral da cidade, os projetos de obras de engenharia, planos resultantes dos estudos do ramal férreo e das linhas de abastecimento de água e as plantas de desapropriação.

Respondendo, portanto, a uma miríade de demandas, já em agosto de 1894, os primeiros desenhos eram finalizados, segundo relatório do engenheiro Hermillo Alves. O grande polígono cadastral, formado por 19 triângulos que circunscreviam as projetadas zonas urbanas e suburbanas da nova capital, foi desenhado em duas escalas (1:1000 e 1:4000). Presume-se que a escala de 1:4000 foi definida como solução gráfica ideal para visualização das representações em planta do trabalho de gabinete, enquanto outras escalas foram utilizadas para outros fins.

Até o fim de 1894, o Escritório Técnico produziu três sequências da rede triangulada nas escalas de 1:1000, 1:2000 e 1:4000, sobre as quais eram representados os outros elementos cartografados no terreno ou projetados no gabinete. Conforme relatório de janeiro de 1895,

> Do dia 1º de setembro a 31 de dezembro foi desenhada, na escala de 1:2000, a topografia completa de 21 triângulos, [...] e foi feita a redução para a escala de 1.4000 [...]. Desenhou-se em 3 vias, na escala de 1:4000, a rede de triangulação da zona

> que já se acha estudada; nessas redes se está desenhando o projeto da futura capital, da seguinte forma: a primeira rede com a *topografia completa e o cadastro* do arraial de Belo Horizonte, tem como a discriminação de todas as propriedades e divisas; a segunda rede com a *topografia e sobre esta o traçado completo dos arruamentos urbanos e suburbanos*; a terceira rede com *a planta completa dos arruamentos* da futura capital, com a demarcação dos lotes, indicação dos edifícios públicos e terrenos desapropriados. Esta planta é a que está servindo de original para as notas de locação das praças, avenidas e ruas.[19]

Tem-se aqui claramente discriminado o plano da sequência de representações cartográficas que reproduziam em imagens a cronologia dos trabalhos: o plano abstrato da rede geodésica circunscreve a paisagem física e humana remanescente, para em seguida fazer desaparecer o arraial, mantendo a topografia e sobre ela o projeto urbano em gestação; na terceira imagem, a planta completa, já incrustada dos componentes da etapa de uso e ocupação do novo solo urbano: localização dos edifícios públicos, parques e praças, toponímia, zoneamento das áreas, numeração de quarteirões e lotes, entre outros. Seguindo ainda a estratégia da Comissão Construtora de manter uma memória técnica dos trabalhos, eram produzidas cópias mecânicas e manuscritas dos trabalhos.[20]

Boa parte do tempo de trabalho em gabinete foi investida nas versões dos documentos cartográficos, produzidas como sínteses dos múltiplos trabalhos, quase todas destinadas à difusão e à propaganda do empreendimento oficial: imagens que recebiam tratamento gráfico refinado, de grande apelo estético e carga simbólica e que terminaram por adquirir um forte caráter monumentalizante. Desde o começo dos trabalhos, esse interesse oficial na difusão e na constituição de uma memória técnica levou à produção e à impressão de diferentes documentos. Alguns documentos foram publicados em revistas, outros foram impressos em grandes tiragens, e outros ainda foram fotografados e expostos à venda.[21]

As plantas e os diagramas compunham esse conjunto intertextual de documentos – fotografias, pinturas, publicações, álbuns – que, aliado às rotinas sistemáticas de arquivamento e reprodução dos registros, resultou na produção de uma minuciosa memória técnica e um discurso monumentalizante do trabalho em curso, especialmente no período em que esteve à sua frente o engenheiro Aarão Reis.

A síntese gráfica dos processos de construção da rede geodésica e do cadastro urbano foi desenhada na escala 1:10.000 e impressa no Rio de Janeiro com o título de *Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral da Zona Estudada*. Concebida com grande clareza visual, continha todo o perímetro estabelecido na grade geodésica e carregava informação na sua policromia: áreas verdes, terrenos privados; áreas amarelas, terrenos devolutos.

Cartografia enquanto projeto urbano: as representações da cidade planejada

Nos gabinetes, o trabalho também se dividia em função das múltiplas tarefas em curso. Uma vez definidos os termos da transação entre governo e proprietários, as plantas das propriedades eram incorporadas aos processos jurídicos, já como representações instituintes de um novo regime de propriedade das terras. Outras recebiam tratamento gráfico para serem impressas como peças de publicidade. Boa parte da equipe comandada diretamente por Aarão Reis adiantava-se na elaboração da planta geral da nova capital, cujo

Caderneta de campo n.º 1, inaugurando os trabalhos de nivelamento. Na coluna da direita, a localização da estaca recorre aos dados de uma passagem natural e humana já palmilhada pelo topógrafo: “em um tronco seco de cabuí na roça de feijão do Marciano”. Comissão Construtora da Nova Capital, 1894. Museu Histórico Abílio Barreto – CCDt 02-001.

desenho foi sendo concebido junto aos projetos arquitetônicos dos principais edifícios, equipamentos e espaços públicos.

Aarão Reis afastou-se da Comissão Construtora da Nova Capital por desentendimentos de ordem política e administrativa com o governo estadual e deixou poucos documentos escritos nos quais relatou suas influências e escolhas. Pouco antes de deixar a Comissão Construtora, Aarão Reis enviou ao governo do Estado a planta geral da nova capital e demais plantas produzidas durante a sua gestão. Conforme ofício então encaminhado, as plantas manuscritas na escala de 1:4000 eram instrumentos de consulta e de trabalho

Caderneta de campo n.º 196, resultado do caminhamento, com disposição dos dados nas colunas e croquis da região mapeada, figuração e texto descritivo da vegetação às margens do rio. Comissão Construtora da Nova Capital, 1894. Museu Histórico Abílio Barreto – CCDt 02-196.

de gabinete, enquanto a planta de escala 1:10.000 prestava-se à impressão e à consequente difusão dos trabalhos e de propaganda da imagem da cidade que se pretendia construir.[22]

A Planta Geral da Cidade de Minas, elaborada em duas cópias manuscritas na escala 1:4000, dava sequência às plantas de gabinete, trazendo em minúcias e rigor toda a discriminação do projeto urbano. Assim, a planta já continha o primeiro mosaico de distribuição dos lotes urbanos e suburbanos, fossem aqueles reservados ao Estado, fossem os negociados com os antigos habitantes do arraial em função das desapropriações, fossem aqueles prometidos

aos funcionários públicos e ex-proprietários de Ouro Preto, compensações às migrações compulsórias para dentro e para fora da cidade projetada.[23] Uma utopia urbana que já nascia como cartografia, ou seja, como representação de um quadro territorial que se pretendia real, ainda que pela força da intervenção projetada sobre o espaço, agora quase inteiramente esvaziado da ocupação remanescente. A planta geral era, de certa maneira, a cidade que nascia e a força instituinte do plano de Reis foi tanta que, por décadas, a cidade real seria confundida com o seu plano.[24]

A *Planta Geral da Cidade de Minas*, na escala 1:10.000, foi o produto impresso da redução dos projetos manuscritos. Sua clara legibilidade concorria para a enunciação da natureza da ocupação que se pretendia, concentrando informações na exata localização das zonas, dos quarteirões e lotes que seriam postos à venda ou negociados em doações. Como apontamos em outro estudo, a planta geral

> [...] pressupôs, antes de tudo, o desaparecimento de todo e qualquer traço da antiga ocupação humana e a apresentação da nova cidade como um todo orgânica e hierarquicamente integrado. O terreno aparece limpo, definido pelas curvas de nível e o regime hidrológico. Os traços sinuosos da topografia, dos rios e córregos correm pela paisagem geométrica da cidade dividida em linhas retas. Vestígios do trabalho de mapeamento, como as quadrículas de coordenadas e as triangulações da rede geodésica também não estão presentes.[25]

Em maio de 1895, com a saída de Aarão Reis, inaugurava-se um novo momento nos trabalhos de construção da capital. Mudanças de pessoal e orientação técnica foram implementadas, mas não alteraram a produção cartográfica, uma vez que essa praticamente já se encontrava pronta. Marcando esse momento e sublinhando os feitos até então realizados, foram produzidos relatórios dos diferentes chefes, em parte reproduzidos no segundo volume da *Revista da Comissão* como um balanço, ou um discurso, de todo o trabalho cartográfico realizado. Samuel Pereira destacou o esforço inovador dos trabalhos geodésicos e topográficos que resultaram na planta cadastral e topográfica, "verdadeiro *tour de force*, pela presteza e precisão com que foi executado, [no qual] se empregaram os processos mais aperfeiçoados de topografia moderna".[26]

Aarão Reis foi substituído pelo engenheiro Francisco de Paula Bicalho, cuja gestão foi marcada pela implementação do plano e pelo desenvolvimento das obras de construção da cidade. Superados os desafios técnicos e intelectuais do mapeamento e da concepção do plano, a produção cartográfica passou a atender aos objetivos mais pragmáticos de estender o mapeamento a áreas mais afastadas e de implantar os projetos específicos, relativos à venda e à doação de lotes e ao sistema de abastecimento de água.

Conclusões: o jogo de escalas, entre indício do real e representação da utopia

Primeira capital planejada do país, em Belo Horizonte foram experimentadas as mais modernas técnicas cartográficas para a investigação e a visualização do terreno e de sua ocupação, para o planejamento e a construção da cidade que se inventava, para a intervenção direta sobre espaço construído remanescente e sobre a ocupação pretendida e, enfim, para a propaganda política do processo. Pode-se mesmo dizer que, na documentação cartográfica da Comissão Construtora da Nova Capital, encontram-se reunidas e mescladas as múltiplas funções de todo documento cartográfico, sejam de ordem funcional, jurídica ou simbólica.

Apropriando-nos do estudo de Favelukes para a cartografia urbana de Buenos Aires,[27] podemos

Planta anexa a processo de desapropriação. Emoldurada pelos protocolos formais de um documento jurídico (atestações, assinaturas), a imagem deixa transparecer os vestígios do trabalho cartográfico (linhas de irradiação). Escala 1:1000. Comissão Construtora da Nova Capital, 1894. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – AI.01.06.00-389(067).

Estado de Minas Geraes

C. C. N. C.

Planta da casa e terreno de Francisco Antonio Vaz de Mello

Rua Marechal Deodoro

Visto

O Engº Chefe:

Está conforme os dados fornecidos pela 4ª Divisão

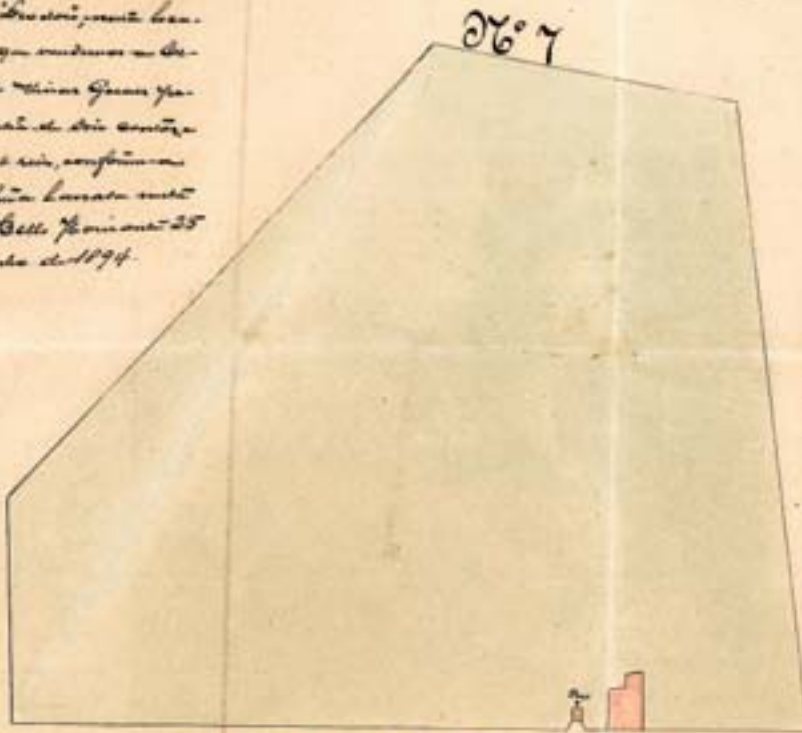
Samuel [illegible]

O Chefe da 4ª Divisão

Acabo de por mim e minha mulher, esta assignada esta planta da casa e quintal de nossa propriedade, sita á rua Deodoro, para ser vendida, que vendemos ao Estado de Minas Geraes pela quantia de dois contos [illegible] reis, conforme [illegible]. Bello Horizonte 25 de Junho de 1894.

Nº 7

João Joaquim de Souza

Beco da Chacara

Rua Marechal Deodoro

Escala – 1:1000 –

Escriptorio Technico, 7 de Setembro de 1894.

O 1º Engº José de Magalhães

afirmar que o conjunto da Comissão Construtora reflete o processo de transição de uma ordem notarial na descrição do regime de terras e da configuração urbana para uma ordem gráfica, sustentada pela autoridade conferida ao documento cartográfico, naquele momento de afirmação da cartografia como campo de conhecimento específico e instrumento universalizador da linguagem e do controle sobre o espaço.

Ressaltamos a riqueza documental de uma cartografia de função jurídica, contraponto das produções técnicas e simbólicas da Comissão Construtora, a ressaltar os efeitos de múltipla ordem que a cartografia exerce sobre os processos históricos do qual emergem não como simples ilustrações de contextos espaciais, mas como âncoras do real, instrumentos de intervenção sobre o processo social, espaços formais de legitimação e disputa pela propriedade da terra rural e urbana.

A experiência singular de Belo Horizonte e a importância que a atividade cartográfica adquiriu na sua construção remetem ao contexto mais amplo de afirmação do poder dos Estados modernos na (re)configuração dos recursos naturais e na organização geopolítica dos países. Na redefinição das formas de apropriação dos recursos naturais e das terras, rurais e urbanas, em curso em diversos países em fins do século XIX, os mapeamentos foram instrumentos de intervenção no espaço, ferramentas amparadas no discurso da cientificidade e transparência da linguagem cartográfica.

Na produção da Comissão Construtora, as imagens foram elaboradas de forma a cobrir todo um espectro de escalas que permitiam uma multiplicidade de olhares sobre o território físico e humano: desde a série de plantas de menor escala, que apresentavam o inventário geral da paisagem física e humana e o plano urbano então concebido, até as plantas de desapropriação, que representavam em detalhe as propriedades urbanas e suburbanas em processo de desapropriação. Uma série articulada de registros cartográficos produzida para responder à desmesurada tarefa de inventar, construir e consagrar uma cidade moderna, sede do governo mineiro na República que se inaugurava ao final do século XIX.

Notas |

1. O maranhense Aarão Reis foi uma escolha pessoal do governador Affonso Penna, que o conhecera nos tempos de ministro da Agricultura do Império (1883-1884). Oriundo da Escola Central do Rio de Janeiro, transformada em Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874, Reis formou-se como engenheiro geógrafo em 1872, como bacharel em ciências físicas e matemáticas em 1873 e como engenheiro civil em 1874.

2. A Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para Nova Capital foi criada em 1892 pelo governo mineiro para definição do sítio da nova capital. Liderada por Aarão Reis, a Celinc produziu relatórios e mapas sobre cinco localidades. Os estudos e mapas do Curral del-Rei tornaram-se a base dos trabalhos posteriores.

3. Além dessa divisão, que concentrou a maior parte dos trabalhos cartográficos, também as 5ª. e 6ª. Divisões produziram documentos cartográficos, como perfis e cortes, diagramas das redes de captação e distribuição de águas. Poucos são os dados de que dispomos para avaliar a formação dos engenheiros, em especial quanto a sua preparação para o trabalho cartográfico. Para uma discussão sobre a formação dos engenheiros da CCNC, ver AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da Nova Capital*: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2006.

4. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, doravante APCBH. Subfundo CCNC, Comprovantes de Despesa, verbete 75, folder 343; verbete 77, folder 399.

5. APCBH. Subfundo CCNC, Relatórios Técnicos, verbete 369. [Grifo meu.]

6. APCBH. Subfundo CCNC, Relatórios Técnicos, verbete 369.

7. APCBH. Subfundo CCNC, Relatórios Técnicos, verbete 354.

8. Essa e outras colaborações e trocas sugerem a existência de uma rede de colaboração entre os técnicos de diferentes missões cartográficas oficiais no período.

9. APCBH, Subfundo CCNC, Relatórios Técnicos, verbete 354.

10. O arquiteto e jornalista português Alfredo Camarate fixou residência em Belo Horizonte em 1894. Tornou-se um cronista dos primeiros tempos da nova capital, escrevendo nos jornais *Minas Gerais* e *Contemporâneo*, com o pseudônimo de Alfredo Riancho. Crônica publicada no jornal *Minas Gerais* de 6 de maio de 1894. RIANCHO, Alfredo. Por montes e vales. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XXXVI, 1895.

11. APCBH. Subfundo CCNC, Relatórios Técnicos, verbete 354.

12. REIS, Aarão. Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes, presidente do Estado. In: MINAS GERAIS, Comissão Construtora da Nova Capital, 1895. *Revista Geral dos Trabalhos,* Rio de Janeiro, H. Lombaerts, n. 2, p. 16. Ainda hoje técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte buscam identificar esses marcos, submergidos no cenário urbano.

13. Também o governo temia o aumento dos custos das desapropriações, caso os moradores tivessem tempo para promover reformas e valorizar seus imóveis. Antecipando-se ao problema, Aarão Reis solicitou ao governo a aprovação da planta nº.2 da Celinc com a desapropriação de todas as propriedades existentes no perímetro nela indicado, o que foi efetivado com o Decreto Estadual n. 712, de 14 de maio de 1894.

14. O Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) guarda cerca de 600 cadernetas de campo da Comissão Construtora.

15. APCBH. Subfundo CCNC, Relatórios Técnicos, verbete 334.

16. O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte preserva a série de 274 plantas remanescentes do conjunto de cerca de 400 produzidas pela CCNC.

17. Por dificuldades operacionais, não foi possível reproduzir aqui a planta em sua totalidade.

18. Sobre o mapeamento cadastral do Curral del-Rei, ver GOMES, Maria do Carmo Andrade. O mapeamento cadastral do Curral del-Rei: arqueologia de um assentamento urbano de origem colonial. *Anais do Terceiro Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Ouro Preto, 2009.

19. APCBH. Subfundo CCNC, Relatórios Técnicos, verbete 353. [Grifos meus.]

20. Ao longo da história de Belo Horizonte, preservou-se pelo menos um exemplar de cada uma dessas representações de grande formato: a Planta Topográfica e Cadastral da Cidade de Minas, a Planta Topográfica da Cidade de Minas e a Planta Geral da Cidade de Minas, todas na escala de 1:4000 e datadas de março de 1895.

21. Sobre o tema das estratégias de difusão da CCNC, ver ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Da natureza ao construído. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 43, n. 2, p. 44-59, 2007.

22. REIS, Aarão. Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes, presidente do Estado. In: MINAS GERAIS, Comissão Construtora da Nova Capital, 1895. *Revista Geral dos Trabalhos,* Rio de Janeiro, H. Lombaerts, n. 2. p. 59.

23. Devido às dificuldades de reprodução digital, não foi possível inserir imagem da planta neste texto.

24. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar mostrou que somente parte do plano previsto por Aarão Reis foi de fato implantada durante a construção da cidade, enquanto todo o resto foi sendo ocupado e reinventado nos anos e décadas posteriores à fundação da cidade. No entanto, a força simbólica da cartografia urbana produzida pela Comissão Construtora fez confundir plano com implementação do plano, como reforçam diferentes estudos e interpretações que ainda hoje atribuem unicamente ao plano de Reis certas distorções socioespaciais gestadas ao longo da história da cidade. Cf. AGUIAR. *Vastos subúrbios da Nova Capital*.

25. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA; ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *A documentação cartográfica da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais* (1893-1897): imagens como testemunho e instrumento na construção de Belo Horizonte. 2008. [Anexo I- Ensaio Histórico].

26. APCBH. Subfundo Comissão Construtora da Nova Capital, Relatórios Técnicos, verbete 360, folder 2457.

27. FAVELUKES, G. Orden simbólico y orden práctico: operaciones gráficas sobre Buenos Aires. In: LOIS, Carla (Org.). *I Simpósio Iberoamericano de Historia de la Cartografia*, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2006.

Maria do Carmo Andrade Gomes é diretora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, órgão da Fundação Municipal de Cultura, mestre em Ciência da Informação e doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Maria Leônia Chaves de Resende
Cristiano Lima Sales
Leonardo Cristian Rocha
Bráulio Magalhães Fonseca

Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real

Este artigo apresenta o mapeamento de sítios arqueológicos caracterizados pela presença da arte rupestre na região do Campo das Vertentes, Minas Gerais, tendo como eixo a rota da Estrada Real, onde a diversidade estilístico-cultural dessas manifestações é sugestiva da utilização de tais espaços como atrativo para roteiros turístico-culturais.

> ***A antiquíssima amizade entre alma e pedra é fundamental para a história da humanidade. Uma é toda substância; outra, imaterial. A pedra guardou para a posteridade o registro das primeiras imagens da alma. A pintura rupestre e os artefatos líticos são a certidão de nascimento da imaginação.***
> Roberto Gambini[1]

Nas últimas décadas, os roteiros temáticos têm se tornado cada vez mais importantes para a atividade turístico-cultural. Essa modalidade, baseada na renovação do interesse do turista pela diversidade de manifestações culturais, desenvolve-se a partir de uma complexa teia de experiências vividas nos destinos, que os tornam únicos por implicar a combinação entre lazer e conhecimento.[2] Os itinerários turístico-culturais podem trazer inúmeros benefícios para as regiões que investem na atividade, uma vez que têm a capacidade de atrair visitantes, fomentando o seu desenvolvimento econômico e cultural.

Sintonizado com essa tendência global, o Brasil viu surgir, nas últimas décadas, diversas iniciativas que procuraram organizar ou mesmo criar um ambiente propício para o desenvolvimento do turismo cultural. O Estado de Minas Gerais é exemplo do crescimento dessa vertente, já contando, hoje, com a atuação de uma rede de circuitos turísticos apoiados por órgãos oficiais como a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (Setur) e o Ministério do Turismo. Os organizadores desses circuitos procuram descobrir atrações potenciais e oferecer ao turista a oportunidade de conhecer um pouco da riqueza natural, histórica e cultural das suas diversas regiões.

Entretanto, como Minas Gerais tem um patrimônio histórico riquíssimo e relativamente bem preservado, outras riquezas, como as manifestações de arte e culturas pré-históricas,[3] estavam preteridas nos itinerários culturais locais. Ilustra muito bem essa situação a falta de uma política turístico-cultural voltada para o aproveitamento desse patrimônio, evidenciada na ausência de menções a sítios arqueológicos nos guias turísticos elaborados sobre Minas Gerais. Contudo, o Estado é referência em arqueologia, devido à presença significativa de sítios que motivaram uma verdadeira revisão na historiografia e nos estudos arqueológicos sobre a ocupação das Américas.[4]

Este ensaio expõe o mapeamento dos sítios arqueológicos caracterizados pela presença de arte rupestre na região do Campo das Vertentes (Centro-Oeste e Sul de Minas Gerais), tendo como eixo a rota turística da Estrada Real. Aqui tratamos da diversidade estilístico-cultural das manifestações rupestres locais, bem como atentamos para a gestão desses espaços e seu uso como atrativo para os roteiros turístico-culturais de Minas Gerais, levando em conta a possível ancestralidade indígena desse caminho.

Heranças pré-coloniais

A chegada do homem ao continente americano é um dos temas mais controvertidos da arqueologia. Divergências teóricas, metodológicas e mesmo políticas entre os diferentes grupos de cientistas que se dedicam à pesquisa da história pré-colonial americana contribuem para a falta de consenso e para as discrepâncias relativas às datações. Alguns estudos atribuem uma idade de mais de 50 mil anos a artefatos de origem supostamente antrópica achados em sítios americanos. No entanto, datações muito antigas, embora não de todo rejeitadas, são consideradas com cautela. Ainda assim, é aceitável a hipótese de que o homem já estava presente nas Américas há, no mínimo, 12 mil anos.

Da mesma maneira que nos outros continentes, também em solo americano o homem viveu relativamente muito tempo em grupos de caçadores-coletores. É comum,

em arqueologia, associar o surgimento da agricultura e do fabrico de artesanato especializado com uma fixação territorial gradualmente maior dos grupos humanos. As primeiras evidências conhecidas de domesticação de plantas surgem no planalto mexicano entre cerca de 7000 a 4000 a. C., apenas.[5] Isso significa que durante a maior parte de sua existência nas Américas o homem viveu na itinerância, esquadrinhando o continente em busca de recursos que pudessem ser explorados. Nesse processo, pôde conhecer cada vez melhor a paisagem e foi, pouco a pouco, transformando-a em território, ou seja, passou a estabelecer marcos ou impressões culturais na natureza. As "picadas", trilhas e "protocaminhos" abertos na vegetação, com grande investimento de tempo e esforço, estão entre as primeiras ações humanas impostas ao meio, constituindo estratégias indispensáveis de sobrevivência, facilitando a locomoção, o (re)conhecimento geográfico da paisagem, o acesso aos recursos e abrigos naturais e, posteriormente, ligando núcleos populacionais.

Os primeiros caminhos surgiram precisamente da experiência, que foi determinando a rota mais conveniente em função do tempo, custo e esforço necessários para percorrê-los.[6] O estudo dessas antigas vias de comunicação reveste-se de interesse particular nas investigações arqueológicas, por se tratar de evidências que permitem reconstruir múltiplos aspectos relacionados com o desenvolvimento social e a interação cultural entre os grupos pretéritos. *Senderos*, caminhos e rotas são uma expressão das formas pelas quais os grupos humanos organizaram o espaço social a partir do geográfico, constituindo autênticos veículos para o intercâmbio. Por essas vias trafegavam pessoas que, por sua vez, eram portadoras de objetos e tradições, de bens e ideias, todos esses articuladores de processos históricos.[7] Durante a fase de estabelecimento dos primeiros caminhos, observamos também o surgimento de outros marcos na paisagem – as manifestações de arte rupestre, expressões do universo simbólico e sociocultural daquelas sociedades.

A paisagem que viria a ser o Brasil foi igualmente explorada e transformou-se em território dinâmico de diversos grupos humanos ao longo do extenso período pré-colonial. Assim, quando da chegada do colonizador europeu em terras brasileiras, o nosso território já era profundamente conhecido por aquelas sociedades indígenas descendentes dos primeiros povoadores das Américas. Os grupos indígenas viviam aqui numa relação simbiótica com o meio, já transformado numa "paisagem antrópica": misto de caracteres naturais e culturais. Ao conquistador europeu não restou alternativa que não recorrer ao conhecimento indígena para conseguir estabelecer-se no Novo Mundo. As trilhas traçadas pelos indígenas na paisagem desde os primórdios da ocupação territorial foram continuamente usadas até se transformarem, já no período colonial, em caminhos ou estradas "oficiais" usadas pelo colonizador para ligar vilas, arraiais e, enfim, cidades.[8]

Além de traços marcantes, como as trilhas que ajudaram a desenhar a geografia do Brasil, nossos ancestrais indígenas deixaram ainda uma riqueza mal compreendida na sua significação profunda. Da mesma maneira como ocorreu em todos os rincões do planeta, os grupos indígenas que viveram em território brasileiro também foram agentes do surgimento das primeiras manifestações caracteristicamente artísticas da nossa espécie. Ao explorarem a paisagem rupestre, que lhes oferecia alimento, abrigo e proteção, constituindo elemento fundamental na sua organização social e cosmológica, deixaram ali registros enigmáticos e encantadores do seu universo mental na forma de grafismos rupestres.

A arte rupestre

A expressão "arte rupestre" contempla o conjunto de inscrições – pinturas e gravuras – deixadas pelas populações pretéritas em suportes fixos de pedra, como paredões, rochedos ou abrigos. O termo "rupestre" deriva

do latim *rupes-is* (rochedo). Já a palavra “arte”, nesse contexto, faz referência ao caráter estético dos grafismos. Entretanto, os símbolos gravados nas rochas podem ter cumprido funções bem específicas, carregadas de outros sentidos no seio das sociedades que os executaram. Podem ter servido, por exemplo, como objetos de culto, veículos de propagação de uma ideologia ou de informações sobre o meio natural.[9] Alguns autores chamam as figuras pintadas de “pictografias” e as gravuras, de “gravações” ou “petróglifos”.

Aceitava-se até pouco tempo a ideia de que a maioria das pinturas que vemos hoje nesses locais teria sido produzida com gorduras vegetais e/ou animais, acrescidas de pigmentos minerais; por exemplo, o manganês, que fornecia uma cor marrom escura; e óxidos de ferro, que proporcionavam diversos tons de vermelho e de amarelo.[10] Entretanto, com a evolução das técnicas de análise físico-química de materiais arqueológicos, sabe-se hoje que as tintas usadas nas pinturas têm uma composição basicamente mineral, ou seja, apresentam muito raramente, e apenas em alguns casos, algum vestígio orgânico. Logo, aventam-se duas hipóteses: ou foram preparadas apenas a partir de substâncias de origem mineral ou o material orgânico (vegetal e animal) supostamente presente nessas tintas se perdeu definitivamente. Assim, a exata composição desses pigmentos que perduraram por milênios nos suportes rochosos ainda é um mistério a ser desvendado em novas pesquisas.

As gravuras ocorrem sobre as formas de picoteamento (descamação de finas lâminas da rocha com objetos mais duros, resultando em um baixo-relevo mais claro que a rocha original, o que deixa as figuras bem visíveis) e discretas incisões e raspagens, às vezes pouco reconhecíveis nos paredões. Na arqueologia, os conjuntos rupestres recebem nomes variados. Aqueles que pertencem a um mesmo (e extenso) período e apresentam um traço distintivo (uma temática recorrente, por exemplo) são agrupados numa “tradição”. Dentro de uma mesma tradição, conjuntos que apresentam características peculiares na temática e nas técnicas de elaboração são chamados “fácies”, quando correspondem a uma região específica, ou “estilos”, quando ocorrem durante um período restrito num mesmo lugar, sucessivamente.[11]

Gabriela Martin, estudiosa das tradições rupestres do Nordeste brasileiro, ressalta, com pertinência, a complexidade do mundo pictórico do Brasil pré-colonial e as dificuldades em apreendê-lo e subdividi-lo didaticamente. No entanto, de modo geral, ainda é adotada, no Brasil, uma perspectiva estruturalista, herdada das metodologias empregadas nos primeiros estudos arqueológicos sistemáticos desenvolvidos no país a partir década de 1970.[12] Capitaneadas por nomes como Annette Laming--Emperaire, André Prous e Niède Guidon, as pesquisas da Missão Francesa procuraram mapear os conjuntos rupestres brasileiros observando e comparando as regularidades e singularidades entre os painéis.

> Buscava-se, por exemplo, identificar as “relações sintáticas” entre os grafismos – cor, posição no suporte e/ou no sítio – com o auxílio de gráficos estatísticos e tabelas tipológicas. As tipologias desempenhavam um papel destacado nos estudos estruturalistas da arte rupestre na medida em que possibilitavam um inventário das figuras disponíveis ao uso e combinação de temas pelos artistas rupestres.[13]

Pressupunha-se que, por meio da análise do caráter estético ou formal das figuras rupestres, seria possível, por exemplo, hipotetizar as rotas de migração dos diversos grupos que as produziram, bem como os contatos ou sobreposições culturais, evidenciados na semelhança e/ou contraste estilístico dos grafismos.

Painel da “Toca do Índio”, Andrelândia, MG. Fotografia de J. R. Vitral, 2009. Arquivo particular.

Com base nessa matriz teórico-metodológica, André Prous propôs uma caracterização da arte rupestre brasileira – publicada na obra clássica *Arqueologia brasileira*, de 1992 – que, ainda hoje, norteia as pesquisas sobre o tema. Do sul para o norte, Prous descreveu, até o momento, nove “tradições” (Meridional, Litorânea, Catarinense, Geométrica, Planalto, Nordeste, Agreste, São Francisco e Complexo Amazônico), cada qual com suas variações internas, algumas das quais aparecendo concomitantemente nos mesmos sítios.[14]

Madu Gaspar concorda que esse “mapa” preparado por Prous “fornece uma boa ideia da distribuição espacial das várias tradições de arte rupestre no território brasileiro”, destacando o fato de que “muitas regiões ainda não foram alvo de pesquisas sistemáticas, o que permite supor que as manifestações rupestres sejam muito mais diversificadas e fascinantes do que se imagina”.[15]

Devido justamente ao avanço das pesquisas (tanto sobre sítios já estudados quando sobre aqueles

recém-descobertos) e à adoção de novas metodologias e pressupostos teóricos, reconhece-se, hoje, a necessidade de revisar o mapa clássico das tradições rupestres brasileiras. Diversos arqueólogos têm-se empenhado nessa tarefa, e das promissoras pesquisas contemporâneas, em franca ebulição, deve resultar um panorama bem mais completo e bastante ilustrativo da complexidade cultural desse período pré-colonial brasileiro.[16]

Minas pré-colonial

Minas Gerais destaca-se no cenário arqueológico brasileiro e americano. Ainda no século XIX áreas do Estado foram exploradas pelo dinamarquês Peter Wilhem Lund, mundialmente conhecido por suas descobertas na região de Lagoa Santa. A partir de achados em grutas calcárias da região, Lund cogitou a possibilidade de coexistência entre homem e megafauna na América do Sul, em uma época em que isso era inimaginável. Após Lund, somente em meados do século XX pesquisadores voltaram a trabalhar na região. Com a Missão Franco-brasileira, a partir de 1971, as pesquisas ganharam sistematização e continuidade.[17]

Os sítios arqueológicos mineiros aquecem as discussões sobre a antiguidade do homem na América. Achados de fósseis não mongoloides de mais de 12 mil anos no Centro-Norte de Minas (região Central do Brasil) vão de encontro à "teoria clássica", que só admitia a presença de seres humanos na América do Sul por volta de nove mil anos A. P.[18] Os primeiros habitantes de Minas Gerais teriam vindo do Nordeste brasileiro, no auge de um período seco e frio, deslocando-se em pequenos grupos. A presença humana na região de Lagoa Santa é confirmada entre 11 e 12 mil anos, datação que deu novo fôlego à ideia de que os primeiros habitantes do sul do continente americano teriam convivido com a megafauna pleistocênica (hipótese já aventada por Lund).

O estudo desses vestígios se completa com o achado, em 1975, do crânio e outros ossos do corpo de "Luzia", uma mulher "negroide", considerada um dos mais antigos fósseis humanos das Américas, escavado no sítio da Lapa Vermelha, em Santana do Riacho (Centro de Minas). A intensa polêmica em torno de Luzia no meio científico conferiu grande importância a esse achado no contexto da arqueologia mundial. Atualmente os ossos de Luzia estão no Museu Nacional do Rio de Janeiro e continuam estimulando novos estudos e teorizações sobre o processo migratório do homem para a América, como os desenvolvidos por Walter Alves Neves e sua equipe.[19]

O que se sabe sobre o "homem americano" de antes de dez mil anos atrás é que ele teria uma morfologia mais próxima dos negroides que dos mongoloides (ancestrais atestados dos índios atuais). Há achados de indivíduos semelhantes ao "povo de Lagoa Santa" em outras regiões do Brasil e da América do Sul, como o Estado da Bahia e a Colômbia. Muito se especula se essa "raça negroide" teria sido extinta, havendo hipóteses de uma persistência racial isolada, de "derrota" por assimilação genética frente aos mongóis ou mesmo de dizimação através de combate físico. O fato é que essa primeira vaga humana que iniciou a exploração e ocupação territorial em Minas, e que já utilizava os abrigos naturais nas rochas para se proteger e enterrar seus mortos, cedeu espaço a novos grupos humanos de compleição mongoloide que penetraram e dominaram, pouco a pouco, a região. Esse processo, segundo evidências arqueológicas, teve início há aproximadamente oito mil anos, quando começaram a ocorrer transformações culturais na relação dos homens com o meio.[20]

Esse segundo grande grupo humano, o mongoloide, ainda era eminentemente seminômade, dependendo da caça

Grafismos de São Thomé das Letras, MG. Fotografia de Cristiano L. Sales, 2010. Acervo particular.

e da coleta para sobreviver. No entanto, adaptando-se bem ao ambiente, pôde crescer e, apesar de conservar características em comum, diversificou-se. Enquanto davam continuidade ao processo de povoamento e ocupação do território, já marcado pelas trilhas dos primeiros habitantes, inovaram, ao (re)inventar o hábito de deixar símbolos gravados nas pedras por onde passaram. Essa prática só deixaria de ser cumprida cerca de dois mil anos atrás, quando uma nova e decisiva transformação cultural – a introdução da agricultura no cabedal dos recursos utilizados para a sobrevivência – vai, em certa medida, afastar o homem da pedra, deslocá-lo das regiões serranas para os vales fluviais, em busca de solo fértil propício ao desenvolvimento da atividade agrícola. Assim, o intervalo de tempo entre oito e dois mil anos atrás é considerado "o grande período da arte rupestre" em Minas Gerais,[21] pois é nessa fase que afloram as mais variadas expressões dessa atividade, embora existam datações mais antigas para pinturas presentes em território mineiro.

De acordo com a caracterização clássica proposta por André Prous,[22] há, em terras mineiras, um predomínio dos grafismos da Tradição Planalto, identificada pela presença quantitativamente marcante de representações zoomórficas (sobretudo de cervídeos), na cor vermelha. A maior ocorrência de grafismos Planalto corresponde aos cerrados e às regiões serranas do Centro-Norte de Minas Gerais (Lagoa Santa, Serra do Cipó, Alto Jequitinhonha, Serra do Cabral, Montes Claros), onde suas figuras são sempre as mais antigas, tendo seu início datado em, pelo menos, sete mil anos A.P.[23] A Tradição Planalto apresenta diversos estilos e fácies. Podemos citar, por exemplo, a Fácie Samambaia, que engloba representações esquematizadas, simples e chapadas, de pequenos quadrúpedes vermelhos, frequentemente formando tríades; e as figuras pretas do Estilo Vargem da Pedra – animais de corpo alongado, preenchido por traços, com pernas finas e compridas, e extremidades bifurcadas –, confundidas durante muito tempo com depredações recentes em carvão.[24]

Minas abriga também sítios da Tradição São Francisco, que aparece, sobretudo, no vale do rio homônimo, caracterizada pela abundância de grafismos geométricos abstratos, superando amplamente as representações antropozoomórficas. A Fácie Caboclo, inserida na tradição são-franciscana, chama a atenção pelos maravilhosos conjuntos de figuras, cobrindo amplas superfícies nos suportes, formando espécies de redes policrômicas.[25] A Tradição Nordeste, definida no Piauí por N. Guidon, aparece em poucos sítios da região Central de Minas (Lagoa Santa), na forma peculiar denominada Fácie Ballet, com suas representações de figuras humanas lineares, com “cabeças de pássaros” e braços erguidos, dando a sensação de movimento. Os desenhos Ballet sobrepõem-se aos grafismos da Tradição Planalto, indicando tratar-se de uma manifestação tardia. A Tradição Agreste, caracterizada por pássaros e grandes antropomórficos estáticos grosseiramente desenhados, aparece em raros sítios mineiros e, do mesmo modo que as pinturas das tradições São Francisco e Nordeste, parecem ser muito mais recentes que as da Tradição Planalto.

Como já dissemos, apesar da continuidade das pesquisas sobre arte rupestre em Minas, ainda há muito por fazer. Os estudos, por vezes, concentraram-se no Centro-Norte mineiro – interesse justificado pela importância e abundância dos sítios presentes nessas regiões –, mas os vestígios rupestres aparecem em praticamente todas as áreas do Estado e um estudo mais amplo pode ajudar a entender melhor a dispersão dos grupos culturais que os produziram.

Marcas ancestrais na Estrada Real

Há alguns anos, chamam nossa atenção os relatos sobre a existência de diversos sítios com pinturas rupestres em localidades da região do Campo das Vertentes (Centro-Oeste e Sul de Minas). Esses relatos acabaram originando visitas orientadas, pesquisas informais e até monografias descritivas de alguns sítios, executadas por docentes e acadêmicos da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).[26] Reconheceu-se, a partir daí, a necessidade de um trabalho de sistematização e relacionamento que possibilitasse uma análise global dos achados e sua inserção na cronoestilítica geral de Minas Gerais. Com esse propósito, realizamos um trabalho de “cartografia” dos sítios com arte rupestre nas cidades de São João del-Rei, Carrancas, São Thomé das Letras e Andrelândia, no qual procuramos identificar e apresentar as características estilísticas dos grafismos, bem como observar o estado de conservação, gestão e uso dos espaços dos sítios arqueológicos.

Nessa pesquisa adotou-se como referência o entorno da Estrada Real, mais especificamente do trecho conhecido como Caminho Velho, que, no período

Detalhe de desenhos “astronômicos” na “Toca do Índio”, Andrelândia, MG. Fotografia de J. R. Vitral, 2009. Arquivo particular.

colonial, ligava Parati – litoral sul do Rio de Janeiro – a Ouro Preto – região Central de Minas Gerais. Esse caminho tem sido redescoberto e revalorizado como importante rota turística, a exemplo do que vem ocorrendo com os *senderos* e *caminos antiguos* em todo o cenário turístico americano.[27] No entanto, são ainda raros os guias que relacionam a Estrada Real às trilhas e caminhos indígenas ancestrais, a despeito de esse fato não ser novidade no meio acadêmico. Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu, Antonio Robert Moraes e Renato Pinto Venâncio estão entre os autores que afirmam ser a Estrada Real uma “rota indígena milenar”, não propriamente construída, mas sim conquistada pelo colonizador.[28] Venâncio cita pesquisa arqueológica desenvolvida pela equipe de Maria da Conceição Beltrão[29] que defende a ocupação humana no trecho da Estrada Real conhecido como Caminho Novo (entre Vila Rica, atual Ouro Preto, e o Rio de Janeiro) há cerca de dez mil anos A. P., como desdobramento de um eixo inicial de povoamento

pré-histórico, que, originário dos Andes e/ou da Amazônia, teria desembocado no Sudeste brasileiro e alcançado o litoral atlântico. Venâncio recorre ainda ao conceito de "longa duração", desenvolvido por L. Febvre[30] e, especialmente, por F. Braudel,[31] e ao diálogo entre Maria Beltrão e Capistrano de Abreu[32] para ressaltar que não só a malha viária, mas também os pontos de assentamento indígenas constituíram "estruturas pré-coloniais usurpadas" pelos conquistadores no processo de interiorização, originando tanto o "eixo fundamental de ligação entre o litoral e a região aurífera", como os primeiros povoados do Brasil colônia.[33]

Tendo em vista essa noção de longa duração, por meio de pesquisas de campo na rota já existente da Estrada Real, buscamos marcas remotas deixadas pelos nossos antepassados indígenas nas proximidades do Caminho Velho dentro das fronteiras de Minas e pudemos constatar a diversidade das manifestações rupestres na região do Campo das Vertentes. Em Andrelândia, município mais ao sul por nós visitado, identificou-se a presença predominante de tradição geométrica relacionada, segundo André Prous,[34] ao complexo estilístico da Tradição São Francisco, descoberta e, até pouco tempo atrás, pensada como circunscrita ao alto vale do Rio São Francisco (Norte de Minas). A presença da Tradição São Francisco em Andrelândia, por si só, gerou uma questão curiosa quanto à distribuição geográfica das manifestações rupestres em Minas e sugeriu a existência de relações culturais e/ou processos migratórios empreendidos entre populações indígenas do Norte e do Sul do Estado.

O maior sítio arqueológico encontrado dentro dos limites de Andrelândia situa-se na chamada Serra de Santo Antônio, porção da Serra do Turvo, que por sua vez constitui um braço da Mantiqueira. A Toca do Índio – nome dado ao sítio – constitui um paredão rochoso com aproximadamente 60 metros de largura coberto por pinturas de motivos geométricos típicos da tradição são-franciscana. Os desenhos, isolados ou sobrepostos (evidenciando o fato de terem sido executados em diferentes momentos), formam um painel policrômico no qual aparecem pigmentos vermelhos, amarelos, brancos e azulados. Algumas das pinturas poderiam ser classificadas como grafismos de uma "Tradição Astronômica" ainda pouco considerada cientificamente no país. No paredão, aparecem também alguns raros desenhos zoomórficos periféricos, sempre em vermelho.

Além da Toca do Índio, Andrelândia guarda vários outros pequenos sítios ao longo da Serra do Turvo, todos com pinturas e gravuras geométricas dominando os painéis. Entretanto, Andrelândia não é o único município do Sul de Minas onde aparecem indícios da Tradição São Francisco. A noroeste da cidade, cruzando o Caminho Velho, encontramos um pequeno sítio em Carrancas no qual as pinturas evidenciam o mesmo traço geométrico característico dessa tradição. Há também, segundo informações colhidas entre os conselheiros do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA) de Andrelândia, presença de manifestações são-franciscanas no município de Nazareno, cortado pelo Caminho Velho, ao norte de Carrancas. Dessa maneira, partindo de Andrelândia, os sítios atribuíveis à Tradição São Francisco, na região visitada, descreveriam um arco no sentido noroeste-norte, dominando o centro desse trecho sul da Estrada Real.

A Tradição São Francisco, aparentemente, se faz presente ainda entre os grafismos identificados na cidade de São Thomé das Letras, a sudoeste, também cortada pelo Caminho Velho.[35] Ali as pinturas aparecem bastante dispersas pela Serra de Itaguatiara (Serra de São Thomé) em diversos pequenos painéis. Doze sítios já foram identificados por graduandos da UFSJ envolvidos no Projeto Itaguatiara,[36] sendo que apenas cinco deles já se encontram registrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A caracterização

Pinturas geométricas em Carrancas, MG. Fotografia de Natanael Andrade, 2008. Arquivo particular.

ou filiação estilística dos sítios do município é um desafio, tanto pela variedade de elementos de tradições certamente diferentes, ou ainda não descritas encontrados juntos, quanto pelo alto grau de depredação das pinturas. São abundantes as representações de bastonetes, "pentes", pontilhados, sinais gráficos e geométricos indefiníveis, a grande maioria em vermelho. Um exemplo raro de bicromia é a série de bastonetes vermelhos e amarelos que aparece em um dos sítios às margens da cachoeira de Shangrilá.

Encravada no centro da cidade, encontra-se a Toca do Leão – abrigo que guarda grafismos, "manchas" e uma representação danificada, mas nítida, de quadrúpede (possivelmente um felino) em vermelho, que remete à Tradição Planalto. Assim, devido à diversidade de representações, São Thomé das Letras pode ter sido uma região de intensos contatos, de domínio sucessivo de diferentes grupos ou, ainda, de transformações culturais. A datação das pinturas poderia esclarecer muitos aspectos relativos à etno-história local. Esse, no

entanto, é um procedimento dispendioso, dificultado ainda pelos intensos processos de degradação a que os sítios arqueológicos do município têm sido submetidos.

Em São João del-Rei, a leste do Caminho Velho (divisa com Nazareno), as serras do Lenheiro, a sudeste, e São José, a nordeste, destacam-se como as principais referências fisiográficas. Os quartzitos da Serra do Lenheiro fazem parte da chamada Formação Tiradentes, constituindo, também, uma parcela da Mantiqueira. Na Serra do Lenheiro descobriu-se um sítio rupestre cuja composição das cenas combina a presença de seres zoomorfos e antropomorfos (uma "família" de seres humanos esquematizados), com bastonetes e pontilhados, todos em vermelho.[37] Já se afirmou que "a presença dominante do 'mitograma' cervídeo não deixa dúvidas de que esse cenário é mais um exemplar da Tradição Planalto".[38] Contudo, seguindo a tendência recente de revisão estilística das tradições rupestres no país, está claro que essa ideia inicial acerca do Sítio do Lenheiro precisa ser revista. A morfologia dos grafismos se aproxima de algumas expressões peculiares (fácie samambaia?) atribuídas à Tradição Planalto. Entretanto, os desenhos são mais esquematizados que os característicos dessa tradição, podendo constituir uma derivação local desta ou até mesmo algo inédito, ainda não descrito. Além disso, o sítio é pequeno e isolado (ainda não se descobriram outros painéis nas proximidades), fato que dificulta o estabelecimento de relações de comparação e inserção estilística regional. Logo, sua filiação cultural só deverá ser proposta com segurança com a evolução da pesquisa.

A datação das pinturas do Lenheiro deixa ainda a desejar. No entanto, "a elaboração da composição sugere ser do Holoceno Médio, estimado entre oito e dois mil AP",[39] isso na hipótese de se aceitar um parentesco e um sincronismo entre a execução dessas pinturas e as manifestações da Tradição Planalto já datadas em outras áreas do Estado de Minas.

Estrada Real: uma rota pré-cabralina?

Uma análise do trajeto da Estrada Real de norte para sul mostra que o ponto de partida é a Serra do Espinhaço Meridional (SdEM), nas proximidades do município de Diamantina. Ao se observar o roteiro da Estrada Real, fica nítido que o caminho percorrido pelos povos pré-cabralinos passava prioritariamente por locais de relevo menos escarpado, ou seja, menos íngreme. Ao descrever a SdEM, Saadi[40] afirma que as altitudes médias da região estariam em torno de 1200m, com predominância de rochas quartzíticas. Essas formas de relevo da serra são resultantes da esculturação promovida pela dinâmica fluvial. Assim, encontram-se predominantemente morfologias marcadas por cristas, escarpas e vales profundos adaptados às direções tectônicas e estruturais. Além disso, evidenciam-se áreas deprimidas, como a depressão de Gouveia, onde afloram as rochas graníticas, metassedimentares e metavulcânicas sustentando as morfologias de colinas.[41]

Para Augustin,[42] o relevo da SdEM está em patamares e teria, portanto, se desenvolvido pela atuação de condições climáticas favoráveis à elaboração cíclica, porém com um grande controle da erosão diferencial:[43] o mais baixo, de 700m a 900m, típico dos fundos de vales atuais; o segundo, de 900m a 1100m, nos domínios dos granito-gnáisses; o terceiro, de 1100m a 1200m; e um quarto patamar, entre 1200m e 1400m.

Pela observação do relevo, o caminho mais fácil de ser percorrido seria pelo vale do Rio Jequitinhonha, passando pelas depressões[44] de Gouveia, Datas e Presidente Kubistchek, que são os locais de relevos mais suaves, menos íngremes (de melhor acesso) e com redes de drenagens bem desenvolvidas. É importante ressaltar que esse trajeto feito pelas superfícies mais rebaixadas tinha sempre como ponto de referência os relevos mais íngremes, ou seja, as serras, já que os percursos se encontram mais próximos das escarpas quando

Detalhes de figuras antropomórficas na Serra do Lenheiro, São João del-Rei, MG. Fotografia de Cristiano L. Sales, 2008. Arquivo particular.

comparados com os fundos de vales. Além disso, pode-se constatar que a maioria dos sítios e abrigos se encontra em locais mais elevados ao longo dos afloramentos rochosos. As possíveis explicações para este fato podem ser:

- proteção contra as intempéries e até mesmo animais;
- melhor visualização da área para delimitação do trajeto.

A partir do Vale do Jequitinhonha, o trajeto passa pelo leito do Rio Santo Antônio, na altura das cidades de Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Bom Jesus do Amparo até alcançar a cidade de Outro Preto, onde a partir desse ponto há uma bifurcação para leste (Caminho Novo) e oeste (Caminho Velho).

O relevo do Quadrilátero Ferrífero é formado por rochas quartzíticas e por crostas ferruginosas que são mais resistentes à erosão. A morfologia dessa área é marcada por um alinhamento de serras, cristas e picos com altitudes que variam de 1200m a 2000m.

No interior do Quadrilátero Ferrífero, na região conhecida como Bação, o relevo apresenta uma topografia mais rebaixada em cotas variando de 800m a 900m de altitude, caracterizando-se como área de depressão, muito semelhante à de Gouveia, anteriormente citada.

No Caminho Novo o relevo é um pouco mais acidentado, sendo cortado pelo Vale do Rio Conceição, nas proximidades da Serra do Caraça. Esse percurso segue até o topo dessa serra e, como se trata de um grande escarpamento, é interrompido e volta à rota original, margeando a Serra do Caraça. Ao atravessar o Vale do Rio Gualaxo do Sul, os relevos voltam a ficar íngremes entre Ouro Branco e Ouro Preto, até que, após esse trecho, o relevo se suaviza e atravessa o Vale do Rio Paraibuna. Já no Caminho Velho o relevo é mais suave, com cotas altimétricas mais elevadas apenas na região de Carrancas. Após esse trecho, o relevo se suaviza e volta a ser mais íngreme no final do caminho, na Serra da Mantiqueira.

Ao se analisar do ponto de vista geográfico, a Estrada Real está circunscrita no entorno da Serra do Espinhaço, desde Diamantina até Caeté, seguindo pelos vales até alcançar o Quadrilátero Ferrífero na altura de Ouro Preto, onde, a partir desse ponto, há uma bifurcação para leste (Caminho Novo) e oeste (Caminho Velho). Salta aos olhos que a ocupação ao longo da Estrada Real, quando sobrepomos essa rota aos sítios arqueológicos e cavidades naturais com presença de arte rupestre, indica claramente que o percurso da Estrada Real foi concebido no período pré-cabralino. É fundamental reconhecer que a Estrada Real como caminho, rota, trajeto é antes de quaisquer apropriações, seja no período colonial seja no contemporâneo, um marco vincado na experiência dos povos indígenas, que construíram de fato esse caminho. Essa rota é visivelmente aquela que, levando em conta o relevo, seria a mais viável de ser percorrida, favorecida pelos escarpamentos das serras, tomados como pontos de referência, pelo menor gasto de energia física e pela disponibilidade da água nos vales – cenário geográfico em que, dificilmente, seria possível a escolha de outra rota que não a da Estrada Real. Se pudermos considerar a construção da Estrada Real como um feito histórico, esse só pode ser um legado dos povos nativos pré-coloniais.

Arte rupestre e turismo

Durante a realização de nossa pesquisa, a preocupação inicial com a situação de risco a que estão expostos os sítios arqueológicos mostrou-se pertinente, sobretudo neste momento em que a arte rupestre tem sido incluída deliberadamente como atração turística na região pesquisada.

Os painéis de arte rupestre que vemos hoje são apenas parte do que foi construído originalmente pelos grupos humanos pretéritos. Diversos agentes naturais (chuva, sol, vento) e a própria ação antrópica provocaram uma gradual e inevitável perda de conjuntos de grafismos. Para Ane-Marie Pessis, vê-los ainda hoje é um privilégio:

> [...] o trabalho do arqueólogo é recuperar esse produto gráfico final [...] e reconstruir o perfil cultural dos grupos que foram os autores. As temáticas escolhidas para reproduzir as cenas da vida cotidiana e cerimonial são a expressão do que realmente eram seus interesses. São milhares de figuras identificadas que fazem possível a construção da história da pré-história.[45]

Os estudos científicos e a atividade turística empreendidos a partir dos painéis de arte rupestre não são incompatíveis, desde que esse patrimônio seja protegido para subsistir de acordo com as condições necessárias para sua conservação. Só assim esses sítios poderão continuar

gerando conhecimento, bem como despertando a admiração do turista que se depara com mensagens deixadas propositalmente na pedra pelos nossos ancestrais.

Durante as visitas de campo, percebemos distintas situações referentes ao estado dos sítios. Alguns, embora parcialmente protegidos, sofreram intervenção nas camadas sedimentares da sua base (elemento fundamental para a pesquisa arqueológica). Não houve preocupação de evitar impactos à totalidade do sítio arqueológico. Outros sítios, ainda que depositários de importante patrimônio arqueológico, são tratados com descaso absoluto. Para além de seu caráter histórico, as pinturas rupestres são patrimônio da humanidade, protegido por lei e, nesse sentido, estamos diante do desafio de reverter a situação de depredação a que estão submetidos os painéis de arte rupestre. Os sítios onde elas ocorrem têm sofrido impactos de toda ordem, desde os naturais (intemperismo, erosão, ação de insetos, fungos e liquens) até (e principalmente) depredação antrópica – raspagem dos grafismos; sobreposição com pichações em *spray*, tinta a óleo, giz, carvão e outros materiais; retirada de lascas ou mesmo de grandes superfícies pintadas dos painéis, entre outros. Devemos destacar a degradação ambiental imposta pela mineração, atividade que tem provocado uma perda irreversível e crescente de áreas com sítios arqueológicos (muitos ainda sequer pesquisados) na Serra de Itaguatiara.

Há de se ressaltar, contudo, iniciativas importantes como as do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA), uma ONG criada por membros da comunidade, voltada para a proteção do patrimônio natural e cultural da cidade de Andrelândia. O NPA adquiriu a área onde se localiza a Toca do Índio, maior sítio arqueológico atribuído à Tradição São Francisco já identificado no Sul de Minas. Em 2001 o terreno foi transformado em Parque Arqueológico/Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), reconhecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), ganhando o *status* de Unidade de Conservação Federal. O entorno do sítio arqueológico ganhou projetos de reflorestamento, infraestrutura e programas de recepção orientada aos turistas, que incluem sinalização das trilhas e estabelecimento de regras de visitação.

Considerações finais

O Estado de Minas Gerais é mundialmente conhecido como celeiro de riquíssimas manifestações de arte rupestre. Neste trabalho procuramos mapear os sítios localizados no Campo das Vertentes, porção ainda pouco estudada do Estado. Com o forte crescimento da atividade turística na região pesquisada, cresce, na mesma medida, a preocupação com o patrimônio arqueológico local, ainda carente de estudos científicos e já sendo aproveitado como atrativo turístico. A própria visitação dos sítios arqueológicos, sem um suporte científico e uma preocupação patrimonial, é questionável. Mesmo os circuitos baseados nas antigas rotas indígenas, como o Circuito Estrada Real, negligenciam conexões históricas e pré-históricas existentes onde atuam.

Apesar do potencial inquestionável do patrimônio arqueológico para a atividade turística, uma elaboração coerente dos itinerários que o incluam demanda a realização urgente de pesquisas prévias em cada um dos sítios, baseadas em estudos arqueológicos, nas fontes antropológicas, históricas e geográficas. Só assim será possível criar a consciência de que estamos lidando com manifestações culturais de, no mínimo, dois mil a oito mil anos, período no qual os homens, em sua itinerância, viviam imersos num outro universo mental, numa outra organização social, estabelecendo outro tipo de relação com o mundo. Diferentemente dos nossos pouco mais de 500 anos pós-conquista, a arte rupestre é testemunho de um intervalo cultural que vigorou por seis mil anos! Logicamente, esse extenso período não foi uniforme, ao contrário, constituiu-se numa era de transformações culturais que possibilitou

ao homem conhecer mais profundamente o meio natural, deixando plasmado nas rochas e caminhos o seu legado. A atividade turística precisa levar em conta a grandiosidade desse processo.

Os grafismos rupestres são as "assinaturas" de grupos culturais em períodos diversos, e esse mapeamento é um esforço inicial no sentido de entender melhor essa herança, do contexto pré-colonial ao contemporâneo, e alertar para a necessidade de se preservar e dar a conhecer, de maneira coerente, esse patrimônio de valor inestimável.

Notas |

1. GAMBINI, Roberto. Alma na pedra. In: CALLIA, Marcos; OLIVEIRA, Marcos Fleury (Org.). *Terra Brasilis*: pré-história e arqueologia da psique. São Paulo: Paulus, 2006. p. 231-251.

2. CANDELA, 2005, *apud* FERREIRA, Luís; PINTO, Jorge. *Itinerários turísticos e imaginários nos países de língua portuguesa*. ISCET – Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo / CIIIC – Centro de Investigação Interdisciplinar e de Intervenção Comunitária. Lisboa, 2008. (Mimeo.)

3. Chamar "pré-história" o período anterior à colonização contribui para manter o mito etnocêntrico, de origem europeia, fundado na noção de que as sociedades indígenas seriam atrasadas ou pouco evoluídas, aproximando, de forma perigosa, a história indígena de um pensamento evolucionista que marcou a segunda metade do século XIX, hoje em franca superação. Apesar do uso corrente, que consagrou a expressão, seria preferível usar, sempre que possível, em substituição, o termo "pré-colonial" para tratar do período anterior à conquista europeia, considerando que nossa história começa muito antes de 1500. Esse "Brasil antes de ser Brasil" é um espaço/tempo já marcado profundamente pela presença de uma rica diversidade de sociedades indígenas, portanto, já estamos em "terreno histórico".

4. Para mais informações sobre o debate acerca do povoamento das Américas, consultar: FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002; MEGGERS, Betty J. *América Pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. O *Povo de Luzia*: em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008; PARFIT, Michel. O enigma dos primeiros americanos. *National Geografic*, dez. 2000, p. 77-103. (Edição Especial: Primeiros Americanos); PROUS, André. As primeiras populações do estado de Minas Gerais. In: TENÓRIO, M. C. (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 101-114; ROOSEVELT, Anna. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro, In: *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 35-50.

5. MEGGERS, Betty J. *América Pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

6. MARTÍNEZ, Bernardo Garcia. Veredas y caminos em tiempos del automóvil. *Arqueología Mexicana*. Editorial Raices S.A. de C.V./ Instituto Nacional de Antropologia e Historia, México. Volume XIV, n° 81, Rutas y Caminos en el México Prehispánico, 2006, p. 66-69.

7. FOURNIER, Patrícia. Arqueología de los caminos prehispánicos y coloniales. *Arqueología Mexicana*. Editorial Raices S.A. de C.V./ Instituto Nacional de Antropologia e Historia, México. Volume XIV, n° 81, Rutas y Caminos en el México Prehispánico, 2006, p.26-32; DIAZ, Edith Ortiz. Caminos y rutas de intercambio prehispánico. *Arqueología Mexicana*. Editorial Raices S.A. de C.V./ Instituto Nacional de Antropologia e Historia, México. Volume XIV, n° 81, Rutas y Caminos en el México Prehispánico, 2006, p. 37-42.

8. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento no Brasil*. Brasília: UnB, 1982; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de janeiro: José Olympio, 1957; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Brasiliense: São Paulo, 1990; MORAES, Antonio Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

9. GASPAR, Madu. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003; PESSIS, Anne-Marie. A transmissão do saber na arte rupestre, In: *Antes: História da Pré-história.* Rio de Janeiro: MinC/Centro Cultural Banco do Brasil, 2004. p. 142-165; PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1992.

10. PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos*: conhecer para proteger. Belo Horizonte: Edição do autor, 2003.

11. PROUS. *Arqueologia brasileira*.

12. As pesquisas da Missão Arqueológica Francesa com a arte rupestre brasileira começaram em 1971 (em Minas Gerais) e tinham por objetivos a determinação estilística cronogeográfica, a caracterização dos temas e composições gráficas, e propostas de interpretação da arte rupestre, por meio das caracterizações próprias dos sítios e da iconografia e mitologia indígenas. LAMING-EMPERAIRE, 1974, *apud* RIBEIRO, Loredana. Repensando a tradição: a variabilidade estilística na arte rupestre do período intermediário de representações no alto-médio rio São Francisco. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, MAE/USP, n. 17, p. 127-147, 2007.

13. RIBEIRO. Repensando a tradição, p. 127-147.

14. GASPAR, Madu. *A Arte Rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003; PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992.

15. GASPAR. *A arte rupestre no Brasil*.

16. Ver RIBEIRO. Repensando a tradição, p. 127-147; OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de (Org.). *Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007; JORGE, Marcos; PROUS, André; RIBEIRO, Loredana. *Brasil rupestre*: arte pré-histórica brasileira. Curitiba: Zencrane Livros, 2007.

17. BAETA, Alenice Motta. Arte Rupestre do Centro Mineiro: A região Arqueológica de Lagoa Santa. *LPH – Revista de História*, v. 2, n. 1, 1991; PROUS, André; BAETA, Alenice e RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger.* Belo Horizonte: Ed do autor, 2003; NEVES; PILÓ. O *Povo de Luzia.*

18. A.P. quer dizer "antes do presente", uma forma padrão na arqueologia para definição de temporalidade.

19. Para mais informações sobre a antiguidade do homem em território mineiro e sobre "o povo de Luzia", consultar: FUNARI; NOELLI. *Pré-história do Brasil*; NEVES, Walter Alves. A primeira descoberta da América. *Ciência Hoje*, n. 15, p. 38-48, 1992; NEVES; PILÓ. O *Povo de Luzia*; PROUS. *Arqueologia brasileira*; PROUS. As primeiras populações do estado de Minas Gerais, p. 101-114; PROUS; BAETA; RUBBIOLI. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos.*

20. PROUS. *Arqueologia brasileira*; PROUS. As primeiras populações do estado de Minas Gerais, p. 101-114; PROUS; BAETA; RUBBIOLI. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos.*

21. PROUS; BAETA; RUBBIOLI. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos*.

22. PROUS. *Arqueologia brasileira*.

23. PROUS. *Arqueologia brasileira*.

24. PROUS; BAETA; RUBBIOLI. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos*.

25. PROUS. *Arqueologia brasileira*.

26. Ver: PEREIRA, Márcio Mota. *Filiação das pinturas rupestres do sítio arqueológico da Toca do Índio – Andrelândia, Minas Gerais*. Monografia – Universidade Federal de São João del-Rei, 2007. (Mimeo.); RESENDE, Maria Leônia Chaves de; TÔRRES, Moisés Romanazzi; MATOS, Vanuza Vieira. Arte rupestre em terras barrocas: um estudo de caso do sítio pré-histórico da Serra do Lenheiro. *Vertentes*, São João del-Rei, UFSJ, n. 27, jan./jun 2006, p. 7-15; VITRAL, José R. C. *Pinturas rupestres no Alto Rio Grande – Toca do Índio*. Monografia – Universidade Federal de São João del-Rei, 2008. (Mimeo.)

27. "Os itinerários culturais, como o projeto de cooperação México - Estados Unidos em torno do *Camino Real de Tierra Adentro,* constituem iniciativas para conservar e promover o patrimônio cultural representado por essas rotas, pelas quais fluíram bens e ideias durante vários séculos. A criação de rotas turístico-culturais parte do estudo dos assentamentos associados com os caminhos, suas características funcionais e arquitetônicas, sua história, reconstruída mediante fontes documentais e evidências arqueológicas, levando em conta também a recuperação do patrimônio intangível, que inclui as línguas, as expressões religiosas, as festas, a gastronomia, assim como a preocupação com sua conservação." (Tradução livre de FOURNIER, Patrícia. Arqueología de los caminos prehispánicos y coloniales. *Arqueología Mexicana*. Editorial Raices S.A. de C.V./ Instituto Nacional de Antropologia e Historia, México. Volume XIV, n° 81, Rutas y Caminos en el México Prehispánico, 2006).

28. ABREU. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento no Brasil*; HOLANDA. *Caminhos e fronteiras*; HOLANDA. *Monções*; MORAES, Antonio Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000; VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 181-189, 2000.

29. BELTRÃO *et al*., 1988, *apud* VENÂNCIO. Caminho Novo, p. 181-189.

30. FEBVRE, 1922, *apud* VENÂNCIO. Caminho Novo, p. 181-189.

31. BRAUDEL, 1978, *apud* VENÂNCIO. Caminho Novo, p. 181-189.

32. BELTRÃO *et al*., 1988, apud VENÂNCIO. Caminho Novo, p. 181-189.

33. VENÂNCIO. Caminho Novo, p. 181-189.

34. PROUS, André; JESUS, Soraia; MALTA, Ione. *As pinturas rupestres da Toca do Índio*. Disponível em: *http://www.npa.org.br/*. Acesso em: 15 de outubro de 2009.

35. A arte rupestre é um traço identitário do município, já que o termo "Letras", impresso no próprio nome da cidade, refere-se à interpretação mítica dada aos grafismos rupestres locais como sendo inscrições que provariam a passagem de São Tomé por Minas Gerais. Ver ROMEIRO, Adriana; RAMINELLI, Ronald. São Tomé nas Minas: a trajetória de um mito no século XVIII. *Varia Historia*, Departamento de História, Fafich/UFMG, Belo Horizonte, n. 21, jul. 1999.

36. Mais informações sobre o Projeto Itaguatiara podem ser encontradas em RESENDE, Marco A. Penido; D' AURIA, Carla Alfonsina. *Projeto pedra são tomé: valoração regional por meio da revitaliazação da paisagem e da identidade cultural* (Relatório Parcial). São Thomé das Letras, 2009 (Mimeo.). Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos, aluno do 2º período de Geografia, e Atahualpa Yupanqui Lobo Chamorro, aluno do 8º período de História, da Universidade Federal de São João del-Rei, participam do referido projeto desde julho de 2008, identificando e registrando os sítios com arte rupestre no município de São Thomé das Letras.

37. O sítio arqueológico do Lenheiro, em São João del-Rei, situa-se em um terreno comprado pelo Exército em 1985, que hoje funciona como área de instrução de montanhismo do 11° Batalhão de Infantaria de Montanha. Sob os cuidados da instituição, que restringiu o acesso à área e construiu um gradil em torno do sítio, os painéis estão relativamente preservados de maiores depredações.

38. RESENDE; TÔRRES; MATOS. Arte rupestre em terras barrocas, p. 7-15.

39. RESENDE; TÔRRES; MATOS. Arte rupestre em terras barrocas, p. 7-15.

40. SAADI, A. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens**.** *GEONOMOS - Revista de Geociências,* v. 3, n. 1, p. 41-63, jul. 1995.

41. SAADI. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens**.**

42. AUGUSTIN, C. H. R. R. Tropical landscape evolution: weathering and erosion processes in Gouveia, Minas Gerais, Brazil. In: *Regional Conference on Geomorphology - The Brazilian Geomorphological Union (UGB). Abstracts.* Rio de Janeiro, 1994. p. 67; AUGUSTIN, C. H. R. R. *Geookologische Studien im Sudlichen Espinhaçogebirge Bei Gouveia, Minas Gerais, Brasilien unter Bersonderer Berucksichtigung der Landschaftsentwicklung*. J. W. Goethe Universität. F. R. G. Frankfurt. Doctoral Thesis, 1995, 147p; AUGUSTIN, C. H. R. R. Aspectos geomorfológicos da região de Gouveia, Espinhaço Meridional, MG. In: *Anais do VIII Simpósio de Geologia de Minas Gerais*, v. 1, 1995, p. 3-4.

43. Erosão diferencial consiste na diferença no grau de intemperismo das rochas. Desgaste desigual dos corpos rochosos devido a um forte contraste de resistência, seja ao intemperismo químico, seja ao desgaste mecânico. Devido a essa erosão os corpos menos resistentes são deprimidos e os mais resistentes são realçados na topografia.

44. Depressões são superfícies mais baixas em relação às áreas que a circundam.

45. PESSIS, Anne-Marie. A arte de ser humano. *Nossa História*, p. 36-40, ago. 2005.

Este artigo é resultado do projeto *Cartografia da Arte Rupestre na Estrada Real: Itinerários Culturais no Campo das Vertentes*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), sob coordenação da profa. Maria Leônia Chaves de Resende.

Maria Leônia Chaves de Resende é doutora em História Social pela Universidade de Campinas (Unicamp) e professora do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas (Decis) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Cristiano Lima Sales é mestrando em História na UFSJ.

Leonardo Cristian Rocha é doutorando em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor do Departamento de Geografia (Degeo) da UFSJ.

Bráulio Magalhães Fonseca é professor substituto do Departamento de Cartografia do Instituto de Geociência (IGC/UFMG).

Capão do Lana: dos documentos à arqueologia

Carlos Magno Guimarães
Anaeli Queren Xavier Almeida
Gabriela Pereira Veloso

O eixo deste trabalho é constituído pela possibilidade de utilização de fontes históricas e documentais como suporte para a realização de pesquisas arqueológicas, tomando como exemplo o caso do Capão do Lana, antiga estalagem e pouso de tropas existente nas Minas Gerais do século XVIII.

> O Capão do Lana é a denominação dada à região e a um importante núcleo de apoio aos viajantes que transitavam pelas estradas das Minas Gerais, tendo sido uma das pousadas historicamente mais importantes dessa localidade, inserida em um amplo e complexo contexto de circulação de pessoas, mercadorias e ideias. O local onde se estabeleceu a estalagem, que era também a sede de uma fazenda, é hoje um sítio arqueológico onde existem ruínas das antigas edificações, como casas, currais, canais para abastecimento de água etc. Localiza-se em Rodrigo Silva, distrito de Ouro Preto (MG).

O sítio arqueológico foi objeto de pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig),[1] antecedida por outros estudos[2] que incluíram levantamento histórico e documental sobre a existência da referida estalagem, dentre outras tantas que povoavam os caminhos das Minas Gerais. Assim, a pesquisa arqueológica foi, desde o princípio, orientada por fontes históricas e documentais de diversa natureza, desde cartas geográficas e de sesmarias, passando por relatos produzidos por viajantes que por lá passaram nos séculos XVIII e XIX.

Perspectiva interdisciplinar

A arqueologia, enquanto campo do conhecimento, pretende realizar a reconstituição da vida humana passada, a partir dos vestígios materiais da cultura, em todos os aspectos possíveis. Assim, a vida cotidiana, laboral, social, econômica e cultural é contemplada, na busca da compreensão do passado humano. Esse ramo da ciência apresenta uma relação peculiar com o passado: ao escavar, os arqueólogos podem contribuir para uma maior compreensão da relação entre o passado e a materialidade, podendo também desempenhar um papel ativo na formação das memórias sobre ele. O patrimônio material tem um lugar de relevo nas sociedades atuais e a arqueologia pode contribuir para ampliar esse debate.[3] Importante ressaltar ainda que o estudo dos vestígios e objetos faz sentido somente em seu contexto. É por meio desses elementos – objeto e contexto – inter-relacionados que o estudo de valores, ideias, representações, crenças e normas de sociedades que já desapareceram se torna possível.

Para o Capão do Lana, o desenvolvimento da pesquisa contou com uma perspectiva interdisciplinar presente em todas as suas etapas. Tanto a fase de prospecção quanto a de escavação arqueológica contaram com o cruzamento de informações disponibilizadas pela história, pela geografia, pela arquitetura, pela cartografia e, naturalmente, pelos vestígios. As informações de natureza histórica, obtidas de fontes bibliográficas e documentais, deram suporte para os trabalhos de campo da arqueologia, contribuindo para a definição metodológica das estratégias a serem utilizadas. Os relatos de viajantes contribuem para a reconstituição do cotidiano da estalagem na medida em que dele participaram.

A cartografia antiga proporciona dados sobre a localização do sítio e sua relação com outras localidades e estradas, bem como sobre a cronologia de sua implantação (ainda que relativa) e a sua relevância no cenário regional. Tratava-se de um ponto de referência dos viajantes que passaram pelo Caminho Novo em direção às Minas.
A abordagem com base na arquitetura permitiu, por meio dos vestígios arqueológicos (como alicerces, paredes, muros), reconstituir as plantas baixas das antigas edificações, possibilitando uma visão abrangente das estruturas e a compreensão de seu funcionamento. Outros vestígios remetem à vida cotidiana no Capão do Lana: artefatos de vidro, cerâmica, louça e metal, dentre outros, refletem, por meio de seu tipo e da natureza das matérias-primas, relações econômicas e sociais.

Controle dos caminhos

A criação de estradas e seu efetivo controle, à época do Brasil-Colônia, foram algumas das medidas adotadas pela

Detalhe do mapa *Mapa da Capitania de Minas Gerais*. Publicado por W. L. von Eschwege, 1821. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.

Coroa Portuguesa visando evitar o contrabando e outras irregularidades. Afinal, uma colônia deveria estar submetida a todos os mecanismos de controle possíveis, mesmo que a eficácia estivesse aquém da pretendida.[4] Para facilitar a fiscalização, a circulação de pessoas, de comboios de tropeiros, de ouro, de diamante e de outras mercadorias deveria se dar obrigatoriamente por meio das Estradas Reais. Segundo Santos, "o nome estrada real passou a aludir, assim, àquelas vias que, por sua antiguidade, importância e natureza oficial, eram propriedade da coroa".[5] Ao longo desses caminhos foram estabelecidos os registros – postos fiscais onde eram recolhidos os tributos devidos à Coroa. Entretanto, tais medidas nunca foram muito eficazes, uma vez que havia picadas abertas para encurtar caminhos ou para fugir dos registros, sendo sua abertura e utilização consideradas crime de lesa-majestade.

A relevância do sistema viário, que possibilitou a ocupação do território brasileiro no período colonial integrando as diferentes áreas de assentamento, foi reconhecida desde os momentos iniciais da própria colonização. Os estabelecimentos de pouso surgidos ao longo dos caminhos cumpriam importante papel, uma vez que favoreciam, além do deslocamento, o povoamento das áreas adjacentes. Tais pousos eram de diversos tipos, apresentando distintas finalidades. É nesse contexto que está inserida a estalagem do Capão do Lana.

O reverendo inglês Robert Walsh, viajando por terras brasileiras, entre 1828 e 1829, elaborou uma tipologia desses estabelecimentos de pouso observando que as estalagens, como a do Capão do Lana, seriam os mais raros deles:

> Nas estradas do Brasil há quatro tipos de pousada. Um é o rancho que significa literalmente "agrupamento de pessoas" e, por conseguinte, designa o lugar onde os viajantes pernoitam; não passa de uma coberta espaçosa, armada sobre estacas e inteiramente aberta dos lados, não dispondo nem de alojamentos, nem de comida; é apenas um abrigo para os tropeiros e os burros. O segundo é a venda, onde se pode comprar comida e bebida. Geralmente há um quarto anexo a ela, às vezes dotado de uma cama. O terceiro tipo é a estalagem, com as acomodações habituais a estabelecimentos dessa espécie. Esse tipo de pousada, entretanto, é pouco comum. Por último vem a fazenda. Comumente o fazendeiro faz as vezes de hospedeiro, acomodando os viajantes em sua própria casa e se valendo disso para dar saída aos seus produtos. Muitas vezes, porém, ele nada cobra pela hospedagem, recebendo o forasteiro simplesmente em nome da hospitalidade.[6]

Segundo a descrição de Walsh, o Capão do Lana era um estabelecimento completo (rancho, venda, estalagem, fazenda) em termos de apoio aos viajantes que passavam pela localidade, além de importante mina produtora de topázio, contribuindo para o povoamento da região. A pesquisa arqueológica identificou vestígios de, pelo menos, quatro edificações no sítio, além de muros, arrimos, canais e estruturas hidráulicas. As edificações e estruturas identificadas atestam um lugar propício à acomodação de pessoas e ao cercamento (e criação) de animais, enquanto a presença de um sistema de abastecimento de água permitia o cultivo e a produção de alimentos.

A data de instalação do Capão do Lana não é certa, mas a primeira referência explícita à estalagem aparece em uma publicação, editada em 1732, de autoria de Francisco Tavares de Brito, que menciona os caminhos utilizados para o deslocamento do litoral para as Minas. Tavares de Brito elaborou um roteiro de viagem abordando o trajeto definitivo do Caminho Novo, atualmente identificado como o tronco principal do que se convencionou chamar de Estrada Real.[7] A preocupação de Tavares de Brito foi registrar os recursos de infraestrutura e abastecimento disponíveis aos viajantes em circulação. Em seu registro, denomina a estalagem de "Olana", conforme a citação a seguir:

> Jozeph Rodrigues, Joaõ Rodrigues, Alberto Dias, Passagem, Resaca, Caranday, Outeiro, Os dous Irmãos, Gallo cantante, Rossinha, Amaro Ribeiro, Carijos, Macabello. Aqui se passa o Rodeo, isto he, que se rodea hua Serra, a que chamaõ Ititiaya. Ilheos, *Olanâ*. [...] e proseguindo ocaminho da Minas Geraes, do *Olanâ* se vay as tres Cruzes, e da hi a Trapui, que fica huma legoa de Villa Rica [...].[8]

O trajeto foi incorporado, ainda no século XVIII, ao Códice Costa Matoso,[8] evidenciando a relevância das informações de Tavares de Brito.

Ainda do século XVIII, merece referência um mapa da região, sob guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, mandado fazer pela Câmara de Vila Rica. Foi elaborado por Cláudio Manoel da Costa entre 1755 e 1766 e tinha o objetivo de assinalar os caminhos mais importantes da principal região produtora de ouro nas Minas setecentistas.[10] O registro confirma o fato de a estalagem já estar consolidada naquele momento, sendo mencionada como ponto de referência pela cartografia regional.

Datada de 7 de janeiro de 1772, uma carta de sesmaria cita a estalagem:

> Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo respeito a esse representado por sua petição o capitão Paulo Pereira de Souza, José da Silva Guimarães, e Manoel Martins de Carvalho que são sócios na roça que tem de suas terras na paragem chamada o Lana termo desta Vila servida de seus antecessores, e para a titularem e possuírem me requereram lhes concedesse na dita paragem meia légua de terra em quadra para continuar sua cultura [...].[11]

Dado importante dessa informação da carta de sesmaria são os nomes de antigos proprietários, o que possibilita o rastreamento de outros donos da fazenda ao longo de sua existência.

Próximo ao final do século XVIII, a estalagem foi palco eventual de um dos mais referidos momentos da história das Minas coloniais: a Inconfidência Mineira. No ano de 1789, tendo o movimento sido abortado com base em denúncias de alguns de seus integrantes, a Coroa Portuguesa desencadeou o processo repressivo. Na tarde do dia 24 de maio do referido ano, na estalagem, o inconfidente Vitoriano Gonçalves Veloso deparou-se com a cena do desembargador Tomás Antônio Gonzaga preso, sendo conduzido para o Rio de Janeiro pelo capitão Antônio José de Araújo. O impacto provocado pela cena está registrado no depoimento de Vitoriano, constante da Devassa

> No *Capão do Lana*, importante entroncamento das estradas para Vila Rica e Cachoeira do Campo, naquele sábado (24-05), viu passar preso o Des. Tomás Antônio Gonzaga, acompanhado do A. O. Francisco Antônio Rebelo e da escolta comandada pelo Cap. Antônio José de Araújo. [...] No *Capão do Lana*, devia informar-se que o Ten. Cel. Francisco de Paula estava na Fazenda Caldeirões ou em Vila Rica, estando a fazenda perto daquele entroncamento.[12]

A referência contida nos Autos de Devassa confirma a constante atividade nas estradas da região, sendo a estalagem bastante movimentada, já que se localizava em ponto estratégico, no entroncamento de caminhos de intenso trânsito.

Novos relatos

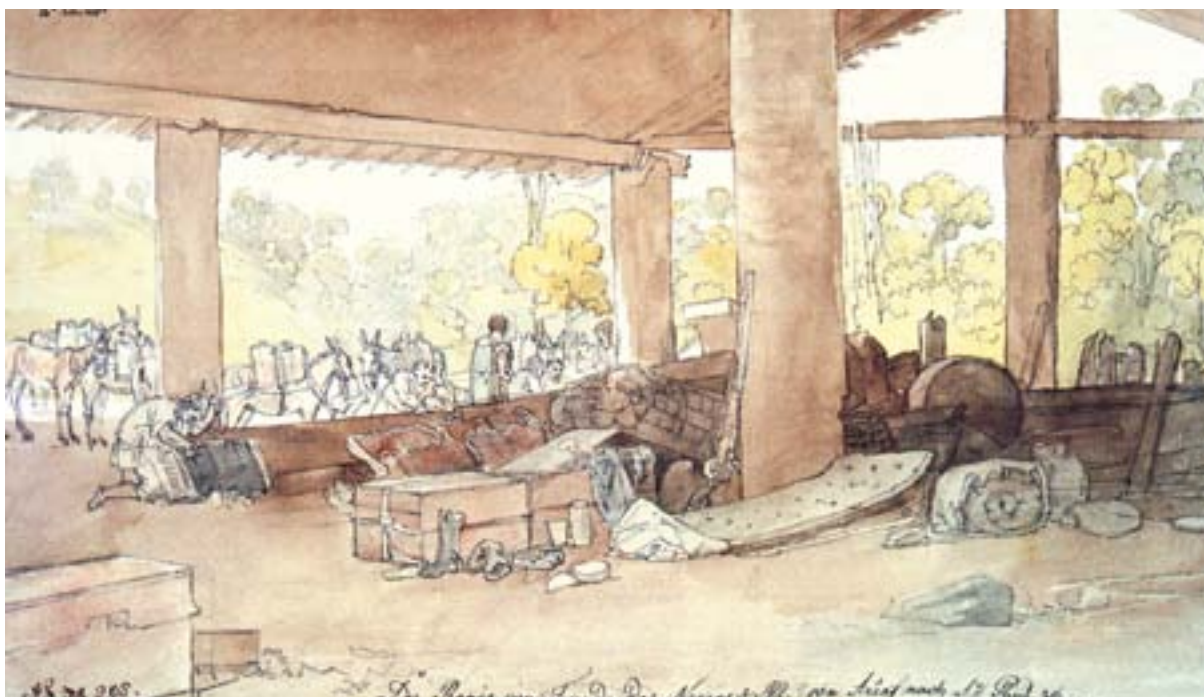
No início do século XIX, ocorreu a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. A abertura do país a viajantes estrangeiros fez com que inúmeros naturalistas,

Rancho e venda, 1817-1818. Aquarela de Thomas Ender (Viena, Áustria, 1793-1875). In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Os Caminhos do ouro e a Estrada Real.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

exploradores e outros curiosos europeus viessem ao Brasil e deixassem expressivo número de relatos sobre o país. Tais relatos foram importantes fontes de informações para a pesquisa arqueológica. Alguns deles atestam a importância do Capão do Lana e sua versatilidade como estrutura de apoio aos viajantes. Em 1811, o barão W. L. von Eschwege[13] registrou sua passagem pelo local. Trazido ao Brasil para tentar reativar a decadente atividade extrativa do ouro e trabalhar na implantação da nascente indústria siderúrgica, Eschwege deixou contribuições nesses campos. Em uma passagem pela região em destaque, registrou:

> Subi o alto morro do Chiqueiro, de onde fui até Capão do Lana. [...] A principal jazida destas pedras [topázio] é a do Capão. [...] Encontra-se em Capão uma boa *pousada* pelo padrão local [...]. Depois de almoçar naquela pousada, continuei minha viagem, andando 3 léguas até Vila Rica [...].[14]

Em outra passagem, Eschwege registra a existência de duas fazendas no Capão do Lana. No último ano de sua estada no Brasil, Eschwege publicou o mapa *Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais*, no qual o Capão do Lana figura em um dos trajetos que convergem para Vila Rica. Um detalhe do referido mapa indica a localização do Capão do Lana.

Em princípios de 1821 foi a vez de Johann E. Pohl[15] fazer seu registro: "[...] Então chegamos à depressão onde ficam as maiores pedreiras de topázio, chamada *Capão do Lana*, na qual só há dois edifícios isolados e um *rancho*".[16]

Rancho da Fazenda dos Negros, 1817-1818. Aquarela de Thomas Ender (Viena, Áustria, 1793-1875). In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Os Caminhos do ouro e a Estrada Real.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

O autor faz referência a um rancho que, de acordo com as descrições feitas por Walsh, consistia de um lugar aberto com um telheiro onde os viajantes pernoitavam, sem a necessidade de ocupar a pousada.[17] No sítio arqueológico foram identificadas três estruturas correspondentes a currais. Essas unidades eram áreas cercadas por muros de pedras. Para tornar operacional o seu funcionamento, facilitando o manejo dos animais, cada curral tinha acesso ao curral contíguo. No que diz respeito à implantação dos currais, destaca-se o fato de estarem à margem da entrada da fazenda. Nesse caso, a localização é estratégica, porquanto as tropas chegavam antes nos currais, sem a necessidade de passarem pela área principal da fazenda. Um dos currais apresentou internamente vestígios de uma estrutura, possivelmente um rancho, para atividades de apoio.

Pohl também teve sua atenção voltada para as técnicas de mineração de topázio,[18] fazendo detalhada descrição do funcionamento da mina.

> A fazenda *Lana*, onde também se encontram topázios, fica apenas a um quarto de légua de distância dali. [...] Nessa mina de topázio, havia 200 trabalhadores escravos. Com largas enxadas, cavavam aquela terra gorda, que sempre indicava a proximidade do agárico mineral, cujos ninhos eram amontoados juntamente com a terra. Então, o inspetor da mina, com um bastão munido de ponta de ferro, procura os topázios na terra solta, que é depois posta numa calha que dá para um tanque. Quando este está inteiramente cheio, solta-se a água, que carreia consigo a terra leve, deixando no fundo do tanque os topázios que

Vestígios da casa-sede e parede com janela no sítio arqueológico do Capão do Lana. In: GUIMARÃES, Carlos Magno (Coord.). *Levantamento histórico-arqueológico da Estrada Real:* o Capão do Lana – Ouro Preto, MG. Relatório Final. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, 2008.

> porventura nela ainda se achem. O inspetor, então, reúne-o em bolsas de couro e os entrega ao dono da mina.[19]

Interessante notar que esse viajante teve dificuldade em conseguir alojamento na pousada:

> [...] segui para a Fazenda *Capão*, que dista três léguas e meia de Vila Rica. Aqui, só consegui, para hospedagem, um pequeno quarto, porque os demais aposentos disponíveis para hóspedes estavam ocupados por uma companhia de circo que ia exibir-se em Vila Rica.[20]

Seus escritos apontam, ainda, para a existência de duas propriedades, pertencentes a um provável "Lana". A fazenda Lana seria a sede das atividades de mineração de topázio, e o Capão seria a estalagem, onde ele teria conseguido se hospedar.

A dupla de pesquisadores Spix e Martius,[21] que esteve no Brasil nesse mesmo período, também indicou a existência de duas fazendas próximas uma da outra: a do Capão e a do Lana: "Do morro do Cascalho sobe-se apenas pouco e obliquamente para alcançar a bela fazenda do *Capão* e a fazenda *Lana*, distante um quarto de hora além".[22]

Interessante observar que Walsh, após descrever a mina de topázio, destacou a "incivilidade inominável" que caracterizava os funcionários da casa, embora reconhecesse que a mesma era suficientemente grande para acomodar os viajantes. E, também ele, registra a existência de duas propriedades, mas desta vez com uma explicação original:

Vestígios da casa-sede e parede com janela no sítio arqueológico do Capão do Lana. In: GUIMARÃES, Carlos Magno (Coord.). *Levantamento histórico-arqueológico da Estrada Real:* o Capão do Lana – Ouro Preto, MG. Relatório Final. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, 2008.

> A *venda* existente no Capão é bastante grande, podendo acomodar os numerosos viajantes que pernoitam ali depois de atravessarem a serra. Seu proprietário é também um grande fazendeiro, além de dono de jazidas de topázio. É conhecido como o "homem dos dois pais", já que dois ricos fazendeiros o reivindicavam como filho, atestando sua paternidade ao lhe deixar cada um uma vasta fazenda.[23]

A constatação de que havia outro sítio arqueológico na região confirma os relatos sobre a existência das duas fazendas. A citação de Walsh, ao fazer menção à existência de uma venda no Capão do Lana, aponta para a interpretação de uma das edificações do sítio arqueológico. Dentre os vestígios coletados próximos à casa-sede, havia uma grande quantidade de fragmentos de vidro, que apresentava características – cores e formas – bastante diversificadas. São fragmentos de garrafas de tamanhos variados, bem como recipientes para acondicionamento de vinho. Foram encontrados, ainda, fragmentos de cerâmica (*grés*) de bojos de garrafas. São vestígios indicadores de local que pode estar associado à existência de uma venda.

Outro evento pôs em evidência o Capão do Lana em sua trajetória histórica. Em abril de 1822, ano da proclamação da Independência, dom Pedro I, em missão para pacificar revoltosos de Ouro Preto, teria feito pouso no Capão do Lana por mais de um mês, proclamando-o Paço Imperial Provisório. Da estalagem, dom Pedro I mandou prender o governador rebelado, Pinto Peixoto, que teria sido levado ao Capão do Lana.

Em 1825 o cônsul Langsdorff[24] registrou, em seu diário, a passagem pelo Capão: "Acompanhei a tropa até Capão [...]. Os proprietários das minas só trabalham nelas esporadicamente, quando não têm mais nada para fazer. Capão fica a 4 léguas de Ouro Preto. [...] A estalagem em Capão é bem suprida".[25] Entre 1826 e 1834, D'Orbigny[26] esteve em viagem pelo Brasil e menciona um dado novo: o "povoado" do Capão.

> Nos últimos dias de julho, deixamos Vila Rica dirigimo-nos para a capital do Brasil. Atravessamos, primeiro, Boa Vista, depois o povoado do Capão, depois Ouro Branco, aldeia de umas cinquenta casas, com uma igreja que parece estar apoiada a uma verde montanha.[27]

Lamentavelmente, a atividade minerária no entorno imediato do sítio arqueológico parece ter destruído as evidências do que pode ter configurado aquilo que D'Orbigny denominou como povoado. A extração de topázio ainda hoje provoca impactos na região.

Durante a revolta liberal de 1842, Teófilo Ottoni[28] teria estado no Capão do Lana comandando as tropas rebeldes. Vencido por duque de Caxias,[29] teria ficado preso em Ouro Preto, sendo perdoado no ano seguinte e eleito deputado e senador do Império anos mais tarde.

As referências citadas expressam a relevância histórica do Capão do Lana. O núcleo principal do sítio corresponde às ruínas da casa-sede da antiga estalagem, preservando ainda partes de suas paredes. Está conectada a uma extensa área cercada, formando um grande pátio, local provável de uso e circulação por parte dos viajantes que lá se hospedavam. A casa-sede é a estrutura que se encontra mais bem preservada no sítio. Destaca-se como estrutura principal em razão de suas dimensões e de sua localização central, tomando como referência a delimitação dos espaços por muros, arrimos etc. Os vestígios indicam uma edificação imponente que justifica a posição que teria ocupado no contexto da fazenda/estalagem.

O sítio arqueológico

A pesquisa arqueológica do sítio identificou vestígios de artefatos empregados na vida cotidiana das pessoas que ali habitavam. Destacam-se vestígios de vidro, cerâmica (recipientes, cachimbo e telhas), metal, louça, *grés* e pedra-sabão, dentre outros. A respeito de tais vestígios foram realizadas análises quantitativa e qualitativa sobre o potencial arqueológico do sítio. O gráfico *Tipo de Material – Ocorrência* evidencia a proporção dos tipos de materiais no conjunto dos vestígios.

Nos sítios arqueológicos remanescentes de ocupações históricas, é comum a existência de lugares onde há maior concentração de vestígios, por serem locais que foram utilizados para o descarte de lixo doméstico. E também é usual que esses lugares de descarte estivessem, pela proximidade, associados à cozinha.

Essa tendência não fugiu à regra no Capão do Lana. Embora as ruínas da estalagem não sejam claras com relação à distribuição e utilização dos espaços, a área do sítio associada ao principal núcleo de edificações foi o local que apresentou a maior quantidade e variedade de vestígios provenientes de artefatos de uso cotidiano/doméstico, conforme gráfico *Total de Amostras – Ocorrência no sítio*. Destaca-se a área da casa-sede, que apresentou a maior concentração de vestígios (superior a 80%).

Quanto à dispersão dos vestígios, é necessária uma ressalva: o sítio foi alvo da ação recente de garimpeiros autônomos que abriram buracos por todo o local em busca de topázios. Esse fato, além de provocar a descontextualização dos objetos, evidenciou vestígios que foram carregados pelos garimpeiros. Informações

orais indicam que os vestígios menos fragmentados e mais atraentes, encontrados pelos garimpeiros, foram pilhados por eles. Ainda assim, a riqueza qualitativa e quantitativa do material arqueológico encontrado nas áreas perturbadas foi expressiva.

Cabe considerar ainda a predominância de alguns tipos de vestígios em determinadas áreas. É notável a presença maciça de restos de recipientes cerâmicos em determinada área, em contraponto a outra área, que apresentou maior quantidade de vestígios de louça. A louça constituía artigo "de luxo", uma vez que teve sua produção tardia no Brasil, sendo então um item de importação. A cerâmica era utilizada pela população brasileira em geral desde seus mais recuados períodos, e isso indica a existência de espaços de usos diferenciados. A louça era usada preferencialmente pela elite e a cerâmica era amplamente difundida e usada entre as classes subalternas. É razoável acreditar que cada um dos espaços foi utilizado de forma mais sistemática, no cotidiano, por uma categoria social específica. Em que pesem os indicadores quantitativos de forma consistente, pesquisas futuras poderão confirmar tais apontamentos.

A delimitação de áreas, com o uso de muros, também deixa claras as diferenciações espaciais. Pohl menciona um plantel de 200 escravos. Ainda que a informação careça de mais dados, não se pode negar que o Capão do Lana, que abrigava uma pousada de grande movimento, além da mais famosa mina de topázio da região, apresentasse mão de obra escrava significativa, que teria deixado suas marcas nos objetos de uso doméstico, como é o caso da cerâmica.

A análise quantitativa dos vestígios arqueológicos possibilitou a delimitação dos locais de ocorrência, bem como de sua maior ou menor presença. Isso permitiu explicitar os elementos de maior presença e suas especificidades, considerando o sítio e os contextos nos quais esteve inserido. As principais ocorrências foram: cerâmica, vidro, louça e metal. O que não invalida ou desconsidera a importância e singularidade dos vestígios de natureza outra.

Diversidade

O material cerâmico encontrado no Capão do Lana ocorre em grande diversidade de tipos. A análise preliminar dos fragmentos de recipientes de maior porte, que podem estar associados ao armazenamento ou ao preparo de alimentos, já indicara características – de formas e decorativas – que permitem associá-los à denominada cerâmica cabocla. Alguns traços observados – como a espessura muito regular das paredes, o que remete à utilização do torno em sua manufatura – refletem influência dos colonizadores em sua fabricação. Nesse sentido, os vestígios cerâmicos apontam para uma produção feita regionalmente que envolvia influências indígenas e portuguesas.

Com relação aos fragmentos cerâmicos decorados, vale observar que em grande parte se tratavam de peças destinadas ao serviço de mesa. Essa finalidade pode ser indicada pela espessura e forma dos fragmentos, pelo refinamento da pasta empregada em seu fabrico e pela delicadeza de sua decoração. Entre os elementos decorados, predomina a vitrificação e a pintura sobre o engobo. Nas cores, prevalecem tons de vermelho e marrom, sendo que alguns elementos remetem a um padrão Jequitinhonha, sobretudo por apresentarem pintura vermelho/marrom sobre engobo branco. Alguns fragmentos com vitrificação amarelo-esverdeado identificam a cerâmica Saramenha, produzida tradicionalmente em Ouro Preto e cercanias. Quanto ao padrão dos desenhos decorativos, destacaram-se os motivos geométricos e florais.

Pelas descrições, os artefatos cerâmicos utilizados pelos ocupantes do Capão do Lana devem ter sido produzidos no entorno de Ouro Preto. A presença de cerâmica dos

tipos Saramenha e Jequitinhonha remete à produção regional, visto que a disponibilidade de matéria-prima e de oleiros dispensaria a necessidade de importação dessas peças.[30]

Grande parte dos fragmentos de louça encontrados remete ao século XIX, por sua associação com a faiança fina[32] inglesa e pelo período em que passou a ser comercializada no Brasil. Isso remonta ao momento de atividade da estalagem sobre a qual os viajantes deixaram a maior quantidade de relatos e informações. Evidentemente, não está descartada a presença de tais peças no contexto do século XVIII, dado que, nesse período, o Capão já existia e funcionava como estalagem e ponto de atividades mercantis.

Os vestígios de vidro[32] do Capão do Lana estão inseridos em um período de transição por seu modo de fabrico, quando a produção não estava totalmente automatizada, mas já não era artesanal – talvez remetendo à produção semiautomática. A presença de bolhas nos fragmentos de vidro é um indicativo dessa produção em escala semi-industrial. De modo geral, os traços nos recipientes remetem à tendência ao uso de moldes em seu processo de fabricação, não se verificando marcas de aplicação do gargalo. Quanto às cores, o predomínio de garrafas coloridas pode remeter tanto ao período de fabricação quanto ao líquido que estava sendo armazenado. A diversidade coincide com as atividades de uma estalagem, que atendia distintos públicos.

Vestígios de talheres, ferraduras e cravos artesanais apontam para usos domésticos ligados à alimentação, ao transporte por tropas e a uma metalurgia com produção em escala reduzida. Por outro lado, pregos industriais, arame farpado e cápsulas de arma de fogo remetem a momentos mais próximos da atualidade, em que a escala produtiva já atingiu o caráter industrial moderno.

Conclusões

A pesquisa realizada sobre o Capão do Lana aponta, no presente momento, para duas constatações. Por um lado, o suporte insubstituível que a documentação em geral pode dar à pesquisa arqueológica. Por outro, o potencial arqueológico que o sítio apresenta. Embora tenha sido muito impactado por ações destrutivas, ainda apresenta um grande potencial para pesquisas futuras.

Os dados documentais e os de natureza arqueológica se articulam e interagem de forma complementar. Cada um deles pode apresentar informações que estão ausentes no outro. A presença das manifestações culturais dos escravos, por exemplo, que pode ser refletida em objetos de uso cotidiano ou cerimoniais, embora não tenha encontrado muito espaço nos documentos e relatos, pode ser claramente identificada nos sítios arqueológicos. Além disso, incoerências entre registros podem refletir contradições de período histórico.

Notas |

1. Pesquisa realizada em 2008 por meio do Edital Universal 001/2007, cujo produto final foi: GUIMARÃES, Carlos Magno (Coord.). *Levantamento histórico-arqueológico da Estrada Real*: o Capão do Lana – Ouro Preto / MG. Relatório Final. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, 2008.

2. GUIMARÃES. *Levantamento histórico-arqueológico da Estrada Real no trecho Ouro Branco*...

3. HODDER, Ian; HUTSON, Scott. *Reading the past*: current approaches to interpretation in archaeology. Cambridge: University Press, 2003. p. 213.

4. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979; PINTO, Virgílio N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional, 1979.

5. SANTOS, Márcio. Caminhos. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela V. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 61.

6. Robert Walsh (1772-1852) foi médico e capelão da colônia britânica no Rio de Janeiro. Visitou Minas Gerais e escreveu a obra *Notícias do Brasil,* publicada em 1830, traduzida para o português em 1985. Cf. WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985. Coleção reconquista do Brasil; Nova Série, v. 75. p. 23.

7. GUIMARÃES. *Levantamento histórico-arqueológico da Estrada Real no trecho Ouro Branco*...

8. BRITO, Francisco Tavares de. Itinerário geográfico com a verdadeira descripção dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes e serras que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro ate as Minas do Ouro. Edição fac-similar. *Barroco*, Belo Horizonte, UFMG, n. 4, p. 104-105, 1972. [*Grifo nosso.*]

9. CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das Minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Edição crítica de Luciano R. A. Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Mineiros, 1999. p. 903-904.

10. COSTA, Antônio G. (Org.). *Os Caminhos do ouro e a Estrada Real.* Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa, 2005.

11. Carta de sesmaria passada a Manoel Martins de Carvalho. Paragem O Lana. 7 de janeiro de 1772. Arquivo Público Mineiro – SC. 146, filme 32, 206V, negativo G-1.

12. AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. Brasília: Câmara dos Deputados. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978. v. 2 e 3. p. 160: [Grifo nosso.]

13. Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), o barão de Eschwege, veio para o Brasil em 1810 contratado como diretor do Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro para incrementar as técnicas de mineração. De formação científica interdisciplinar, era perito em mineralogia, metalurgia, geologia, botânica e outras ciências naturais.

14. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Notas introdutórias por Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução por Friedrich E. Renger, Tarcísia Lobo Ribeiro e Guntaer Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 256-257. [Grifo nosso.]

15. Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834) foi um médico, geólogo e botânico austríaco que integrou a Missão Austríaca ao Brasil entre 1817 e 1822. Empreendeu uma viagem de quatro anos pelo interior do Brasil, atravessando o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

16. POHL, Johann E. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. Coleção reconquista do Brasil, v. 14, p. 407. [Grifo nosso.]

17. WALSH. *Notícias do Brasil*, p. 23.

18. Ainda atualmente a mineração de topázio é uma referência no local. O solo característico do sítio arqueológico é resultante de constantes intervenções provocadas pela mineração. Segundo informações coletadas de forma oral entre a população local, grande parte do sedimento que cobre o nível mais superficial do solo é proveniente de garimpo de grande impacto realizado na encosta da serra). Também a ação de garimpeiros em vários pontos do sítio, abrindo buracos, tanto de pequenas e médias quanto de grandes dimensões, provocou significativa alteração na sedimentação natural do sítio, causando a descontextualização dos vestígios arqueológicos em seu processo cronológico após o abandono.

19. POHL. *Viagem no interior do Brasil*, p. 407. [Grifo nosso.]

20. POHL. *Viagem no interior do Brasil*, p. 408.

21. Johann Baptist von Spix (1781-1828) e Karl Friedrich von Martius (1794-1868) empreenderam uma das mais famosas expedições científicas ao interior do Brasil, entre 1817 e 1820. Seu livro *Viagem pelo Brasil* revelou ao público os resultados pormenorizados de suas pesquisas. Cf. SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v. 1.

22. SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*, p. 301. [Grifo nosso.]

23. WALSH. *Notícias do Brasil*, p. 94. [Grifo nosso.]

24. O barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852) foi um médico e explorador nascido na Prússia e naturalizado russo. Cônsul no Rio de Janeiro, em 1824 chefiou uma das expedições científicas que, no século XIX, percorreram Minas Gerais.

25. SILVA, Danuzio G. B. da. (Org.). *Os diários de Langsdorff.* Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1, p. 351-352.

26. Alcide Charles Victor Marie Dessalines d'Orbigny (1802-1857), naturalista francês que deu grande contribuição às áreas da zoologia, paleontologia, geologia, arqueologia e antropologia. Além do Brasil, viajou também por Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia e Peru.

27. D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. Coleção reconquista do Brasil, v. 29, p. 159.

28. Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869) foi jornalista, comerciante, empresário e político do Império. Liderou uma revolta militar contra o absolutismo de Pedro I.

29. Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias (1803-1880), foi um dos mais importantes militares e estadistas da história do Brasil, responsável por importantes ações militares pacificadoras em movimentos revoltosos internos.

30. Não se descarta, entretanto, a existência de relações mercantis entre as duas áreas, embora tal possibilidade seja mais remota.

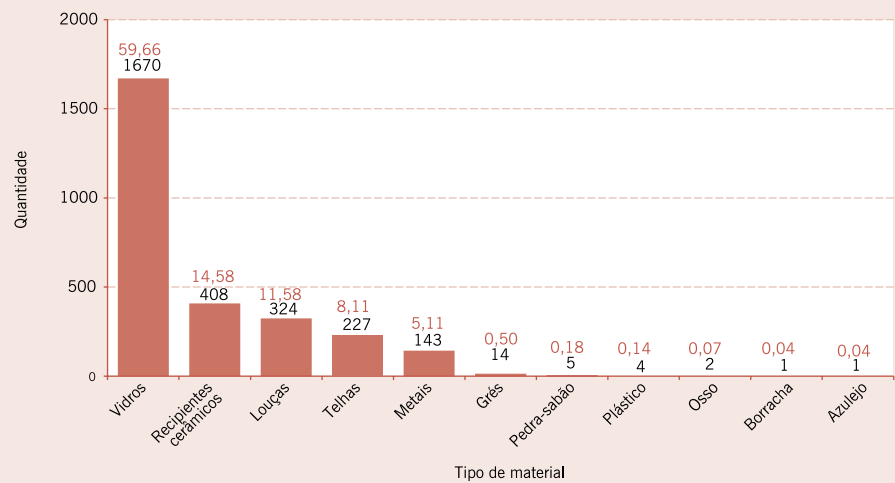
31. Sobre faiança fina enquanto vestígios arqueológicos ver: TOCCHETTO, Fernanda *et al*. *A faiança fina em Porto Alegre*: vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

32. Sobre vidros como vestígios arqueológicos ver: ZANETTINI, Paulo Eduardo; CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?* (Parte 1). São Paulo: Zanettini Arqueologia, 1999.

Artigo elaborado com base no relatório *Levantamento histórico-arqueológico da Estrada Real: o Capão do Lana – Ouro Preto / MG. Relatório Final*, coordenado por Carlos Magno Guimarães [Belo Horizonte, Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (Fafich/UFMG), 2008].

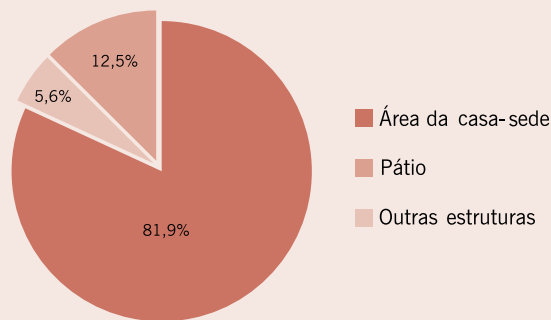
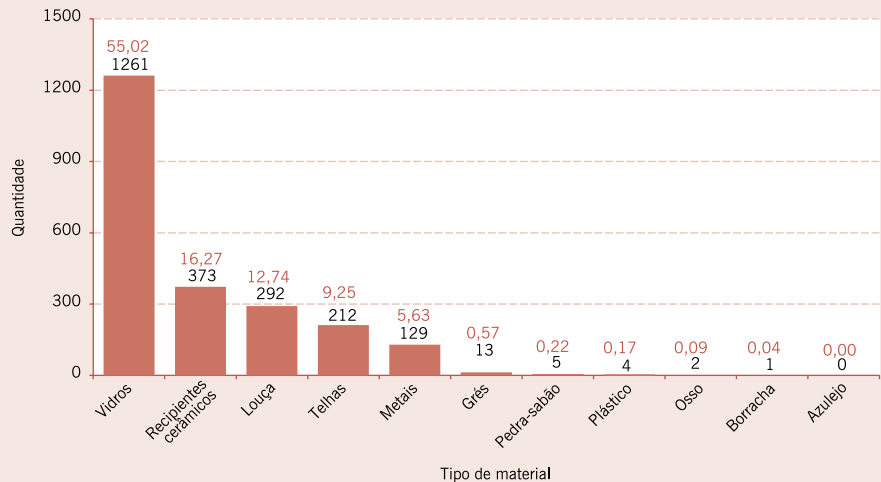
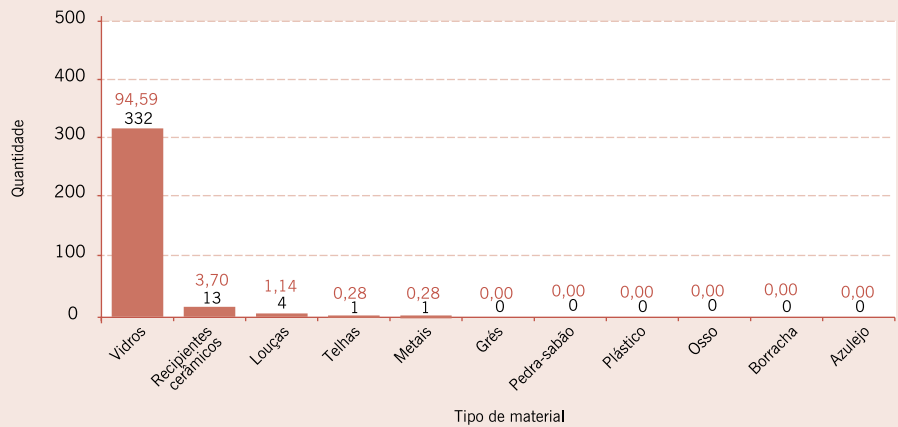
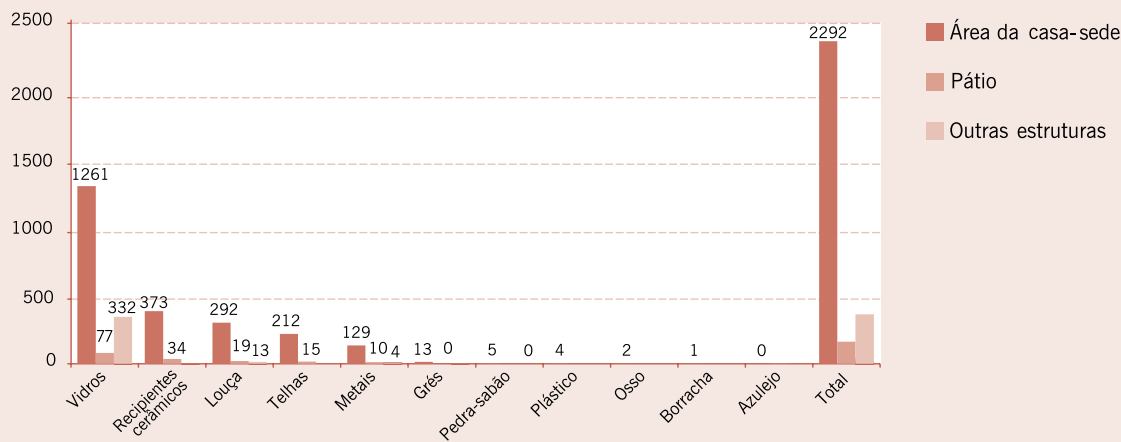
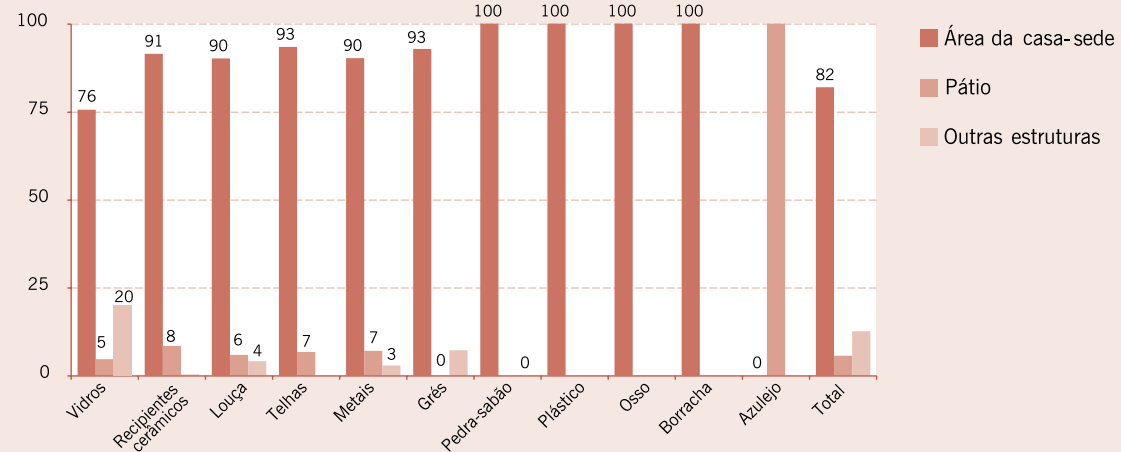
Carlos Magno Guimarães é historiador e arqueólogo, professor doutor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (Fafich/UFMG) e coordenador do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG.

Anaeli Queren Xavier Almeida é bacharel em Ciências Sociais pela UFMG, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG e pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG.

Gabriela Pereira Veloso é bacharel em Ciências Sociais pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG.

TIPO DE MATERIAL - OCORRÊNCIA

TIPO DE MATERIAL - OCORRÊNCIA

12,5%
5,6%
81,9%

Área da casa-sede
Pátio
Outras estruturas

TIPO DE MATERIAL - ÁREA DA CASA-SEDE - CLASSIFICAÇÃO POR QUANTIDADE

TIPO DE MATERIAL - OUTRAS ESTRUTURAS - CLASSIFICAÇÃO POR QUANTIDADE

DISTRIBUIÇÃO DOS MATERIAIS POR ÁREA

DISTRIBUIÇÃO DOS MATERIAIS POR ÁREA

Arquivística

Augusta Aparecida Cordoval Caetano
Maria de Fátima da Silva Corsino

Preservação da memória administrativa

Nos 20 anos decorridos desde a promulgação da Lei Federal de Arquivos, em 1991, o Arquivo Público Mineiro consolidou uma posição de referência para os órgãos da administração pública estadual relativamente aos assuntos documentais, relegando ao passado sua função exclusivamente cultural.

> As instituições arquivísticas públicas expressam boa parte da sua eficiência institucional nas formas como conduzem suas relações com as administrações públicas nas quais se encontram inseridas. Como órgão destinatário final do patrimônio arquivístico produzido e acumulado por um governo, seja ele de âmbito federal, estadual ou municipal, dos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, o desempenho de um arquivo público pode ser avaliado não apenas sob a perspectiva da preservação e do acesso aos documentos de valor permanente, como também no que se refere à gestão de documentos públicos em suas fases corrente e intermediária.

A Lei Federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991,[1] é considerada um marco para as instituições arquivísticas brasileiras no que diz respeito à política de arquivos públicos e privados. Vem ao encontro das necessidades e deveres do poder público de implementar a gestão documental e dar apoio à administração. Traz, também, um significado novo para o gerenciamento das atividades de produção, uso, manutenção e destinação de documentos. O dispositivo legal especifica os procedimentos de eliminação dos documentos que foram considerados sem valor probatório e informativo, assim como o recolhimento às instituições arquivísticas públicas dos documentos de caráter permanente. Todos esses procedimentos passam a fazer parte da rotina da gestão de documentos no âmbito nacional.

No Estado de Minas Gerais, a reação à publicação da Lei Federal nº 8.159 foi imediata. Criou-se um grupo de estudo para alavancar a competência, comum e concorrente, de proteção aos documentos. Como resultado desse estudo, em 1994 foi promulgada a Lei Estadual n. 11.726,[2] que determina a responsabilidade conjunta da instituição arquivística pública e dos órgãos públicos na implementação da gestão documental. Sob o impulso da promulgação das leis de arquivo registram-se no Arquivo Público Mineiro a criação da Diretoria de Gestão de Documentos e a implantação do projeto de pesquisa institucional *Informação e Memória: gestão e preservação do patrimônio documental do governo de Minas Gerais,* com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Inicialmente destinado ao diagnóstico da situação documental dos órgãos da administração pública estadual, o projeto teve seus objetivos ampliados em função da necessidade de se criarem instrumentos que possibilitassem a efetiva implementação da gestão documental no Estado. Com a finalização do projeto em setembro de 1997, o Arquivo Público Mineiro apresentou à administração pública direta do Estado de Minas Gerais, além do diagnóstico da situação documental em seus órgãos, em termos quantitativos e qualitativos (condições físicas de acondicionamento e armazenamento, organização, data-limite e mensuração), um plano de classificação e uma tabela de temporalidade e destinação de documentos para as atividades mantenedoras; um Manual de Redação Oficial e as minutas dos futuros decretos[3] que definiriam a gestão documental no Estado.

Qualificação de pessoal

Conceitualmente, gestão de documentos é o conjunto de procedimentos técnicos e operacionais referentes às atividades de produção, tramitação, classificação, avaliação e arquivamento dos documentos nas fases corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento à guarda permanente. A gestão de documentos está intimamente ligada à organização, à recuperação da informação e à preservação da memória institucional. Para que todos esses aspectos fossem valorizados e se tornassem rotina nos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais, foi necessário sensibilizar o corpo gerencial e capacitar os servidores públicos.

O Arquivo Público Mineiro, com recursos do *Programa Oficina de Cultura: qualificação de pessoal para a geração de trabalho, emprego e renda na área da Cultura em Minas*, uma parceria entre a Secretaria de Estado de Cultura e o Ministério do Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), participou dessa proposta central que tinha como objetivo dinamizar o potencial de geração de trabalho, emprego e renda da área cultural. Foi fundamental a criação de novas oportunidades profissionais, pois o Estado, possuidor de um patrimônio documental acumulado, com tendência de crescimento das atividades de gestão de documentos, carecia de fortalecimento na política ora implantada. Assim, o *Programa Oficina de Cultura* criou a possibilidade de capacitar aproximadamente 1.500 servidores públicos mineiros em gestão de documentos, entre 1997 e 2000.

Os cursos de capacitação concentraram-se nas ações de sensibilização, orientação e repasse das novas normas, com o intuito de formar um elenco de servidores públicos multiplicadores de conteúdos de gestão de documentos, sendo estes capazes, ao final do processo, de integrarem como membros as Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos de Arquivos (CPADs), constituídas em cada órgão ou entidade, em cumprimento ao artigo 5º do Decreto 40.186/1998.[4] Nessa condição, caberia a eles a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no seu âmbito de atuação, tendo em vista a sua identificação para guarda permanente e a eliminação daqueles destituídos de valor probatório e informativo.

Projeto Piloto

Em 2000, a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) de Minas Gerais solicitou ao Arquivo Público Mineiro orientação para avaliação de sua massa documental acumulada. A equipe da Diretoria de Gestão de Documentos, junto à CPAD/SEF, elaborou o diagnóstico dos arquivos da Secretaria, que foi apresentado aos dirigentes do órgão. Com base nesse diagnóstico, verificou-se a necessidade de uma ação específica para avaliação dos documentos da Secretaria de Estado de Fazenda e sua posterior destinação. Iniciou-se, então, o *Projeto Piloto de Avaliação de Massa Documental Acumulada na Secretaria de Estado de Fazenda*, com a parceria das duas instituições.

Nos dez anos de duração do projeto piloto foram avaliados, higienizados, selecionados, acondicionados, armazenados e destinados milhares de documentos produzidos e acumulados por aquele órgão da administração pública mineira. Após a eliminação dos documentos destituídos de valor probatório e informativo e a consequente desobstrução dos depósitos de arquivo da Secretaria, foi possível planejar o recolhimento ao Arquivo Público Mineiro dos documentos considerados de guarda permanente.

Com esse projeto, a equipe da Diretoria de Gestão de Documentos do APM pôde observar a aplicação prática dos instrumentos de gestão, o que gerou correções e adequações no Plano de Classificação e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos para as Atividades Mantenedoras.

Política Estadual de Arquivos

Com a missão de desenvolver a política estadual de arquivos no âmbito do Poder Executivo estadual, foi criado, em 1998, o Conselho Estadual de Arquivos (CEA),[5] quando foram institucionalizados os procedimentos de recolhimento e eliminação de documentos. A partir daí, a entrada de acervos arquivísticos públicos no Arquivo Público Mineiro passa a ser regida pela Deliberação n. 5 do CEA.[6]

Assim, o Arquivo Público Mineiro, a instituição cultural mais antiga de Minas Gerais, passa a ter uma nova política de recolhimento de documentos, bem diferente da especificada no artigo 1º da Lei nº 126, de 11 de julho de 1895, que estabeleceu o seguinte:

> Fica creada em Ouro Preto uma repartição denominada "Archivo Publico Mineiro" destinada a receber e a conservar debaixo de classificação systematica todos os documentos concernentes ao direito publico, à legislação, à administração, à historia e geographia, às manifestações do movimento scientifico, litterario e artistico do Estado de Minas Geraes. [...] Deverá também o "Archivo Publico Mineiro" conservar quaesquer documentos que o governo determinar nelle se depositem [...].[7]

No desenvolvimento institucional do Arquivo Público Mineiro constituem marcos importantes a publicação, em 2007, do *Manual de Gestão de Documentos – Cadernos Técnicos do Arquivo Público Mineiro*, volume 1[8] e o *Projeto de Elaboração dos Instrumentos de Gestão de Documentos: Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos para as Atividades Finalísticas do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais*. Esse projeto inicia-se em 2007, quando a Superintendência Central de Governança Eletrônica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), tendo em vista o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI),[9] idealizou um sistema informatizado de gestão de processos e conteúdos, denominado Sistema Aurus.

Nos estudos preliminares, foi verificada a necessidade de instrumentos de gestão de documentos para implementação do sistema nos diversos órgãos do Estado de Minas Gerais. Buscou-se, então, a parceria com o Arquivo Público Mineiro para coordenar 20 órgãos da administração pública direta do Poder Executivo do Estado,[10] na elaboração dos Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo para suas atividades finalísticas, em complemento ao Plano de Classificação e à Tabela de Temporalidade de Destinação de Documentos de Arquivo para as atividades-meio, já oficializadas desde 1998.

A metodologia escolhida para a elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos foi a ISO 15.489/2001,[11] detalhada pelo Arquivo Nacional da Austrália em seu manual DIRKS/2001.[12] Essa metodologia prevê oito passos. Entretanto, para os fins específicos desse projeto, foram utilizados apenas os três primeiros:

Passo I - Investigação preliminar;
Passo II - Análise de atividades;
Passo III - Identificação de requisitos de arquivamento.

A investigação preliminar consistiu no levantamento e registro de informações sobre cada órgão, cujas funções e atividades foram especificadas. No segundo passo, foi analisado o trabalho executado pelo órgão, com a identificação de cada função, atividade e transação finalística. As transações e processos foram mapeados e a produção documental identificada. O terceiro passo foi a identificação de requisitos de arquivamento, que resultou na determinação dos prazos de guarda nas fases corrente e intermediária e a destinação final dos documentos (eliminação ou guarda permanente).

A implantação da metodologia adotada pelo Arquivo Público Mineiro para a elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade possibilitou aos servidores dos órgãos envolvidos um profundo conhecimento da instituição no que diz respeito aos aspectos históricos, administrativos, legais e fiscais. Finalmente, o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais terá, à sua disposição, os dois instrumentos

Aspecto de depósito com documentos sem organização. Fotografia de Pedro de Brito Soares, Belo Horizonte, 1997. Arquivo Público Mineiro – APM-11-010(02).

essenciais para gestão de documentos em suas instituições, garantindo com isso a preservação da memória administrativa do Estado.

Considerações finais

Desde 1991, quando foi publicada a Lei Federal n. 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e com a criação de sua Diretoria de Gestão de Documentos, o Arquivo Público Mineiro estreitou os laços de cooperação com os demais órgãos da administração pública do Estado de Minas Gerais. Os primeiros contatos com as Secretarias de Estado, de 1994 a 1997, em virtude do projeto *Informação e Memória: gestão e preservação do patrimônio documental do governo de Minas Gerais,* foram marcados por um estranhamento por grande parte dos funcionários públicos nelas lotados em relação ao interesse da instituição arquivística por seus documentos. A noção corrente sobre o Arquivo Público Mineiro era a de uma instituição que guardava documentos antigos, documentos históricos.

O conceito de uma instituição arquivística que se preocupa com os documentos em uso (fases corrente e intermediária) era, no mínimo, inusitado. Desde então, o Arquivo Público Mineiro tem ampliado sua área de influência por intermédio de cursos de capacitação e treinamento, da publicação de instrumentos técnicos, da orientação aos órgãos públicos e da participação em projetos de grande alcance. Atualmente, esta instituição é vista pelos órgãos da administração pública do Estado como referência no que diz respeito aos assuntos arquivísticos, cumprindo a sua função de suporte para a administração do Estado.

Notas |

1. BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 9 jan. 1991.

2. MINAS GERAIS. Lei n. 11.726, de 30 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 31 dez. 1994.

3. MINAS GERAIS. Decreto n. 40.187, de 22 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Classificação de Documentos da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, os prazos de guarda e destinação de documentos estabelecidos na Tabela de Temporalidade a ser adotada para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes da Rede Estadual de Arquivos Públicos. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 dez. 1998.

4. MINAS GERAIS. Decreto n. 40.186, de 22 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a gestão de documentos públicos. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 dez. 1997.

5. MINAS GERAIS. Decreto n. 39.504, de 24 de março de 1997. Cria o Conselho Estadual de Arquivos - CEA, e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25 mar. 1997.

6. MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Arquivos. Deliberação n. 5, de 17 de dezembro de 1998. Estabelece os procedimentos para entrada de acervos arquivísticos públicos no Arquivo Público Mineiro. *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 18 dez. 1998

7. MINAS GERAIS. Lei n. 126, de 11 de julho de 1895. Crêa na cidade de Ouro Preto uma repartição denominada "Archivo Publico Mineiro". *Minas Geraes*, Ouro Preto, 13 jul. 1895.

8. CRUZ, Emília Barroso. *Manual de gestão de documentos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, 2007. (Cadernos Técnicos do Arquivo Público Mineiro, v. 1).

9. MINAS GERAIS. Lei n. 15.032, de 20 de janeiro de 2004. Estabelece o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI e dá outras providências*. Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 jan. 2004.

10. Advocacia Geral do Estado; Auditoria Geral do Estado; Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais; Secretaria de Estado de Cultura; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Secretaria de Estado de Defesa Social; Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas e Instituto de Desenvolvimento do Nordeste de Minas Gerais; Secretaria de Estado de Educação; Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude; Secretaria de Estado de Fazenda; Secretaria de Estado de Governo; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Secretaria de Estado de Saúde; Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas; Secretaria de Estado de Turismo.

11. INTERNATIONAL STANDARD. ISO 15.489-1. Information and documentation – Records management. Part 1 and 2 – General. ISO 2001.

12. AUSTRALIA. National Archives of Australia. *Manual for designing and implementing recordkeeping systems* (DIRKS Manual). Camberra, 2001 (ver. July 2003). Disponível em: *http://www.naa.gov.au/recordkeeping/ dirksman /dirks.html. Acesso em 22 de setembro 2007*.

HISTÓRICO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

1991 — Promulgação da Lei Federal de Arquivos (Lei n. 8.159/1991)

1994 — Promulgação da Lei Estadual de Cultura, com a regulamentação sobre os arquivos públicos (11.726/1994). Criação da Diretoria de Gestão de Documentos no Arquivo Público Mineiro (Lei n. 11.714/1994).

1995 — Projeto *Informação e Memória: Gestão e Preservação do Patrimônio Documental do Governo de Minas Gerais* pelo Arquivo Público Mineiro (1995/1997).

1997 — Conclusão do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo para as Atividades Mantenedoras. Cursos de capacitação do FAT/MT (1997/2000).

1998 — Publicação dos decretos de Gestão de Documentos (40.186) e do PC e TTDD (40.187). Publicação das deliberações do CEA regulamentando o recolhimento e a eliminação de documentos (n. 4 e 5). Criação das primeiras CPADs.

2000 — *Projeto Piloto de Avaliação de Massa Documental Acumulada na Secretaria de Estado de Fazenda/MG* (2000/2009).

2007 — Publicação do *Manual de Gestão de Documentos.* Início do projeto *Elaboração de Instrumentos de Gestão: Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos para as Atividades Finalísticas dos Órgãos do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.*

2010 — Encerramento do projeto *Elaboração de Instrumentos de Gestão.*

Augusta Aparecida Cordoval Caetano é bibliotecária, graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ocupa atualmente a Diretoria de Gestão de Documentos do Arquivo Público Mineiro, onde coordena vários projetos.

Maria de Fátima da Silva Corsino é tecnóloga em gestão pública, graduada pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). Trabalha no Arquivo Público Mineiro como assessora da Diretoria de Gestão de Documentos. Foi uma das coordenadoras do *Projeto Piloto de Avaliação de Massa Documental Acumulada na Secretaria de Estado de Fazenda.*

Estante

Riqueza historiográfica

Carla Berenice Starling de Almeida. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas*. **São Paulo: Annablume, 2010.**

O livro estuda as artes de curar na Capitania de Minas Gerais. Analisa não só os oficiais empregados nessas atividades e as transgressões às regras estabelecidas pela legislação, mas também os medicamentos produzidos a partir da fusão do conhecimento de portugueses, índios e negros.

André Figueiredo Rodrigues. *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros*. **Rio de Janeiro: Globo, 2010.**

Nesse livro é analisado o perfil econômico de alguns dos inconfidentes mineiros, moradores do Rio das Mortes, com destaque para Alvarenga Peixoto. Em seguida, destrincha-se quanto a Fazenda Real lucrou com o sequestro de seus bens para, finalmente, discutir quanto restou de seu patrimônio para ser usufruído pelos herdeiros.

Paulo César Garcez Marins *et al*. *Caminhos do Rio a Juiz de Fora.* **São Paulo: M. Carilho Arquitetos, 2010.**

O livro analisa a formação e a evolução do trecho do Caminho Novo entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora. São várias formas de se aproximar do objeto: sua ocupação, os viajantes, a paisagem, as formas de devoção são alguns dentre os temas analisados por diversos autores.

A atividade editorial tem sido pródiga este ano na oferta de um elenco de textos cuja importância põe em destaque o trabalho dos historiadores voltado para temas que enriquecem a historiografia mineira.

Marcio Santos. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734*. **São Paulo: Edusp, 2010.**

O autor analisa o processo de ocupação do sertão do Rio São Francisco. Utilizando diversas fontes, remonta ao momento da expansão das bandeiras paulistas, ao processo contraditório de luta com as nações indígenas locais e à fragmentada ocupação territorial desse vasto espaço interior do Brasil.

Eduardo Magalhães Ribeiro (Org.). *História dos Gerais*. **Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.**

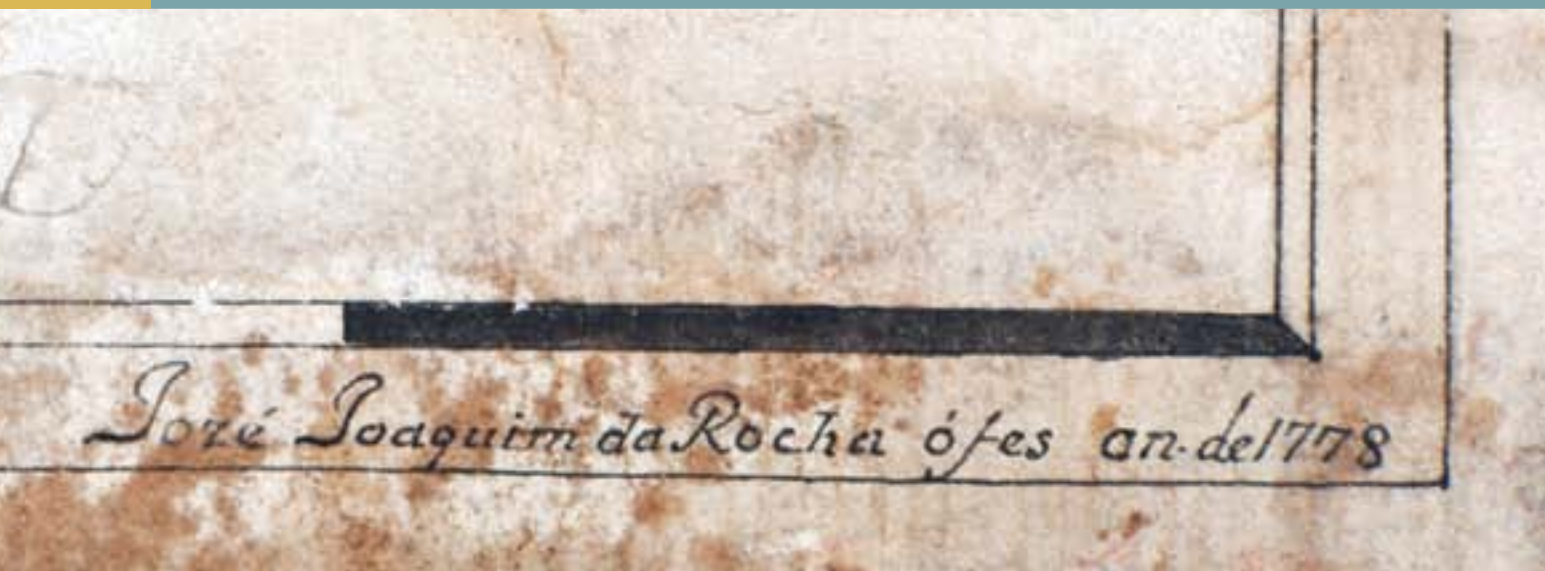
O livro revela, a partir de diversos contadores de estórias, o Rio São Francisco. Mas não só, como nos apresenta o professor João Antonio de Paula, traz também “suas gentes, a terra e os bichos, os frutos e a língua dos gerais, os costumes, a cultura geralista”, contribuindo tanto para resgatar a memória da região quanto para sua preservação e transformação.

José Otávio Aguiar. *Memórias e histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836): a transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil*. **Campina Grande: EDUFCG, 2010.**

A obra retrata e analisa a trajetória de Guido Thomas Marlière, que, durante a transferência da Corte portuguesa, veio com dom João VI para o Brasil e se entusiasmou com o interior da colônia e as possibilidades de desbravamento dos sertões de Minas Gerais, onde traçou um plano para a catequese pacífica dos índios bravios que habitavam a região do Rio Doce, na porção nordeste do território da capitania.

Um cartógrafo nas Minas

Junia Ferreira Furtado

O engenheiro militar português José Joaquim da Rocha se destaca entre os profissionais especialistas que serviram na região das Minas Gerais, no século XVIII, por seus elaborados mapas da capitania, que entrelaçam os elementos constitutivos de sua geografia, sempre presentes nessas representações.

> José Joaquim da Rocha foi um engenheiro militar português que serviu no Brasil na segunda metade do século XVIII. Durante sua estada em Minas Gerais, compôs vários mapas do território que compreendiam a Capitania de Minas Gerais. São conhecidos como de sua autoria quatro mapas que representam a capitania como um todo, sendo dois realizados em 1777 e os demais em 1778 e 1793. Em 1796, Rocha produziu ainda um mapa das Cabeceiras do Julgado do Rio das Velhas e, em 1798, um mapa do Rio Doce.[1]

No conjunto de sua produção cartográfica, destacam-se cinco mapas datados de 1778, até hoje muito admirados. Um deles, como já foi dito, retrata a capitania e os quatro outros tratam, cada um, das comarcas de que ela se compunha: Rio das Mortes, Sabará (Rio das Velhas), Vila Rica (Ouro Preto) e Serro do Frio.[2] O mapa da Comarca do Sabará apresenta instigante iluminura na qual está representado um garboso engenheiro militar traçando um mapa – o próprio cartógrafo? Esse mapa pertence ao acervo do Arquivo Público Mineiro.

Durante sua estada em Minas Gerais, José Joaquim da Rocha também escreveu três importantes memórias históricas sobre Minas Gerais.[3] A primeira delas, intitulada *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*, redigida provavelmente entre 1778-1780, foi dedicada ao novo governador da capitania, dom Rodrigo de Sousa Coutinho, recém-empossado no ano de 1780.[4] Na dedicatória do texto, Rocha informou que reunira na *Memória* todas as informações que poderiam ser úteis ao governador no desempenho do seu posto.

O costume de dedicar esse tipo de texto às autoridades era tradicional no mundo luso-brasileiro e configurava prática corriqueira no contexto do Iluminismo do início dos Setecentos, pois se procurava barganhar mercês e honras em troca de saber. Afinal, se saber é poder e, como tal, é instrumento de Estado, o produtor desse saber deveria ser recompensado com vantagens honoríficas, mas que também implicavam recompensas pecuniárias.

A segunda memória, desta feita nomeada *Geografia – a descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania das Minas Gerais*, foi finalizada em 1783 e trata-se de um texto que, salvo pequenas modificações, era quase idêntico ao primeiro. Já o terceiro manuscrito, a *Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*, veio à luz em 1788 e, como esperado, era dedicado ao novo governador da capitania, o visconde de Barbacena. Seguindo a mesma estratégia dos textos anteriores, incluía observações sobre o período governado por Luís da Cunha Meneses e os primeiros meses da administração de Barbacena.

Origens

Nascido em Portugal por volta de 1740, na localidade de São Miguel da Vila de Souza, ao sul de Aveiro, no Bispado da Extremadura, José Joaquim da Rocha era filho do capitão Luís da Rocha e de dona Maria do Planto.[5] Há poucas informações sobre sua vida enquanto esteve no reino, mas sabe-se que chegou às Minas Gerais quando era governador Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768). Estabeleceu-se na capitania até a sua morte, em 1804, tendo permanecido solteiro. Quando da Inconfidência Mineira, residia em Vila Rica e, apesar de ter declarado junto aos Autos da Devassa que vivia de seus negócios, fizera carreira militar e servira no Regimento de Cavalaria – os famosos dragões de Minas Gerais.

Como militar, em 1778, alcançou a patente de cabo de esquadra,[6] quando então se desligou do serviço militar nas tropas regulares. Até essa época, como engenheiro

militar, trabalhara em vários planos para fortificar pontos-chave da capitania.[7] Em 1782, foi-lhe concedida ainda a patente de "sargento-mor das ordenanças dos distritos das capelas de São Luís da Conquista e Santo Antônio da Barra, do termo da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí", provavelmente como mercê pela produção dos mapas e da *Geografia Histórica*.[8] O posto era, antes de mais nada, uma patente de caráter honorífico, pois tal função não era remunerada. Porém, como os nomes dos agraciados eram escolhidos apenas entre os principais das vilas, o ganho era simbólico e se realizava na esfera social, pois distinguia uns em detrimento de outros. Em Cuiabá, por exemplo, o governador Rodrigo César de Meneses recomendou que os oficiais de ordenança "de alferes para cima, inclusive, serão homens dos principais das terras, de melhor consciência, e os mais ricos".[9]

As companhias de ordenanças constituíam força auxiliar às tropas regulares e, em geral, congregavam homens que não possuíam instrução militar sistemática, apesar de desempenharem, entre outras funções, atividades dessa natureza. Foi comum, nas Minas, que esse tipo de patente fosse concedido a indivíduos ligados às artes, como músicos, escultores e pintores.[10] Tal era também o caso de José Joaquim da Rocha, cujas atividades de cartógrafo e memorialista podem ser inscritas nesse universo, ainda que, conforme já dito, fosse militar de carreira.

Por meio dessas atividades militares, conheceu profundamente a capitania, tomando medidas das distâncias entre as diversas localidades, e foi essa experiência que permitiu que ele produzisse importantes mapas da área.[11] Inicialmente, essa atividade esteve diretamente ligada a sua função militar, mas, depois de dar baixa do serviço, elas adquiriram uma dimensão ainda maior e, como a produção das memórias, tornaram-se atividade autônoma e autorreferente. Assim, ele relata que,

> [...] servindo a Sua Majestade Fidelíssima vinte e dois anos em praça-de-esquadra, na Europa e nestas Minas, tive a honra de as descrever em Carta Corográfica, por ordem dos Ex^{mos}, Generais que as governaram; desde o tempo do governo do Sr. Luís Diogo Lobo da Silva [a] te o do Sr. Antônio de Noronha, que todos me ocuparam neste trabalhoso exercício; e fazendo eu nele um particular estudo, por ser do meu gênio e da minha maior aplicação.[12]

O texto introdutório de José Joaquim da Rocha à primeira *Geografia histórica* e a carta endereçada a Martinho de Melo e Castro[13] são alguns dos indicativos de que essas atividades – a de cartógrafo e a de memorialista – estavam inseparavelmente imbricadas. Ambas se desenvolveram de forma concomitante e culminaram em 1778, quando o cabo de esquadra deu baixa em sua patente. Naquele ano, ele produziu as cinco cartas geográficas e iniciou a redação do texto histórico, como ele mesmo conta:

> E sucedendo dar baixa por não ter com que passar no serviço, cuidei logo em dar os últimos fins ao meu trabalho, com o socorro do capitão Francisco Antônio Rebelo, que me ajudou, procurando com o seu respeito, diligência e zelo, todas as notícias que me podiam ser ocultas e ainda recordando-me de muitas que não chegaram à lembrança.[14]

Cartografia moderna

A primeira observação que salta aos olhos, com base em um exame apenas superficial dessas cartas, é que José Joaquim da Rocha estava preparado para

SAB

ARA.
Serra da Tabatinga

empregar as técnicas mais modernas na produção de cartas geográficas. Percebe-se, então, que ele tinha sido treinado e se beneficiou das recentes transformações ocorridas nas artes da cartografia e da geografia implementadas em Portugal a partir da primeira metade do século XVIII.[15] Como militar, enquanto esteve no reino, em meados do século XVIII, Rocha foi muito provavelmente preparado para o exercício da função de engenheiro nas classes da Aula Régia de Arquitetura Militar, recebendo formação segundo os novos métodos nas áreas de construção de fortificações, de artilharia militar e da cartografia, o que se espelha claramente nos mapas realizados por ele em 1778.

As cinco cartas apresentam várias convenções geográficas esquemáticas como apregoavam as normas que vinham se universalizando: cada mapa é colorido em tons de sépia, as estradas são tracejadas, o campo aparece coberto por pequenas árvores, os rios são riscados com duas linhas contínuas em paralelo, pequenos montes marcam as serras e as cadeias de montanhas e o sombreado é feito da esquerda para a direita. Entre outros aspectos, os núcleos urbanos são representados por meio de símbolos mais ou menos complexos, o que espelha a própria hierarquização dos núcleos de povoamento no interior do Império português. Isso ocorre, segundo Cláudia Damasceno Fonseca, em paralelismo com a hierarquização da própria estrutura social, pois o enobrecimento das localidades se desenvolvia no interior de um sistema de concessão de títulos, patentes e privilégios, típicos de Antigo Regime, que de forma correlata enobrecia também seus habitantes.[16]

É segundo essa concepção que hierarquicamente as aldeias de gentios são indicadas apenas por um pequeno aglomerado de pontos em vermelho e as fazendas, por um triângulo da mesma cor. Já as sedes de capelas são designadas por um círculo também vermelho encimado por uma cruz; as paróquias, por um quadrado que envolve um círculo vermelho encimado por uma cruz; as vilas, por uma pequena igreja de torre lateral e as cidades, por uma igreja um pouco maior com torre central, ambas envolvendo também um pequeno círculo vermelho central.

Contudo, o mais importante é que nos cinco mapas as imagens cartográficas buscam apresentar uma perfeita correspondência com a região representada. Todas as cidades, as vilas, as estradas, os registros, os rios e os limites da capitania estão razoavelmente dispostos em suas posições no território e as escalas apresentam uma adequada proporção com o espaço real. Uma escala em léguas disposta em um dos cantos das cartas enfatiza ainda mais a perfeita relação entre o território real e a sua representação espacial. Além disso, uma rosa dos ventos indica a posição da capitania e suas subdivisões em relação aos pontos cardeais e, nas bordas, estão marcadas as graduações dos meridianos e das latitudes entre os quais a região se localiza, estabelecidas a partir do meridiano da ilha de Ferros.

O quadriculado sobre o qual se sobrepõem as entidades geográficas desenhadas nos mapas sugere que as medidas foram tomadas com base no método de triangulação. Dessa maneira, os elementos que Rocha dispõe nesses mapas – as cidades, as vilas, as fazendas, os registros, as guardas, as estradas etc. – só podem ser entendidos como integrantes de uma unidade geopolítica autônoma, denominada a Capitania das Minas Gerais, que se conecta hierarquicamente ao Império Português como uma de suas partes. Todas as informações de interesse da Coroa estão ali dispostas e integradas ao mundo civilizado que os portugueses construíram nas Minas a partir das estradas que cruzam o território, interligando-o.

Mesmo os acidentes naturais, rios e montanhas só fazem sentido no interior desse espaço humano e, em geral, servem para demarcar os limites ou mesmo as

subdivisões internas da capitania. Quando vistos em conjunto, seus mapas revelam que as Minas Gerais se configuram para José Joaquim da Rocha como uma entidade única, em contraposição ao seu entorno: as demais capitanias limítrofes. Território, população e riqueza se entrelaçam, tornando a capitania única em relação ao restante do Império português. São esses três elementos que conferem coesão e dotam as Minas de sua alteridade.

Notas |

1. Sobre estes mapas e suas localizações ver: COSTA, Antônio Gilberto; FURTADO, Júnia Ferreira; RENGER, Friedrich E.; SANTOS, Márcia Maria D. Os mapas de José Joaquim da Rocha. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista das minas*. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 145; e Romeu do Nascimento Teixeira. (Org.). *O vale do Rio Doce*. [S.l.]: Companhia Vale do Rio Doce, 2002, p. 65.

2. Análise desses mapas pode ser vista em FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 155-187, jul.-dez. 2009.

3. Maria Efigênia Lage de Resende, em seu levantamento sobre os escritos de José Joaquim da Rocha, encontrou 12 manuscritos, que resultaram nas três versões oficiais do texto. Para um estudo mais aprofundado da sua memorialística, ver: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Estudo crítico. In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p.13-66. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. A disputa pela história: traços inscritos na memorialística histórica mineira dos finais do setecentismo. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 20, p. 60-77, março 1999.

4. ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*.

5. Foi ele mesmo que forneceu essas informações quando prestou depoimento nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Disse em 1789 que tinha 49 anos de idade. *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. (ADIM). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. v.4, p. 115. Cf. RESENDE. Estudo crítico, p.13-66.

6. A patente de cabo de esquadra era de condição inferior na estrutura militar, porém, era considerado oficial. ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*: período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 219. (Verbete: organização militar.)

7. RESENDE. Estudo crítico, p. 19; RESENDE. A disputa pela história...

8. Arquivo Público Mineiro. Livro de Patentes, f. 926-927. *Apud* RESENDE. Estudo crítico, p. 22.

9. Registro do regimento e forma q. se hão de governar as ordenanças. *Apud* CANAVARRAS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004. p. 129.

10. ROMEIRO; BOTELHO. *Dicionário histórico das Minas Gerais* – período colonial, p. 220.

11. COSTA; FURTADO; RENGER; SANTOS. Os mapas de José Joaquim da Rocha, p. 145-151.

12. ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 74.

13. Ele afirma que em Minas se dedicou à “fatura de diferentes [a] petrechos de prevenção para a defesa desta Capitania, na descrição dela em carta corográfica e, ultimamente, em história, com a notícia de seu descobrimento, estabelecimento, rendimento e despesa por ano”. ADIM, 1982, v. 5, p. 48-49. *Apud* RESENDE. Estudo crítico, p. 44.

14. ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 74.

15. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio*: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). Tese (Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo), USP, São Paulo, 2003. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do novo mundo. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Formas, sons, cores e movimento na modernidade atlântica* – Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume, 2008. p. 375-384.

16. FONSECA, Claudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or:* pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle). Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003; FONSECA, Claudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 29, p. 39-51, 2003.

Junia Ferreira Furtado é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e autora, entre outros, de *Diálogos oceânicos* (Editora UFMG) e *Chica da Silva e o contratador dos diamantes* (Companhia das Letras).

Capa
Mappa topografico da Fazenda do Mello vinculada a do Jagoara e suas anexas em beneficio de Cauza Pia e Publica por decreto Régio de 4 de junho de 1787. José Joaquim da Rocha, [17--]. Arquivo Público Mineiro – Seção Colonial (Secretaria de Governo - Colônia) – SC-011(02).

Folha de rosto
Mapa do caminho do Rio de Janeiro para Vila Rica. Autor desconhecido, [17--]. Arquivo Público Mineiro – Seção Colonial (Secretaria de Governo – Colônia) – SC-014.

Expediente
Planta extrahida do Mappa da Provincia, (ilegível) Serra Parayba, nas cabeceiras do Rio Capivari que do Salto para baixo, he conhecido por Sapocahi Guaçu. Autor desconhecido, [18--]. Arquivo Público Mineiro – Presidência da Província (correspondência recebida/ diversos) – PP-016.

Sumário
Mappa das Salitreiras Naturaes de Linhares na Mata do Distrito da Formiga vertentes do Rio São Francisco desde o Porto R até o de Mariquita, das Fazendas, do dito Território, e das Fabricas estabelecidas pª extração de Salitre em 1810. Autor desconhecido, 1810. Arquivo Público Mineiro – Seção Colonial (Secretaria de Governo – Colônia) – SC-008.

Editorial
Mappa Topografico da Fregª de Pouso Alto e seus contornos. Autor desconhecido, [1738]. Arquivo Público Mineiro – Seção Colonial (Secretaria de Governo – Colônia) – SC-001.

Páginas 22, 23, 106 e 107
Mapa topográfico da povoação da ex-Vila do Presídio. A. P. Pinto, 1854. Arquivo Público Mineiro – Presidência da Província (correspondência recebida/ diversos) – PP-012.

Páginas 30 e 31
As pedreiras das lajes na *Planta da Cidade de Ouro Preto organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, Presidente da Província.* Ouro Preto, 1888. Reprodução a partir de gravura de *Giesecke & Devrient,* Leipzig; 60,0 x 91,0 cm. Coleção Dimas Guedes, Ouro Preto.

Páginas 82 e 83
Mapa da Capitania de Porto de Seguro. João Teixeira Albernas, 1631. Mostra a Serra das Esmeraldas. Original da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. In: ALBERNAS, João Teixeira. *Atlas do Estado do Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Páginas 108 e 109
Inscrições rupestres de São Tomé das Letras. In: MATTOS, Aníbal. *Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura; Edições Apollo, 1935.

Páginas 126 e 127
Detalhe da *Carta Geográfica do Termo de Villa Rica, em q se mostra que os Arrayaes de Catas Altas da Noroega, Itaberaba e Carijós lhe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de S. Antônio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, o q se mostra, pela Escala, ou Petipe de Léguas, c.* 1766. Recorte da área onde se situa o Capão do Lana. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.

Páginas 142 e 143
Sala José Pedro Xavier da Veiga. Fotografia de Flávio de Paula do Espírito Santo, Belo Horizonte, 2008. Arquivo Público Mineiro – arquivo corrente.

Páginas 152 e 153
Detalhe com autoria e data do Mappa da Comarca do Sabara. José Joaquim da Rocha, 1778. Arquivo Público Mineiro – Seção Colonial (Secretaria de Governo – Colônia) – SC-005.

Páginas 156 e 157
Detalhe da iluminura do *Mappa da Comarca do Sabara,* possivelmente um autorretrato de José Joaquim da Rocha. Arquivo Público Mineiro – Seção Colonial (Secretaria de Governo – Colônia) – SC-005.

Agradecimentos
Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal
Dimas Guedes
Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG
Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte
Museu da Inconfidência, Ouro Preto
Museu Mineiro, Belo Horizonte
Professor Friedrich Ewald Renger

A **RAPM** agradece a todas as instituições que autorizaram, gentilmente, a reprodução das fotografias deste número. Envidaram-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos de *copyright* de todas as fotografias. Desculpamo-nos por quaisquer erros e omissões involuntárias, que poderão ser retificados, em forma de errata, nos volumes futuros desta revista.

Bússola, 1770. Madeira, metal, linha, papel,vidro. 6,0 x 5,0 x 2,3cm.
Museu Mineiro. Coleção Arquivo Público Mineiro – MMI 990.0798.

Paiol
37
38
36
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
Patrocínio
CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.
GOVERNO
DE MINAS
9 770104 836800